SANEPAR

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis

2023

Sumário

Apresentação	03
Mensagem do Presidente	04
Destaques de 2023	08
Marco Legal do Saneamento	16
Capital Financeiro 2023	18
Remuneração aos Acionistas	28
Geração de valor	30
Relacionamento com clientes	34
Propósito, Missão, Visão e Valores	38
Plano Estratégico Ciclo 2024 a 2028	40
Sustentabilidade	44
Capital Humano	50
Informações adicionais	56
Balanço Social Anual	60
Demonstrações Contábeis	63

Apresentação

O Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2023 apresenta os resultados da Companhia em atendimento às normativas vigentes, como as Leis nº 6.404/76 e 13.303/16 e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações financeiras contidas neste relatório são elaboradas também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS) e com os requisitos do modelo de governança de Nível 2, da B3.

O documento retrata o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Este relatório pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos administradores e a Sanepar não se obriga a atualizar tais previsões à luz de novas informações ou de seus desdobramentos futuros.

Claudio Stabile
Presidente da Sanepar

Mensagem do Presidente

Reconhecida como a melhor empresa de saneamento do país, a Sanepar completou 60 anos em 2023 com foco na inovação e na busca por mais eficiência para garantir o aumento da qualidade de vida e da saúde da população. Esse olhar estratégico orientou as ações da Companhia ao longo de todo o exercício e trouxe resultados importantes, incorporou novas soluções e deixou a Sanepar com um perfil ainda mais competitivo, melhorando sua performance em várias áreas e em condições de fazer frente às novas exigências do mercado sem olvidar da sustentabilidade ambiental e econômico-financeira.

Além dos ajustes para melhorar a performance na gestão e na operação, cumprimos as obrigações legais com agilidade. Um dos marcos de 2023 foi a aprovação, pela Assembleia Geral Extraordinária das Microrregiões do Estado, da proposta de regularização e uniformização dos prazos de prestação de serviços até 2048, por meio de termos aditivos aos contratos. A Agência Reguladora do Paraná - AGEPAR atestou, em primeira e segunda etapas, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para alcançar as metas legais nos 345 municípios atendidos, visando a ampliação do processo água e universalização do processo esgoto, com preservação da modicidade tarifária. Os contratos são um dos nossos principais ativos intangíveis e estas ações são determinantes para assegurar a perenidade da Companhia, preservando sua saúde econômica e financeira.

Primeira empresa pública do país a emitir Títulos Sustentáveis e Azuis, ao captar R$ 400 milhões em debêntures para financiar projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Sanepar está listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e, em 2023, passou a integrar o IDIVERSA, primeiro índice de diversidade com foco em gênero e raça da Bolsa.

A concretização das parcerias público-privadas (PPPs) representou um movimento importante e estratégico para atendermos às metas do novo Marco Legal do Saneamento. Assinamos o primeiro contrato para atender a Microrregião Centro-Litoral do Paraná com uma programação de investimentos globais de R$ 1,1 bilhão. O resultado, fruto de um bem-sucedido leilão na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), trouxe um deságio de 30,6%. Também foram apresentados na B3 os projetos de PPP para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 112 municípios nas regiões Oeste e Centro-Leste do Paraná que serão licitados em 2024.

A excelente performance foi novamente reconhecida pelas agências de classificação de risco *Fitch e Moody's*, que confirmaram o *rating* AAA (bra) da Sanepar, considerando a expectativa de um perfil financeiro sólido. A geração operacional de caixa e a margem EBITDA permanecem robustas, e a cobertura dos nossos serviços segue acima da média nacional.

Primeira empresa pública do país a emitir Títulos Sustentáveis e Azuis, ao captar R$ 400 milhões em debêntures para financiar projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Sanepar está listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e, em 2023, passou a integrar o IDIVERSA, primeiro índice de diversidade com foco em gênero e raça da Bolsa.

Esse é um dos nossos compromissos: assumimos as práticas ASG no cotidiano. Agimos com o rigor da legislação e dentro da ética, preservando o meio ambiente e cuidando das pessoas. De janeiro de 2020 a junho de 2023, foram 734 mil famílias e 50 mil empresas beneficiadas com a suspensão do corte de serviços por inadimplência. Fomos além e, durante o período de carência para regularização dos débitos, implantamos o Programa de Recuperação de Créditos para Clientes Particulares Ativos e Inativos (RECLIP), com parcelamento facilitado dos débitos por 60 meses.

Consolidamos o conceito de que a inovação faz sentido quando pode ser aplicada no dia a dia da população e melhora sua qualidade de vida. Isso é o que nos move.

Mudamos o foco ao transformar problema em solução. Os resíduos dos nossos processos estão se transformando em produtos e o que era despesa, em receita acessória. Para tanto, estamos sempre na busca por referências em boas práticas, seja no Brasil e/ou no exterior.

A Companhia intensificou suas atividades internacionais, destacando-se no *Global Water Summit* em Berlim, na plataforma *Utilities for Climate* do IFC e aderindo ao grupo de 300 líderes mundiais focados em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à água. Estabeleceu parceria com a AHK (Câmara de Comércio e Indústria Brasil/RJ – Alemanha)

para um estudo de viabilidade sobre produção de hidrogênio renovável a partir do esgoto no Paraná, apoiado por instituições públicas da Alemanha (BMUV e NOW GmbH). Na Holanda, a Sanepar formou uma parceria com a Amanco-Wavin para digitalização e otimização da gestão hídrica, e em Portugal, fortaleceu colaborações em eficiência operacional e economia circular com entidades locais. Proveniente de missão em Israel, firmou um acordo com o BID na área de detecção de vazamentos de água com satélite e inteligência artificial. Participou de eventos na América Latina (Argentina, Paraguai e México) e na Europa, consolidando parcerias e iniciando novos projetos, especialmente na produção de hidrogênio renovável. Firmamos um termo de cooperação com uma empresa japonesa tendo como escopo a compostagem de lodo de esgoto. Foi a única empresa do setor de saneamento brasileiro presente nas negociações intergovernamentais Brasil-Alemanha. A Sanepar também recebeu delegações de diversos países, reforçando seu papel no setor de saneamento e gestão hídrica global.

Também desenvolvemos o Programa Paraná Bem Tratado com recursos do banco alemão KFW, por meio do qual R$ 250 milhões estão sendo investidos na recuperação energética, a partir da produção de biometano em sete estações de tratamento de esgoto.

Outra parceria estratégica que fizemos foi com o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), visando a implantação de sistemas de esgotamento sanitário sustentáveis em seis ETEs na região Oeste.

Há 25 anos trabalhamos com um sistema anaeróbio de tratamento de esgoto que, além do biogás, gera lodo, que é higienizado com cal para a produção de adubo. Nesse período, distribuímos mais de 300 mil toneladas do produto a pequenos agricultores. Reforçando a inovação nesse aspecto, adquirimos no mês de outubro os 60% restantes da CS Bioenergia S.A., que foi totalmente absorvida pela Sanepar e transformada em unidade operacional da empresa, fato que nos possibilitará aumentar a produção de biogás e de outros gases.

Para expandir a eficiência energética, finalizamos em 2023 a licitação de dois lotes, no mercado livre de energia elétrica, para atendimento de 887 unidades consumidoras da Companhia. Esses dois contratos devem gerar uma economia estimada em R$ 620 milhões ao longo de cinco anos.

Dentre os investimentos em redução de perdas de água, firmamos parcerias para detectar vazamentos em tempo real, por meio de sensores na rede de distribuição, elevando a eficiência e agilidade no controle de custos.

Com um cenário climático diametralmente oposto ao dos anos anteriores, com chuvas torrenciais em todo o Paraná, os volumes das barragens mantiveram-se próximos aos 100% por praticamente todo o ano.

Disponibilizamos um sistema de monitoramento de bacias hidrográficas para a Defesa Civil do Paraná. O sistema, chamado Infohidro, monitora em tempo real as condições hidrometeorológicas de todas as bacias do estado. Estações meteorológicas e telemétricas instaladas em todas as regiões enviam dados sobre volume de chuvas, vazão dos corpos hídricos, projeções hidrológicas, além de indicar previsão para sete dias.

O trabalho da Sanepar vem sendo reconhecido em premiações que confirmam o acerto da Companhia. Além da primeira posição no Prêmio Valor 1000 no do setor de Água, Saneamento e Serviços Ambientais, em 2023 a Companhia foi duplamente premiada por suas demonstrações contábeis relativas ao ano de 2022: recebeu o Troféu Transparência e foi destaque na categoria de receita líquida de R$ 5 bilhões a R$ 20 bilhões, pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

Para consolidar a prática da inovação, que nos rendeu pelo terceiro ano consecutivo o prêmio de empresa mais inovadora no setor de infraestrutura do país (Valor Inovação), criamos a Diretoria de Inovação e Novos Negócios, dedicada a desenvolver planos e estratégias sobre os modelos de negócio com foco em inovabilidade: a inovação trabalhando em prol da sustentabilidade.

Em novembro, o Conselho de Administração aprovou o Plano Plurianual de Investimentos para o Ciclo 2024-2028, no montante global de R$ 11,2 bilhões em aplicações para garantir o abastecimento e a qualidade da água, os compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa, visando a universalização dos serviços de esgoto, as demandas oriundas de diagnósticos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e o *compliance* ambiental, entre outras ações.

Agradeço a dedicação de nossos empregados e a confiança de nossos clientes, parceiros, investidores, Governo do Estado do Paraná, Microrregiões e Municípios.

Neste relatório, apresentamos nosso desempenho em 2023.

Boa leitura!

Claudio Stabile
Presidente da Sanepar

Destaques 2023

Capital Financeiro

R$ 2,4 bilhões
Geração de Caixa

R$ 1,9 bilhão
Investimentos

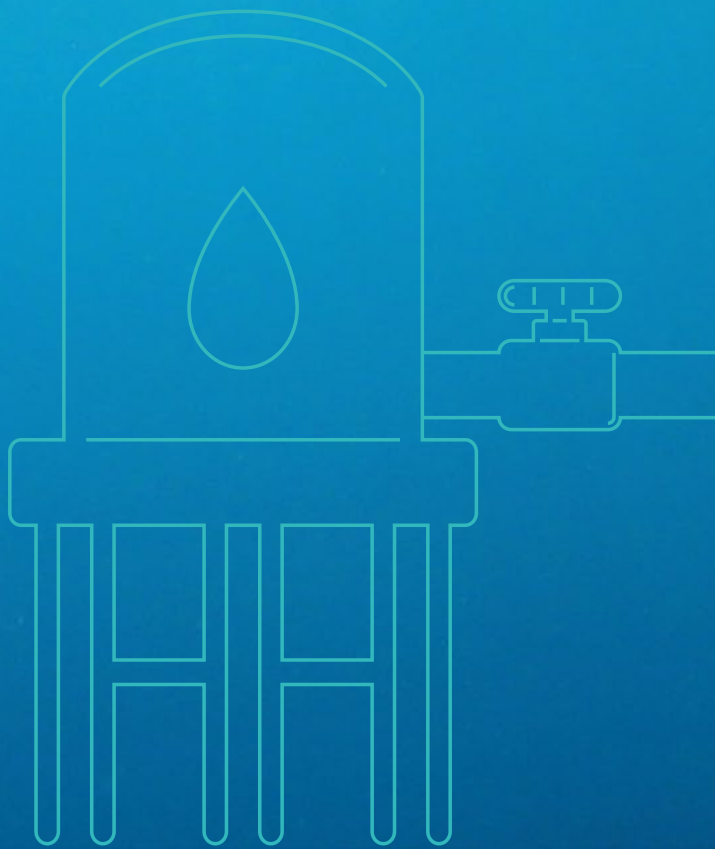
R$ 9,7 bilhões
Patrimônio Líquido

1,6 x o EBITDA
Nível de Endividamento

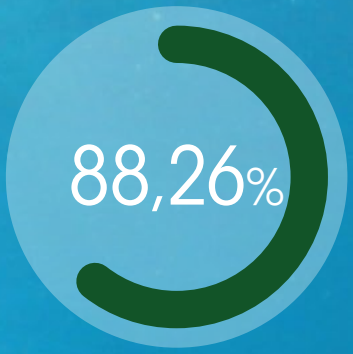
Capital Natural

811.288.960
de m³ distribuídos

788.428.555
KWh de recursos energéticos estimados



Capital Social



de satisfação com o serviço da central de atendimento telefônico (0800).

Capital Intelectual

892.464
horas de treinamento

Capital Manufaturado

Com os números anuais (até 31/12/23)

ÁGUA

168 ETAs | 1.191 poços | 4 barragens

61.396 km
rede de distribuição

345 municípios atendidos | 3.448.897 Ligações de água

ESGOTO

265
ETEs

42.156
Km rede de coletora

2.517.885
Ligações de Esgoto

3 Aterros Sanitários
Resíduos Sólidos Urbanos

Dados Operacionais

Mercado

Contratos em % da Receita Total da Companhia, em 31 de dezembro de 2023:

Contratos (% da Receita Total)				Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remascente de concessão	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Coleta de Esgoto
Curitiba	22,3%	24,5 anos	Água e Esgoto	100%	98,7%	841,0	826,4
Londrina	7,3%	24,5 anos	Água e Esgoto	100%	98,2%	256,4	253,7
Maringá	5,3%	16,7 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	174,9	196,2
Ponta Grossa	3,7%	24,5 anos	Água e Esgoto	100%	92,0%	161,2	147,2
Cascavel	3,7%	24,5 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	136,1	149,2
Foz do Iguaçu	3,4%	24,5 anos	Água e Esgoto	100%	83,7%	123,1	103,3
São José dos Pinhais	2,9%	24,5 anos	Água e Esgoto	100%	86,5%	122,4	104,4
Colombo	1,8%	24,5 anos	Água e Esgoto	100%	76,3%	88,6	67,2
Guarapuava	1,7%	24,5 anos	Água e Esgoto	100%	88,1%	72,3	62,2
Toledo	1,6%	24,5 anos	Água e Esgoto	100%	83,8%	64,7	53,6
Demais Municípios	46,3%					2.237,3	1.431,0
Totais				**100%**	**80,2%**	**4.278,0**	**3.394,4**

[1] Informação não auditada ou revisada pelos auditores independentes.

Atendimento: Água e Esgoto

Índice de Atendimento com água tratada	Índice de Atendimento com rede coletora de esgoto (IARCE Urbano)	Percentual de esgoto coletado que é tratado
100%	80,2%	100%

Ligações de Água

Tipo de ligação	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	2.900.902	2.976.232	3.043.774	3.097.925	3.131.292
Comercial	230.362	233.696	240.203	247.400	251.516
Industrial	13.064	13.272	13.551	13.778	13.776
Utilidade Pública	23.832	23.861	23.987	24.250	24.912
Poder Público	26.377	26.750	26.926	27.333	27.404
Total	**3.194.537**	**3.273.811**	**3.348.441**	**3.410.686**	**3.448.900**

Ligações de Esgoto

Tipo de ligação	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	2.015.360	2.088.213	2.152.949	2.211.364	2.276.921
Comercial	180.757	184.259	190.128	196.595	202.135
Industrial	5.458	5.599	6.123	6.291	6.432
Utilidade Pública	15.317	15.467	15.678	16.034	16.705
Poder Público	14.235	14.600	14.818	15.304	15.692
Total	**2.231.127**	**2.308.138**	**2.379.696**	**2.445.588**	**2.517.885**

DESEMPENHO OPERACIONAL

Evolução do Volume Medido de Água

Volume Medido Água (milhões m³)	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	432,4	435,9	428,5	433,4	456,5
Comercial	42,3	36,3	36,7	39,8	42,8
Industrial	11,8	11,6	13,7	11,8	11,4
Utilidade Pública	5,4	4,5	4,6	5,3	5,6
Poder Público	19,8	15	14,7	18,3	19,6
Total	**511,7**	**503,3**	**498,2**	**508,6**	**535,9**

Evolução do Volume Faturado de Água

Volume Faturado Água (milhões m³)	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	448,5	453,6	447,9	454	476,9
Comercial	45,3	39,8	40,3	43,6	46,7
Industrial	14,4	13,3	14,3	14	11,6
Utilidade Pública	4,5	3,8	3,9	4,3	4,5
Poder Público	20,1	15,3	15,1	18,7	19,9
Total	**532,8**	**525,8**	**521,5**	**534,6**	**559,6**

Evolução do Volume Faturado de Esgoto

Volume Faturado Esgoto (milhões m³)	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	335,2	342,9	342	350,9	374,3
Comercial	41,5	35,5	36,5	40,3	43,6
Industrial	3,5	2,9	3,2	3,6	3,8
Utilidade Pública	3,8	3,2	3,3	3,7	4
Poder Público	15,2	11,7	11,5	14,4	15,4
Total	**399,2**	**396,2**	**396,5**	**412,9**	**441,1**

Evolução do Índice de Perdas por Ligação*

IPL	2019	2020	2021	2022	2023
	229,68	219,86	211,17	222,67	217,57

*Houve alteração na metodologia de cálculo. Valores históricos foram corrigidos e divulgados ao mercado nos relatórios trimestrais.

Água e Esgoto: Dados Gerais

Água	2019	2020	2021	2022	2023
Economia com rede Água	4.001.074	4.087.719	4.170.413	4.236.728	4.277.954
Nº Estações Tratamento água	168	168	168	168	168
Nº Poços	1.104	1.154	1.247	1.180	1.191
Nº captações superfície	232	232	236	234	231
km rede assentada	55.359	57.503	59.070	60.077	61.396
Volume Produzido m³	780.632.413	766.106.638	750.475.130	785.378.020	812.102.342
Perdas no Faturamento %	31,74%	31,41%	30,51%	31,93%	31,15%
Evasão de Receitas %	1,65%	2,80%	3,33%	3,36%	-2,4%

Esgoto	2019	2020	2021	2022	2023
Economias com rede esgoto	3.019.303	3.114.750	3.210.059	3.296.674	3.394.421
Nº estações de tratamento	249	255	258	261	264
km rede assentada	36.754	38.464	39.660	40.733	42.156
volume coletado m³	382.115.054	377.326.945	375.586.933	390.688.459	419.869.134

Mercado	2019	2020	2021	2022	2023
Índice de cobertura Água	100%	100%	100%	100%	100%
Índice de cobertura Coleta Esgoto	74,2%	75,1%	77,3%	78,9%	80,2%
Economias Ativas Água	4.001,1	4.087,7	4.170,4	4.236,7	4.277,9
Economias ativas Esgoto	3.019,3	3.114,8	3.210,1	3.296,7	3.394,4

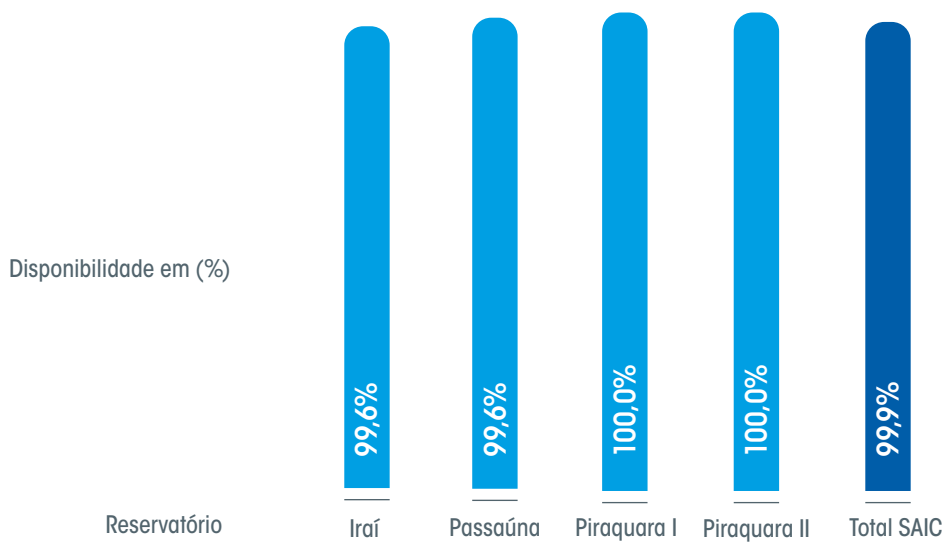
Volumes Disponíveis

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna. No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

Em 31 de dezembro de 2023, o volume médio de reservação estava em 99,9%.

Níveis das Barragens do SAIC em 31/12/2023*

(em porcentagem)



* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Marco Legal do Saneamento

Em vigor desde 15 de julho de 2020, a Lei Federal nº 14.026/2020 atualizou o Marco Legal de Saneamento Básico e modificou outras normas para contemplar as inovações propostas no novo texto. A principal alteração estabelecida pelo novo marco legal foi a imposição de metas de universalização dos serviços, prevendo o atendimento de 99% da população urbana com água potável e de 90%, com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033. A Agência Nacional de Águas (ANA), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), passou a ser a entidade reguladora, tornando-se responsável pela edição de normas de referência para o setor.

Em 9 de julho de 2021, a Lei Complementar Estadual nº 237 instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral do Estado do Paraná, com suas respectivas estruturas de governança. A lei contempla os 399 municípios paranaenses — a Companhia atende 345 deles.

Os Decretos Estaduais de número 8.924/2021, 8.925/2021 e 8.926/2021, publicados em 1º de outubro de 2021, implementaram os regimentos internos provisórios de cada uma das microrregiões. Os regimentos definitivos foram aprovados, por unanimidade, na 5ª Assembleia Geral de cada uma das Microrregiões em julho de 2023.

Em 30 de março de 2022, as Assembleias Gerais das Microrregiões de Água e Esgoto do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3) aprovaram a inclusão das metas previstas no artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, alterado pela Lei Federal nº 14.026/2020, como aditivos contratuais aos Contratos de Concessão/Programa.

A principal alteração estabelecida pelo novo marco legal foi a imposição de metas de universalização dos serviços, prevendo o atendimento de **99% da população urbana com água potável e de 90%**.

Atendendo à lei e aos decretos federais, a Sanepar protocolou no dia 29 de dezembro de 2021, os estudos de viabilidade para comprovação da sua capacidade econômica e financeira para cumprir as metas de universalização em seus contratos vigentes. O posicionamento da empresa foi aprovado pela Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR) e pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), com respectivo atestado e registro junto à ANA.

Em 12 de julho de 2023, foram editados os Decretos Federais de número 11.598 e 11.599, permitindo a ampliação do prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços de água e esgoto. A prorrogação tornou-se possível com a revogação do Decreto Federal nº 10.710/21, que vedava essa possibilidade.

Em 10 de outubro de 2023, a 6ª Assembleia Geral Extraordinária das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3) decidiu pela uniformização e extensão do prazo de vigência dos contratos de 319 Municípios atendidos pela Sanepar até 05/06/2048, como forma de preservar a modicidade tarifária até a universalização. Esse conjunto de municípios representa 95% da receita da Sanepar — o percentual inclui o Município de Maringá (prazo não uniformizado), cujo termo aditivo que prorrogou a concessão até 27/08/2040 está em discussão judicial.

Em 30 de novembro de 2023, a 7ª Assembleia Geral Extraordinária das Microrregiões Centro-Litoral (MRAE-1), Centro-Leste (MRAE-2) e Oeste (MRAE3) aprovou o requerimento da Sanepar para adequação e regularização de 25 contratos provisórios por meio de prestação direta regionalizada, com prazo uniformizado até 05/06/2048, de forma a atender às metas previstas para universalização dos serviços de água e esgoto conforme o Art. 11-B da Lei Federal nº 14.026/2020, com preservação da modicidade tarifária. Os 25 municípios representam, aproximadamente, 5% da receita total da Companhia.

Nos termos dos decretos federais em vigor, a Companhia contratou novo estudo de capacidade econômico-financeira, que foi apresentado à AGEPAR em 10 de novembro de 2023.

Em 11 de dezembro de 2023, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 031/2023, deliberou sobre o requerimento da Sanepar para comprovação da capacidade econômico-financeira, em atendimento à Lei nº 14.026/2020 e ao Decreto Federal nº 11.598/2023, e decidiu por atestar, em primeira e segunda etapas, a Capacidade Econômico-Financeira da Sanepar para atender as metas legais nos 345 municípios atendidos pela Companhia e recomendar, a título de sugestão de melhoria, alteração de pontos indicados no processo.

Capital Financeiro 2023

Vantagens Competitivas

- Excelência Operacional
- Excelência na gestão
- Desempenho financeiro sólido
- Negócio previsível e resiliente, com base de clientes diversificada e credibilidade no mercado

Outputs / entregas:

100% de cobertura da rede de água

4,3 milhões de economias ativas de água

99,9% de conformidade da água distribuída

80,2% cobertura da rede de esgoto

100% do esgoto coletado tratado

3,4 milhões de economias ativas de esgoto

64,2 mil toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos tratados por ano

Outcomes / geração de valor:

Alto índice de conformidade ao padrão de potabilidade **(99,9%)**

Índice de atendimento da coleta de esgoto acima da média nacional, com impacto positivo na saúde e na qualidade de vida dos clientes

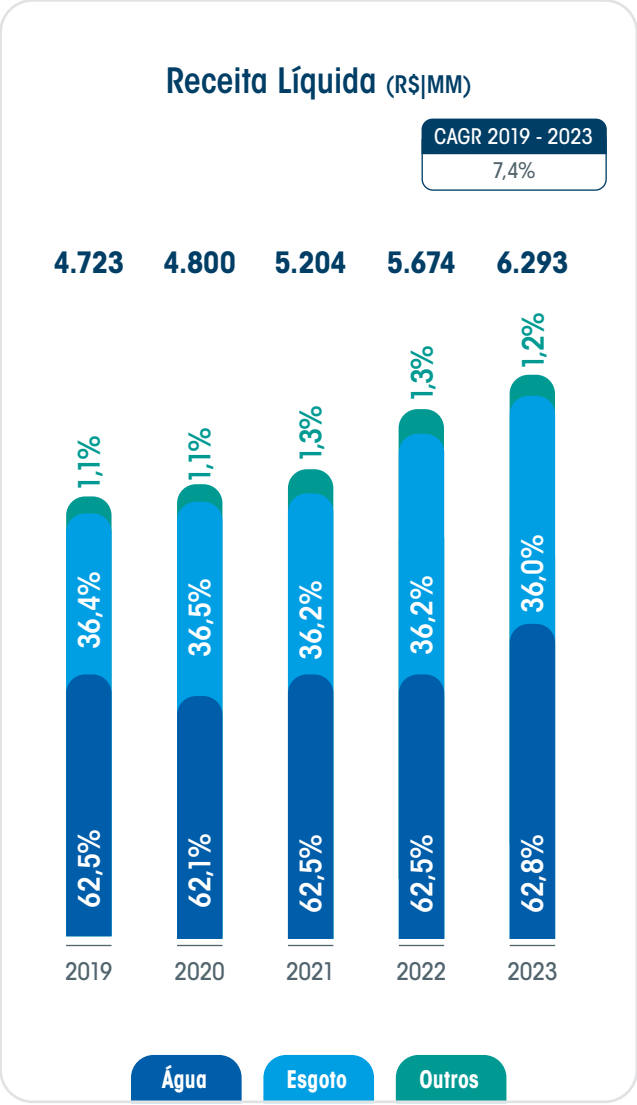
Pagamento de dividendos e geração de caixa

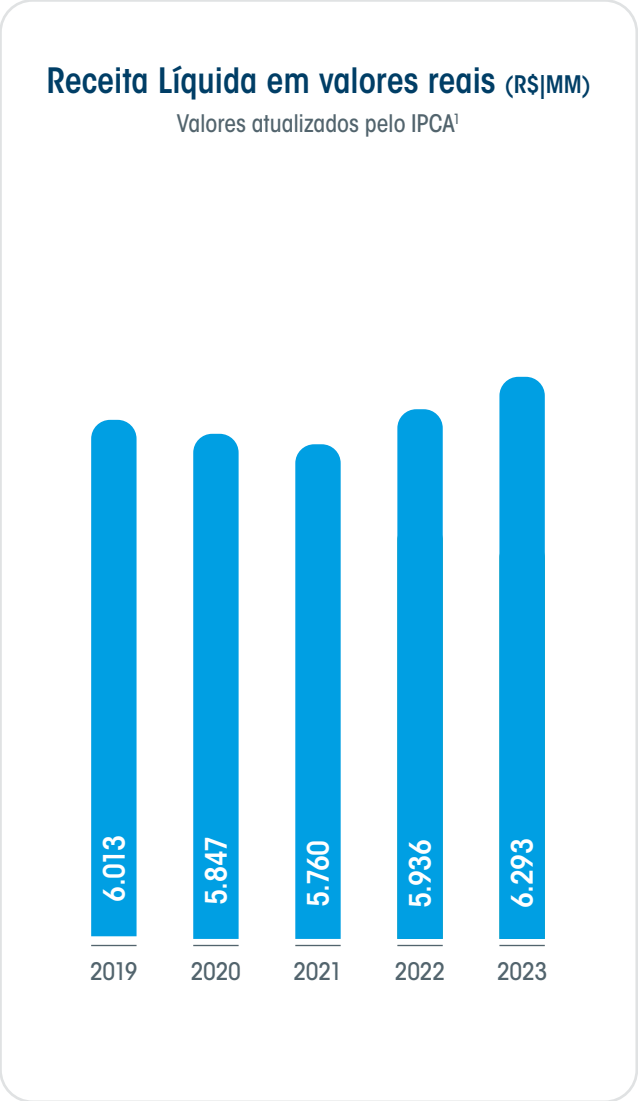
Gestão de impactos e *compliance* ambiental

Receita Líquida

Em 2023, a receita operacional líquida atingiu R$ 6,3 bilhões, uma alta de 10,9% em comparação com o ano anterior. Esse resultado se deve, principalmente, aos seguintes fatores: Reajuste Tarifário Anual (IRT), de 8,23% a partir de 17 de maio de 2023; reajuste tarifário de 4,96%, aplicado desde 17 de maio de 2022 e com impacto integral em 2023; crescimento dos volumes faturados de água e esgoto; e aumento no número de ligações.

No período, a Companhia expandiu os serviços e realizou 38,2 mil novas ligações de água e 72,3 mil novas ligações de esgoto, que contribuíram para o crescimento de 4,7% no volume faturado de água e de 6,8% no volume faturado de esgoto.



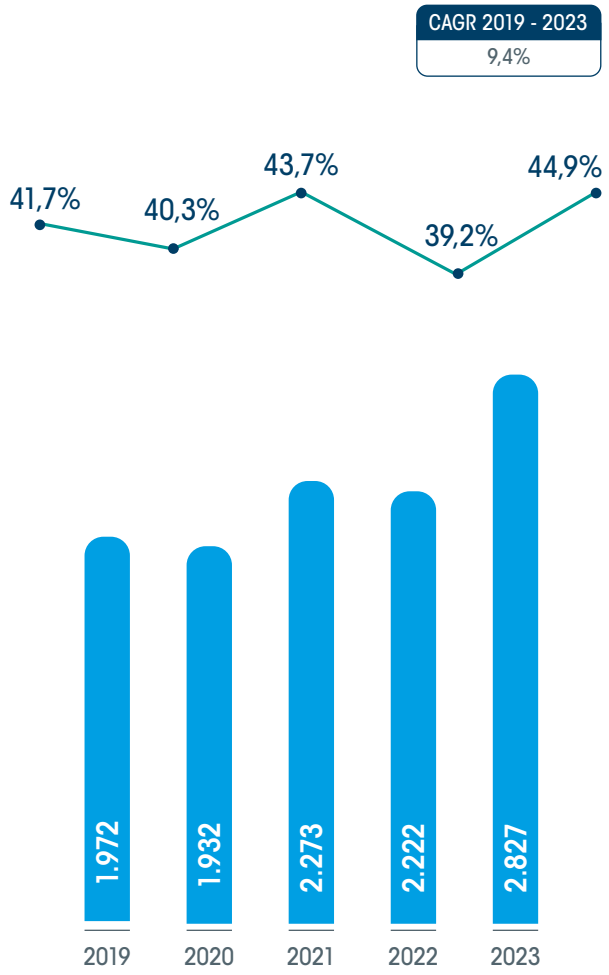


[1] IPCA IBGE 2020: 4,52% | 2021: 10,06% | 2022: 5,79% | 2023: 4,62%

EBITDA e Margem EBITDA

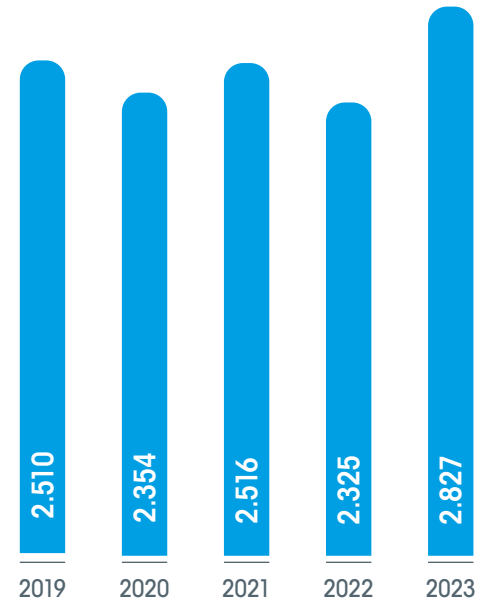
O EBITDA, que representa o resultado operacional da Companhia, totalizou R$ 2,8 bilhões, correspondendo a uma Margem de 44,9% – alta de 5,7 p.p. em relação à Margem verificada em 2022. A Receita Operacional Líquida, por sua vez, foi superior em 10,9%, diante do aumento de 1,6% nos custos e despesas operacionais. Os serviços de remoção de resíduos de esgoto cresceram 14,6%; o material de tratamento, que apresentou aumento do consumo e reajuste de preços, registrou incremento de 18,4%. Os serviços de manutenção de redes cresceram 14,6% devido, principalmente, ao aumento da demanda.

EBITDA e Margem EBITDA (R$|MM)



EBITDA em valores reais (R$|MM)

Valores atualizados pelo IPCA[1]



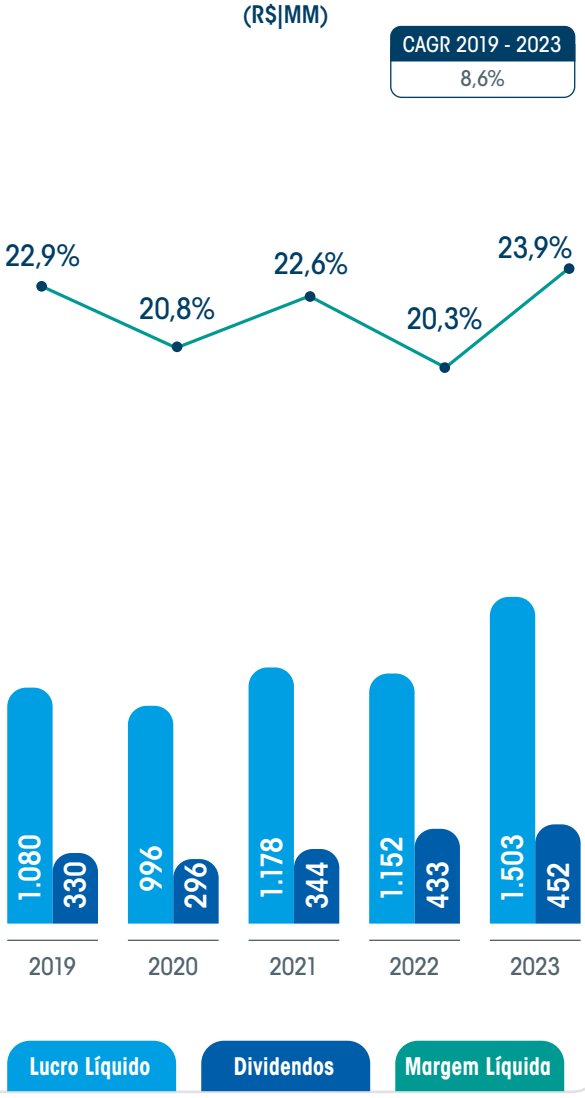
[1] IPCA IBGE 2020: 4,52% | 2021: 10,06% | 2022: 5,79% | 2023: 4,62%

Lucro Líquido e Margem Líquida

Em 2023, o Lucro Líquido foi de R$ 1,5 bilhão, 30,5% superior na comparação com o resultado de 2022. A margem líquida cresceu 3,6 p.p., alcançando 23,9% no ano, em razão do crescimento da receita líquida, da eficiente gestão de custos e despesas e da economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios.

Lucro Líquido, Dividendos e Margem Líquida

(R$|MM)



Lucro Líquido e Dividendos em valores reais

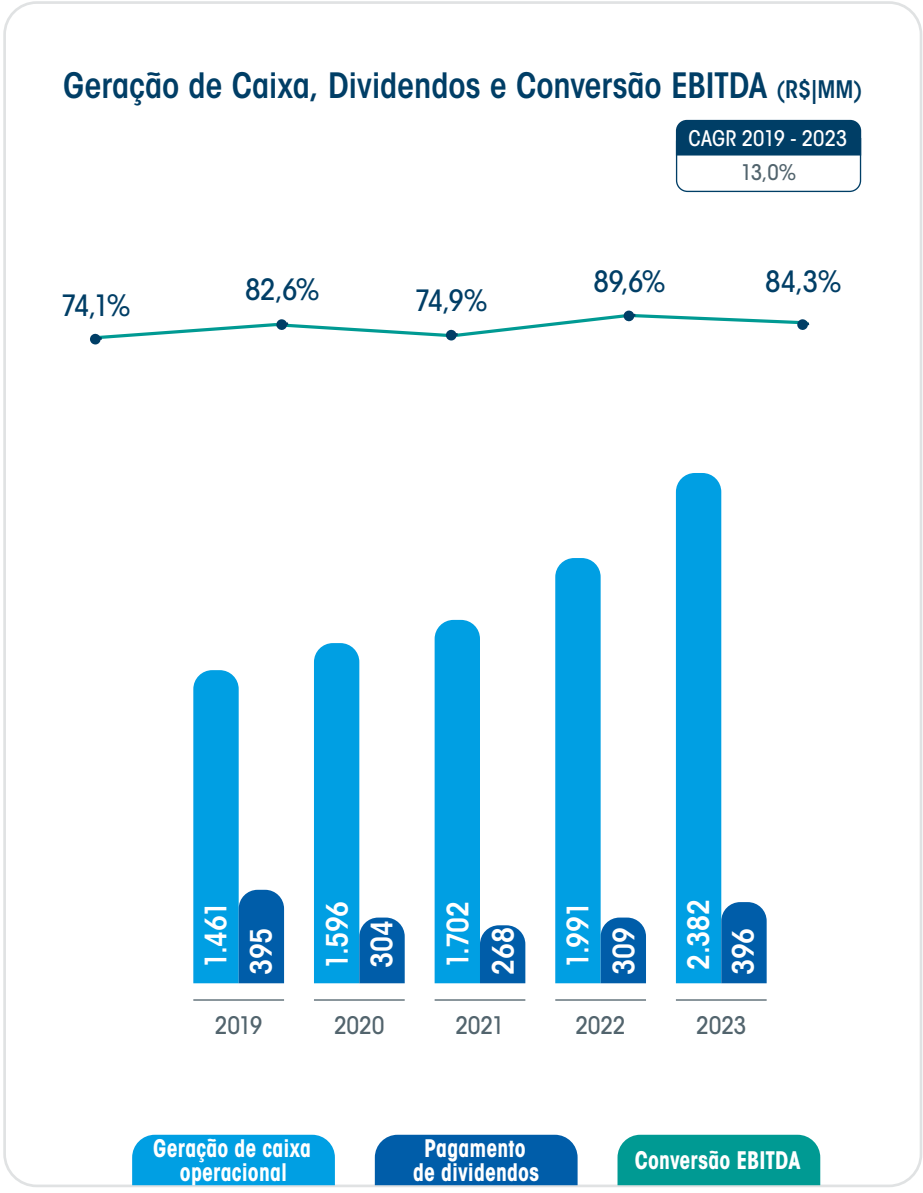
(R$|MM)

Valores atualizados pelo IPCA[1]

[1] IPCA IBGE 2020: 4,52% | 2021: 10,06% | 2022: 5,79% | 2023: 4,62%

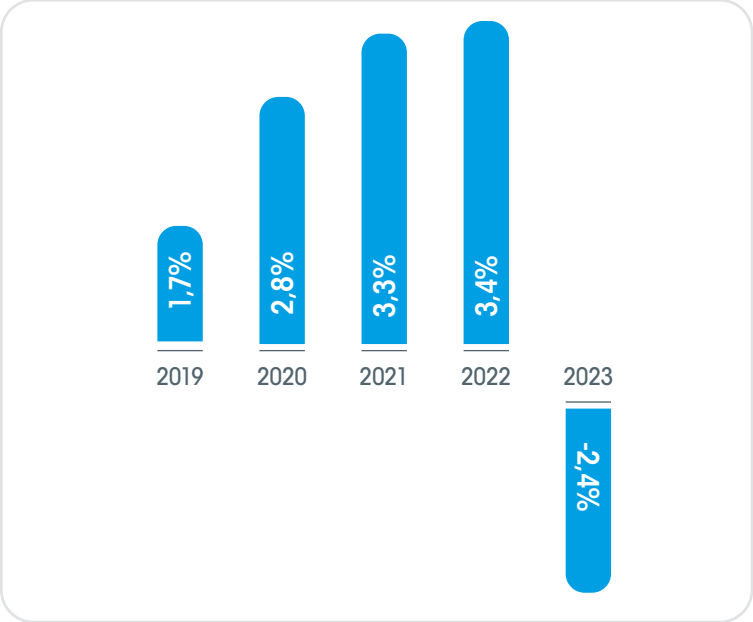
Geração de Caixa Operacional

A operação da Sanepar gerou um caixa de R$ 2,4 bilhões em 2023. No mesmo ciclo, a Companhia pagou R$ 385,5 milhões em remuneração aos acionistas.



Inadimplência

Em 2023, o índice de inadimplência atingiu -2,4%, apresentando uma redução significativa em comparação com os 3,4% verificados em 2022. O percentual de inadimplência se reduziu, principalmente, em razão da adesão dos clientes particulares, até 31/07/2023, ao Programa de Recuperação de Créditos implementado pela Companhia (RECLIP), que previu o parcelamento das dívidas em até 60 vezes. Em agosto e setembro de 2023 a Companhia possibilitou o parcelamento de dívida dos clientes particulares em até 48 vezes. De outubro a dezembro, o Programa previa parcelamento em até 36 vezes.



Captação de Recursos

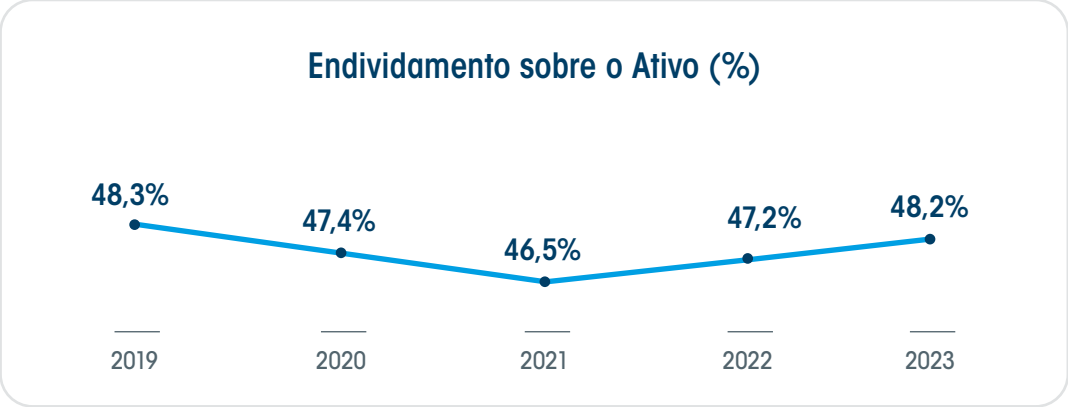
Com o objetivo de expandir a prestação dos serviços e manter a liquidez da Companhia, a Sanepar capta recursos de terceiros junto a bancos públicos (Caixa Econômica Federal e BNDES) e ao mercado de capitais.

Captação feita junto a instituições financeiras em 2023:
Caixa Econômica Federal: **R$ 363,1 milhões**
BNDES: **R$ 190,3 milhões**
Banco KfW: **R$ 72,1 milhões**

Além dos montantes captados junto a instituições financeiras, a Companhia efetuou a 13ª emissão de debêntures em abril, captando R$ 400 milhões no mercado. Os recursos estão sendo destinados à complementação do plano de investimentos da Companhia, nos Projetos Elegíveis (conforme definido na Escritura de Emissão), incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. Os papeis ofertados atendem, ainda, os critérios ASG, sendo classificados como Títulos Sustentáveis e Azuis.

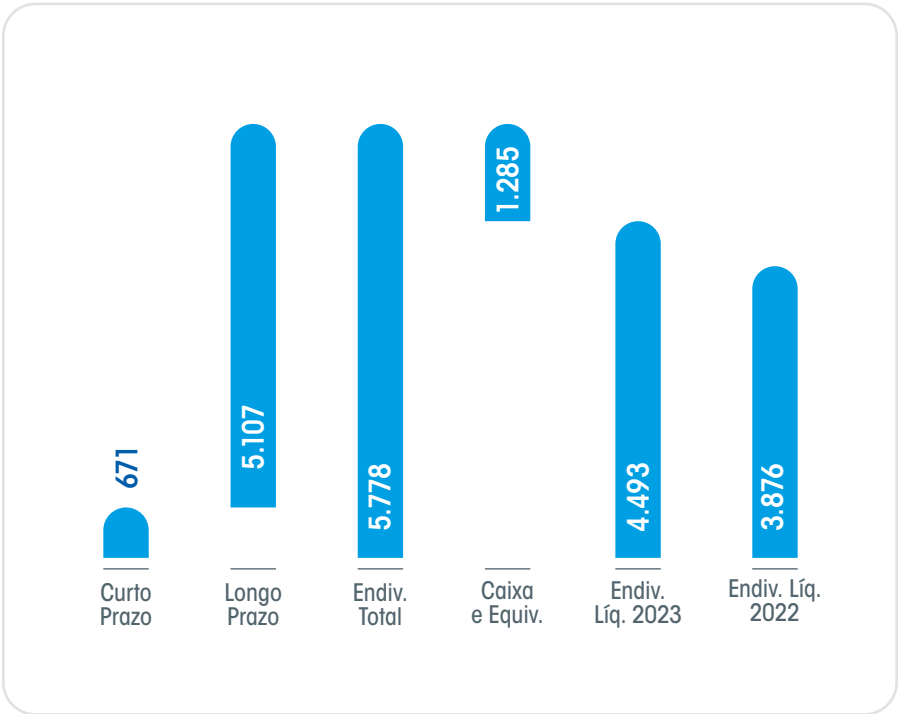
Endividamento

A Companhia encerrou o exercício com Ativos de R$ 18,8 bilhões, Patrimônio Líquido de R$ 9,7 bilhões e dívida total de R$ 9,1 bilhões. O índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 48,2% em 2023.



Dívida Líquida

A Dívida Líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia em relação ao fluxo de receita, totalizou R$ 4,5 bilhões em 2023, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, passou de 1,7 vez em 2022 para 1,6 vez em 2023.

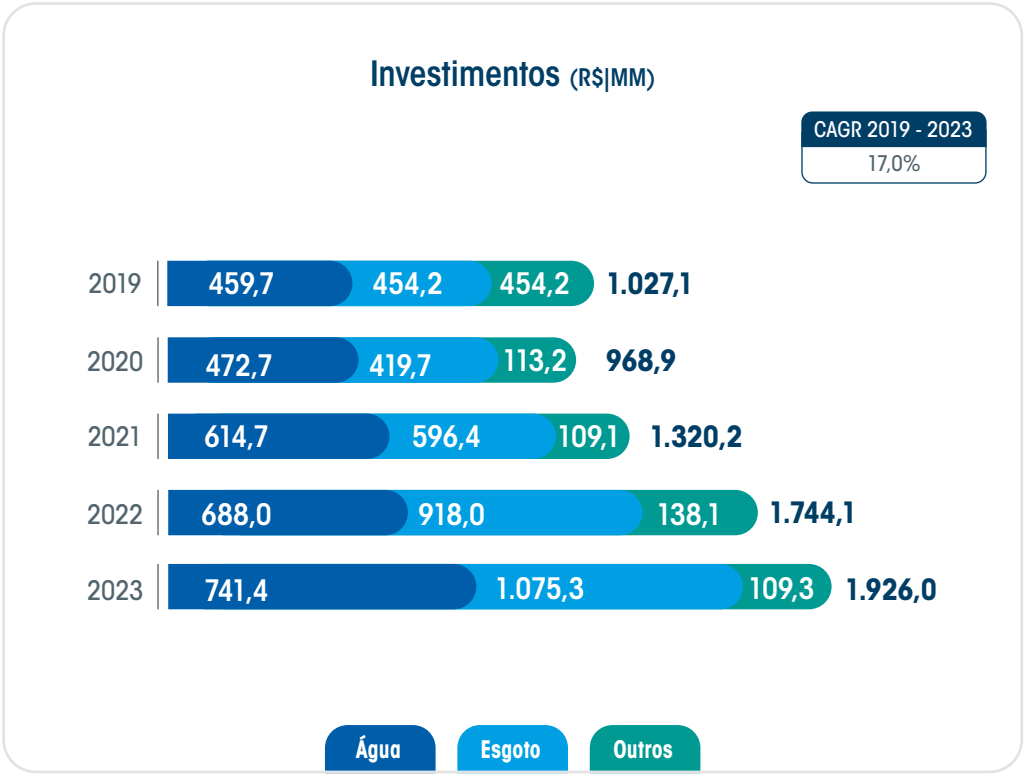


Investimentos e Planejamento Financeiro

A Companhia adequou seu Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para atender à Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, complementada pelo Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023. O PPI da Sanepar contempla a garantia do abastecimento de água com qualidade e os compromissos assumidos em contratos de concessão e de programa alinhados com as metas pactuadas em 10 de outubro de 2023 na 6ª Assembleia do Colegiado Microrregional de Água e Esgoto do Paraná. O Plano é elaborado para ciclos de cinco anos e acompanhado trimestralmente pelo Conselho de Administração, além de passar por revisões anuais realizadas por todas as lideranças da Sanepar.

No contexto da universalização prevista no Marco Legal do Saneamento – ver pág. 16 –, a Sanepar está bem posicionada quanto à distribuição de água tratada, pois já atende 100% da população urbana. Quanto à coleta de esgoto, o índice atual é de 80,2%, uma vez que ainda há aproximadamente 135 municípios menores em que não há sistema de esgotamento implantado. A Sanepar vem trabalhando para atender a essas localidades, estudando alternativas que garantam serviços de qualidade sem prejudicar a sustentabilidade econômica da Companhia.

Para aprimoramento, manutenção e expansão de redes, a Companhia investiu, entre 2019 e 2023, R$ 7,0 bilhões. Até 2028, o PPI prevê outros R$ 11,2 bilhões em investimentos: R$ 7,4 bilhões nos sistemas de esgoto, R$ 3,4 bilhões na distribuição de água tratada e R$ 0,4 bilhão em outros serviços.



Gerência Geral	Realizado 2023		
	Água	Esgoto	Total
Região Metropolitana e Litoral	247,4	303,3	550,7
Região Sudeste	91,8	136,2	228,0
Região Sudoeste	123,1	256,3	379,4
Região Nordeste	102,7	190,6	293,3
Região Noroeste	176,4	188,9	365,3
TOTAL	**741,4**	**1.075,3**	**1.816,7**

Contexto Regulatório

A inserção da Sanepar em ambiente regulado ocorreu efetivamente no ano de 2017, com mudanças no seu sistema tarifário por meio da 1º Revisão Tarifária Periódica (RTP). A Companhia, que até então praticava tarifa por custos, passou a utilizar o modelo de tarifa econômica, denominada P0, submetendo-se ao regime de eficiência. Em 12 de abril de 2017 foi aprovado o índice de reposicionamento tarifário de 25,63%, diferido em 8 (oito) anos, sendo aplicado um reposicionamento médio de 8,53% em 2017 e mais 7 (sete) parcelas de 2,11%, acrescidas das correspondentes correções financeira e econômica.

Em 21 de outubro de 2020, na 21ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da AGEPAR, foi aprovada a instauração da 2ª RTP da Sanepar, com orientação para que ocorresse em duas fases, tendo sido a primeira em 2021 e a segunda em 2022.

Em 14 de abril de 2021 o Conselho Diretor da AGEPAR, na Reunião Extraordinária nº 012/2021, apresentou o resultado da 1ª fase da 2ª RTP, quando decidiu pela aprovação do reposicionamento tarifário de 5,7701%, com aplicação anual do Fator X de 0,98% sobre a parcela B da tarifa.

Em 20 de abril de 2023, o Conselho Diretor da AGEPAR homologou o índice de reajuste de 8,2327%, que contemplou o cálculo final do reposicionamento tarifário referente à 2ª fase da 2ª RTP, os reajustes tarifários anuais (IRS) de 2022 e 2023, indexados ao IPCA, e o Fator X de 0,08%, aplicado sobre a tarifa total resultante do P0 (exceto as parcelas financeiras), com início de vigência da nova tarifa a partir de 17 de maio de 2023.

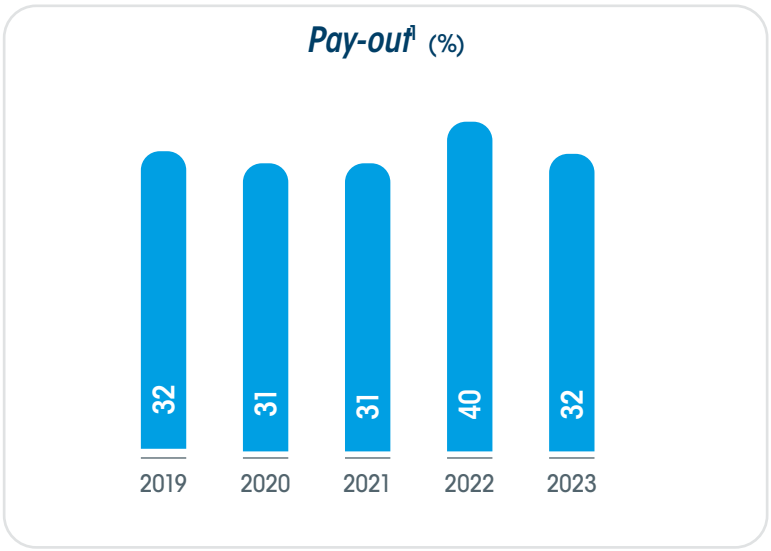
Remuneração aos Acionistas

A Política de Dividendos da Sanepar, homologada em 30 de maio de 2017 em linha com os preceitos legais, estabelece os limites e critérios de remuneração aos acionistas (proventos) por meio da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), que são atribuídos aos dividendos correspondentes à parcela do lucro líquido da Companhia.

O Estatuto Social, cuja última alteração foi homologada em 18 de outubro de 2023, prevê que a parcela referente ao dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado, em linha com o artigo 202 da Lei n° 6.404/76.

A remuneração aos acionistas é atribuída com base na posição acionária no último dia útil dos meses de junho e dezembro de cada exercício. Assim, negociações posteriores ao crédito são consideradas ex-dividendos. A remuneração conferida às ações preferenciais é 10% superior à atribuída às ações ordinárias.

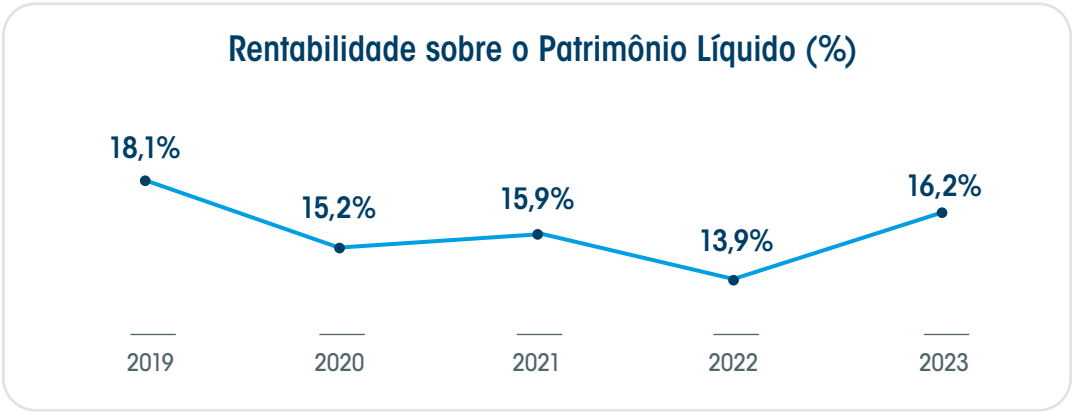
Em 27 de junho de 2023, por decisão da 59ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), a Companhia efetuou o pagamento de R$ 432,6 milhões, relativos aos proventos do 1º e do 2º semestre de 2022. Com relação ao exercício de 2023, a Administração propõe a distribuição de R$ 452,4 milhões, correspondentes a 31,7% do Lucro Líquido Ajustado do período. O pagamento ocorrerá até 60 dias após a aprovação pela AGO das contas do Exercício de 2023.

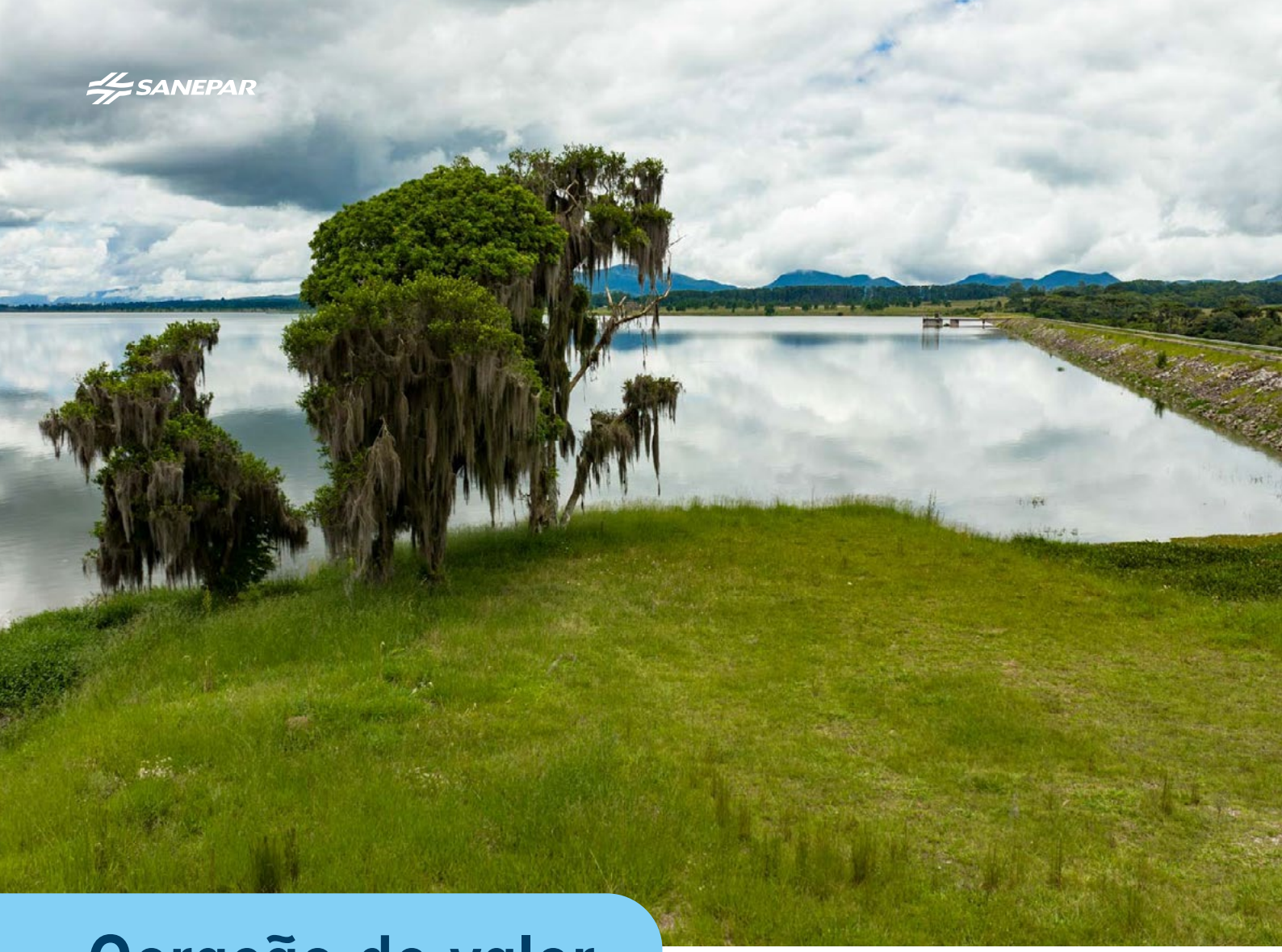


[1] *Pay-out*: percentual de distribuição do lucro

Rentabilidade

A rentabilidade aumentou 2,3 p.p. em relação ao patrimônio líquido, de 13,9% em 2022 para 16,2% em 2023. O retorno sobre o capital investido cresceu 1,7 p.p., passando de 10,7% em 2022 para 12,4% em 2023.





Geração de valor

Investidores

A Companhia, em respeito às partes relacionadas, trabalha para gerar valor por meio da governança corporativa, dando transparência a suas práticas ASG.

Um estudo de percepção realizado pela Companhia em 2023 revelou resultados superiores aos já positivos verificados em 2022, com os entrevistados demonstrando uma elevada satisfação com o desempenho da área de Relações com Investidores da Sanepar. Os resultados obtidos se enquadram nos parâmetros de qualidade definidos pela metodologia NPS (Net Promoter Score), destacando a eficácia dessa área em atender às expectativas e necessidades dos investidores e das partes interessadas.

Em janeiro de 2023, a Sanepar se destacou como a única empresa do setor de água e esgoto a compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, relativo a critérios ASG. A Companhia também alcançou um marco significativo ao ser selecionada para integrar a primeira carteira do recém-lançado Índice de Diversidade da B3, o IDIVERSA. O Índice visa tornar a diversidade um elemento visível e mensurável no mercado, permitindo a comparabilidade do desempenho das empresas e incentivando a adoção das melhores práticas em relação à diversidade. A inclusão da Companhia nesse índice reflete seu compromisso com a busca permanente pela excelência e destaca seu empenho em ampliar a conscientização sobre a diversidade no ambiente de trabalho.

Em março de 2023, o Conselho de Administração aprovou a primeira versão da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia. A medida assegura o respeito, a inclusão, a equidade, e a valorização da diversidade humana no desenvolvimento das atividades e processos da Sanepar.

No mês de março o Conselho de Administração aprovou a primeira versão da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia revisou suas Políticas de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade em outubro de 2023. Com a alteração, a Sanepar passou a incorporar os princípios de privacidade e segurança da informação desde a concepção de seus processos internos. Em novembro, a Política de Contratação de Auditoria Independente também foi revista para alinhamento ao padrão de *Compliance,* incluindo capítulos dedicados a definições e responsabilizações.

Cotação SAPR3, SAPR4 e SAPR11

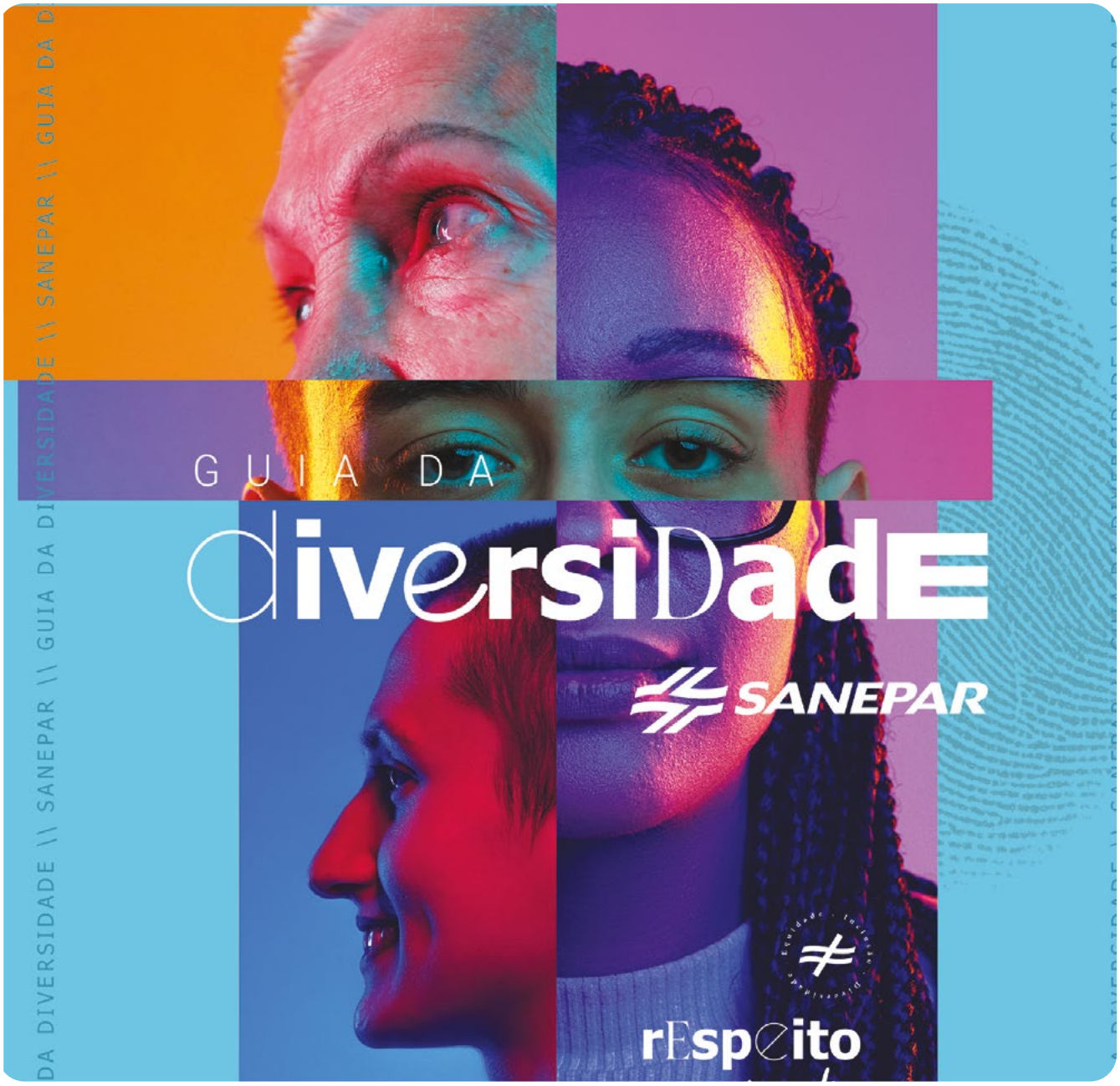
O cenário econômico mais estável, o reposicionamento tarifário da Companhia, relativo à 2ª RTP, e sua inclusão no ISE e no IDIVERSA são elementos que impactaram positivamente a percepção dos investidores, resultando na valorização das ações da Companhia ao longo de 2023.

O valor de mercado da Companhia passou de R$ 5,4 bilhões em dezembro de 2022 para R$ 8,8 bilhões ao final de 2023. As ações ordinárias (SAPR3) encerraram 2023 cotadas a R$ 5,61, apresentando alta de 61,7% em relação ao fechamento 2022. As ações preferenciais (SAPR4) encerraram o ciclo a R$ 5,89, apresentando uma valorização de 61,4% em relação ao exercício anterior. As Units (SAPR11), formadas por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais, chegaram ao fim de 2023 cotadas a R$ 29,19, um desempenho 61,6% superior ao do fim de 2022. O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar somou R$ 8.7 bilhões em 2023.

Sociedade

Em 2023, a Sanepar gerou R$ 4,6 bilhões em valores tangíveis para a sociedade, incluindo pagamento de tributos, financiamentos, contratação de fornecedores, remuneração de colaboradores, benefícios e remuneração aos acionistas.

Dos valores adicionados e não distribuídos, pode-se destacar o Lucro Líquido do Exercício não Distribuído de R$ 1,1 bilhão. Esse montante será destinado a investimentos em políticas públicas de saneamento, que contribuirão positivamente para ampliar a cobertura de serviços à população e elevar os indicadores de qualidade de vida e saúde no Estado do Paraná.



Relacionamento com clientes

A partir da instituição das Microrregiões pela Lei Complementar Estadual 237/2021, a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada pelos municípios e pelo Estado do Paraná, que manifestam sua vontade e decisões por meio dos colegiados microrregionais. As ações são avaliadas de forma regionalizada, considerando a universalização e as demais metas estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento para cada Município

Em julho de 2023, a Companhia firmou sua primeira Parceria Público-Privada (PPP), voltada para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 16 Municípios da Microrregião Centro-Litoral do Paraná (MRAE-1). A PPP tem prazo de vigência de 24 anos e 5 meses, com previsão inicial de R$ 1,1 bilhão em investimentos. Na segunda microrregião, Centro-Leste, a PPP atenderá 36 Municípios, com contrato médio de 24 anos, e na terceira microrregião, Oeste, a PPP atenderá 76 municípios, com contratos com o mesmo prazo de vigência.

Microrregiões

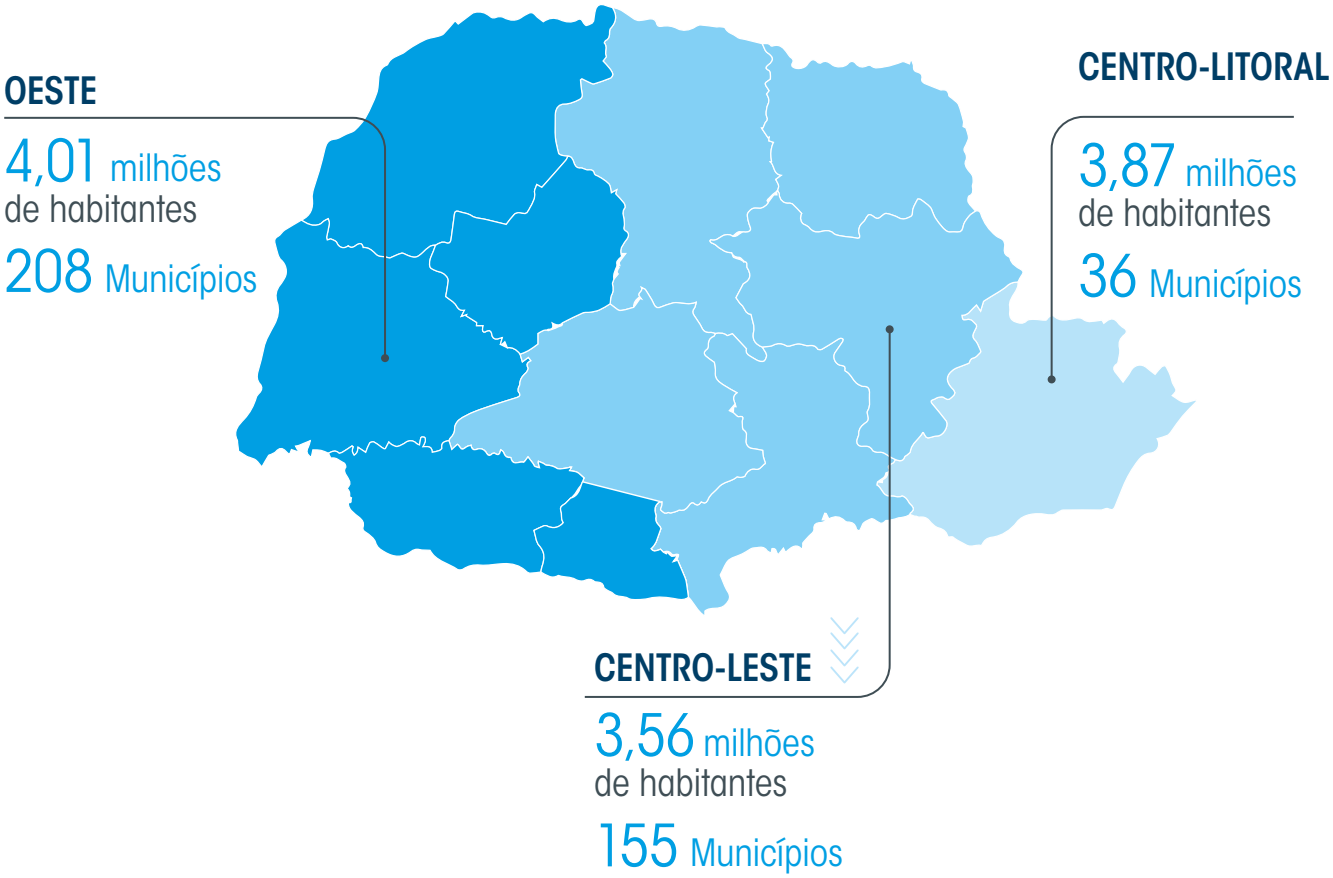
A titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada em colegiados, nos quais os Municípios têm 60% dos votos e o Estado do Paraná, os outros 40%. Entre as atribuições dos colegiados, destacam-se o planejamento e a instituição de diretrizes sobre os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais urbanas.

As microrregiões estão compostas da seguinte maneira:

Microrregião Centro-Litoral: com 3,87 milhões de habitantes, é formada por 36 Municípios, incluindo Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo

Microrregião Centro-Leste: com 3,56 milhões de habitantes, é formada por 155 Municípios, incluindo Londrina, Ponta Grossa e Guarapuava.

Microrregião Oeste: com 4,01 milhões de habitantes, é formada por 208 Municípios, incluindo Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.



Ao longo de 2023 foram formalizadas 21 parcerias para obras em comunidades rurais, com investimentos aproximados de R$ 14 milhões em conjunto com os municípios. Até a publicação deste Relatório, havia 91 obras em andamento, algumas delas com conclusão prevista para 2024.

O plano 2024-2028 prevê o atendimento de 18 aldeias indígenas e comunidades quilombolas com serviços de fornecimento de água nos municípios de Vitorino, Guaíra, Terra Roxa, Tamarana e Santa Helena. Nova Laranjeiras, Clevelândia, Pontal do Paraná, Piraquara, Adrianópolis e São Miguel do Iguaçu.

Para atingir as metas de universalização, a Sanepar incrementou os investimentos no saneamento rural e em comunidades quilombolas e aldeias indígenas, limitando os desembolsos a 0,15% da receita líquida de água e esgoto do ano anterior. Em 2023, a Sanepar obteve Receita Líquida de R$ 6,3 bilhões - sendo assim, os desembolsos para Saneamento Rural em 2024 podem chegar a R$ 9,4 milhões.

Programa de Recuperação de Créditos

Durante o exercício, a Sanepar implementou o Programa de Recuperação de Créditos para Clientes Particulares Ativos e Inativos (RECLIP), possibilitando a negociação de contas em atraso que somavam aproximadamente R$ 814 milhões. A iniciativa contribui para um melhor planejamento orçamentário dos clientes e para a redução da inadimplência, ao mesmo tempo em que evita a suspensão no abastecimento. Nas negociações realizadas em 2023, não havia obrigatoriedade de pagamento de valor de entrada, nem cobrança de multas. Até julho, os clientes com débitos vencidos podiam parcelar o passivo em até 60 vezes, com taxa de juros de 0,3% ao mês. Em agosto e setembro, a Companhia ofereceu a possibilidade de parcelamento das dívidas em até 48 vezes, com juros de 0,5% ao mês. De outubro a dezembro, o Programa previa parcelamento em até 36 vezes, com juros de 0,7% ao mês.

Resultados do RECLIP/2023

Atendimento Sanepar
Para esse atendimento, foi gerado o seguinte protocolo: 20221026144001000020.
Em que posso ajudar?
14:42
Escolha uma das opções abaixo:
1 - Solicitar ligação nova de água e/ou esgoto
2 - Informar falta d´água
3 - Consultar e negociar débitos e/ou solicitar segunda via
4 - Informar vazamento de água e esgoto ou refluxo
5 - Solicitar outros serviços
6 - Consultar protocolo
7 - Informações Gerais
7
14:42

Propósito, Missão, Visão e Valores

A Sanepar busca constantemente inovações para conferir maior eficiência a seus processos, suas técnicas e materiais utilizados, em linha com os investimentos necessários para cumprimento das metas de universalização dos serviços com qualidade e preservando seu equilíbrio econômico-financeiro. A Companhia estimula ativamente a sugestão e adoção de soluções inovadoras por seus colaboradores em todas as suas áreas e processos, como parte da cultura da Sanepar.

Propósito

Levar saúde à população de forma sustentável.

Missão

Assegurar saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora.

Visão

Ser referência nacional e internacional em saneamento ambiental.

Valores

Responsabilidade - Ser responsável por suas ações e decisões, em comprometimento com os objetivos da empresa;

Inovação - Buscar novas soluções, visando a eficiência e a universalização do saneamento ambiental;

Competência - Executar suas atribuições profissionais com o suporte do conhecimento, habilidades e atitudes assertivas;

Respeito - Agir de forma correta, respeitando a diversidade, a sociedade e o meio ambiente;

Comprometimento - Agir de forma dedicada e comprometida com os princípios, os valores, a visão e a missão da empresa;

Profissionalismo - Exercer suas atribuições com dedicação, ética e respeito;

Transparência - Atuar e informar de forma clara e verdadeira;

Ética - Agir de acordo com valores que norteiam uma conduta íntegra, transparente e honesta.

Plano Estratégico Ciclo 2024-2028

O principal desafio da Sanepar para os próximos anos é a adequação aos impactos de novos cenários, em especial eventos climáticos extremos, sem medir esforços para atingir as metas de universalização do Marco Legal do Saneamento. A Companhia busca cumprir as metas sem descuidar da qualidade de seus serviços para a população e preservando o equilíbrio econômico-financeiro.

Em novembro de 2023, a Companhia reavaliou seu plano de investimentos para promover a adoção de inovações, principalmente a inovação aberta. Durante o exercício, a Sanepar concluiu seu segundo edital de estímulo a *startups,* com projetos voltados a sistemas sustentáveis de esgotamento sanitário, em parceria com o Parque Tecnológico Itaipu (PTI); uso agrícola do lodo do esgoto; oportunidades de negócios em biofertilizantes; secagem térmica e combustão de lodo, entre outros.

Plano Plurianual de Investimentos - 2024 a 2028 (em milhões de R$)

	2023[1]	2024	2025	2026	2027	2028	2024 a 2028
Capex Regulatório [2]	1.814,9	2.101,9	2.095,7	1.610,9	1.367,2	1.551,3	8.727,0
Resíduos sólidos / Água industrial	6,5	4,9	9,1	0,6	0,5	1,7	16,8
Capitalizações [2]	157,6	179,4	189,5	198,4	197,1	201,9	966,3
Doações de Redes	31,4	28,3	29,0	29,6	30,4	30,9	148,2
Parcerias[2]	-	67,4	200,9	330,1	382,3	376,8	1.357,5
Total	**2.011,4**	**2.381,9**	**2.524,2**	**2.169,6**	**1.977,5**	**2.162,6**	**11.215,8**

	2023[1]	2024	2025	2026	2027	2028	2024 a 2028
Água	719,9	778,9	635,4	581,9	607,6	808,5	3.412,3
Esgoto	1.146,6	1.469,1	1.785,2	1.515,7	1.279,1	1.303,2	7.352,3
Outros	144,9	133,9	103,6	72,0	90,8	50,9	451,2
Total	**2.011,4**	**2.381,9**	**2.524,2**	**2.169,6**	**1.977,5**	**2.162,6**	**11.215,8**

[1] Valores do Plano Plurianual de Investimentos divulgado em Fato Relevante de 07/12/2022.
[2] Componentes da base tarifária de água e esgoto da Companhia, conforme 2ª Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Valores sólidos

Apesar do cenário de desafios, a Sanepar mantém inabaláveis seus objetivos estratégicos e eixos norteadores:

Sustentabilidade – assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos negócios; conservar o meio ambiente; promover a responsabilidade social.
Clientes e poder concedente – manter e ampliar o mercado; elevar a satisfação e fidelizar os clientes; fortalecer a imagem da empresa.
Processos – garantir a qualidade dos produtos e serviços; aprimorar e inovar projetos e processos; assegurar as práticas regulatórias e de governança corporativa.
Aprendizado e Crescimento – fortalecer a cultura da inovação; aperfeiçoar o conhecimento, as habilidades e atitudes; desenvolver o ambiente organizacional.

Governança Corporativa

A Sanepar reafirma seu compromisso com os princípios de governança corporativa, incorporando a transparência e a integridade em suas ações internas e externas. Anualmente, a Companhia publica seu Plano de Trabalho Integrado de Gerenciamento de Riscos Estratégicos, Controle Interno Corporativo e *Compliance,* após a aprovação do Conselho de Administração. O documento descreve detalhadamente os princípios, diretrizes, regras, responsabilidades e conceitos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos e dos controles internos nos processos da Companhia.

Com o objetivo de promover maior aderência e alinhamento entre seu trabalho interno e externo, a Companhia homologou em março de 2023 o Programa de Integridade para Terceiros. O documento determina que atuação de fornecedores deve espelhar os valores da Sanepar, principalmente na prevenção, detecção, monitoramento e resposta em relação a atos lesivos previstos na legislação, em especial na Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846/2013. O Programa é composto pelos pilares: Ambiente Íntegro, *Due Diligence*, Compromissos de Integridade e Monitoramento.

O Programa de Integridade inclui o Código de Conduta e Integridade, o Regulamento Disciplinar, o Regimento Interno do Comitê de Conduta e normas internas. O Código de Conduta e Integridade é crucial para assegurar padrões de conduta aceitáveis. Colaboradores e terceiros podem relatar irregularidades ao Canal de Denúncias, à gestão ou aos outros canais de acesso. O Regulamento Disciplinar prevê as medidas que devem ser tomadas para lidar com diferentes situações: a gestão trata imediatamente dos casos considerados leves, educativos e de média gravidade, enquanto o Comitê de Conduta lida com situações consideradas graves e gravíssimas. Esse processo confere transparência e imparcialidade, reforçando a cultura de integridade preconizada pelo Código.

Em 2023, a Companhia promoveu a edição anual de sua "Semana de Integridade" durante a semana do Dia Internacional de Combate à Corrupção, em 9 de dezembro. Durante o evento, a Alta Liderança e agentes de governança da Sanepar — incluindo o Presidente do Conselho de Administração e membros do Conselho, o Presidente da Sanepar e Diretores da Companhia — apresentaram painéis ao lado de personalidades de renome nacional. Os temas em destaque incluíram Ética, *Compliance* e Inovação, Aspectos Legais da Integridade, Diversidade, Riscos Corporativos e Operacionais, Dia Internacional de Combate à Corrupção e Lei Geral de Proteção de Dados.

A Sanepar também avançou, em 2023, no mapeamento de riscos de processos. O movimento possibilitou a avaliação dos sistemas de controles internos e aprimorou a gestão em todos os níveis da Companhia, incluindo procedimentos táticos e operacionais. A priorização dos processos foi realizada com base em critérios de materialidade das diretorias e nas orientações do Comitê de Gerenciamento de Riscos. As iniciativas contaram com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração.

Em 2023, a Sanepar revisou os documentos: Estatuto Social da Companhia; Código de Conduta e Integridade; Código de Conduta para Terceiros; Políticas de Segurança da Informação, Proteção de Dados Pessoais e Privacidade e Contratação de Auditoria Independente; Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILC); Regulamentos de Proteção às Informações e Disciplinar; e Regimentos Internos dos Comitês de Conduta e Estratégico ASG. Foi implantada a nova política de Diversidade, Equidade e Inclusão.

Olhar para o futuro

A Sanepar conta com importantes elementos necessários para se consolidar no ambiente do Marco Legal do Saneamento: funcionários com um excelente nível técnico e comprometimento, controles internos mapeados e cumpridos à risca, e diretrizes de integridade e ética sólidas.

Em meados de outubro de 2023, foi criada a Diretoria de Inovação e Novos Negócios com o objetivo de alinhar a estratégia da empresa à sua visão de futuro, possibilitando o aumento de receita, a garantia da perenidade, a modicidade tarifária e a mitigação de riscos.

Sustentabilidade

As questões de sustentabilidade são intrínsecas à atividade do setor de saneamento. As operações da Companhia geram impactos ambientais positivos e negativos, relacionados à preservação do ciclo da água na natureza e às obras de abastecimento em áreas cada vez mais urbanizadas. A incorporação de aspectos sociais relativos ao fornecimento de água e ao tratamento de esgoto dentro dos padrões de qualidade, mediante pagamento de tarifa módica, também contribui para o desenvolvimento sustentável.

Em 2023, a Sanepar adquiriu a totalidade das ações da CS Bioenergia S.A e realizou a sua incorporação societária, assumindo seu controle e gestão completa. Localizada ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Belém, essa companhia tem como objetivos a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido no local, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou sua operação em junho de 2017, atingindo sua estabilidade operacional em 2019, ano em que iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar.

Em novembro de 2023, a Companhia firmou um Memorando de Entendimento e Cooperação Interinstitucional com o Governo do Estado do Paraná e o Governo de Alto Paraná, no Paraguai, com duração de dois anos. Por meio do acordo, as partes manifestam a intenção de envidar

esforços para estabelecer a cooperação técnica, científica e empresarial. O documento prevê, ainda, o compartilhamento de dados e informações para subsidiar o planejamento e a execução de ações integradas. O Memorando possui os seguintes objetivos (i) o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social em territórios de interesse mútuo localizados no Paraguai e/ou no Brasil; (ii) a segurança hídrica a partir de projetos de saneamento ambiental; (iii) diagnósticos, projetos de pesquisa e inovação, estratégias e arranjos interinstitucionais, notadamente associados com água e esgoto.

Outras ações desenvolvidas em 2023:

- Desde janeiro de 2022 a Sanepar desenvolve ações visando a recuperação de áreas degradadas no entorno do futuro Reservatório Miringuava. Os serviços já executados envolveram o preparo inicial das áreas (descompactação e correção do solo, adubação, controle de espécies daninhas), e o plantio de 147.849 mudas de 32 espécies arbóreas nativas, perfazendo uma área total recuperada de cerca de 122 ha. Ao longo do ano de 2023 foram plantadas 50.832 mudas, compreendendo uma área de 34 ha. Após os plantios, as áreas seguem com serviços de manutenção e monitoramento, visando garantir o desenvolvimento das mudas ou sua reposição, em caso de mortalidade.

- Foi realizada a aquisição de 100 ha adjacente a um dos maiores remanescentes de Perobas do Paraná visando a preservação desse ecossistema.

- Em 2023 foram reciclados na agricultura 24.207 toneladas de lodo (higienizado) gerado a partir do tratamento do esgoto em 28 Unidades de Gerenciamento de Lodo (UGLs) de Estações da Sanepar. O produto final (biossólido) fornecido pela Sanepar (gratuitamente) beneficiou 144 agricultores, situados em 57 municípios do Estado do Paraná, promovendo a correção de solo e aporte de nutrientes e matéria orgânica para mais de 2.845 hectares, para diversas culturas, como soja, milho, café, trigo, entre outras.

- Manutenção pelo segundo ano consecutivo de zero não conformidades, atestada por certificadoras distintas no sistema de Gestão Ambiental, com certificados ISO 14001, em especial no Aterro Sanitário de Cianorte.

- Obtenção do licenciamento ambiental para obras estratégicas, como: Central de Tratamento de Resíduos na ETE Padilha Sul; modernização da ETE Alegria em Medianeira; ampliação da ETE Barra Nova em Apucarana; nova captação de água em Umuarama; e obra inovadora de tratamento de esgoto por zonas de raízes em Saudade do Iguaçu.

- Plano de Gestão Socioambiental na comunidade impactada pelas obras de Ampliação da ETE Atuba Sul, com o objetivo de informar e orientar a comunidade do entorno da obra.

A Companhia adota os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como signatária do Pacto Global das Nações Unidas desde 2019, trabalhando para o cumprimento de suas metas e para a disseminação e promoção da Agenda 2030.

A Sanepar considera os 17 ODS como igualmente importantes e intrinsecamente ligados entre si. Por outro lado, para auxiliar a abordagem e viabilizar a devida internalização, a Companhia decidiu estrategicamente pela priorização dos seguintes 5 objetivos:

Ações da Sanepar que atendem aos ODS priorizados:

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Água Potável e Saneamento

- Tarifas diferenciadas;
- ODS em pauta;
- Revitalização de rios urbanos;
- Serviços de saneamento;
- Comitês de bacias;
- Sustentabilidade da escola ao rio;
- Eficiência energética;
- Agenda ambiental;
- Lodo de esgoto – uso agrícola;
- Metodologia de análise e soluções de problemas de perdas (MASPP);
- Convênios de pesquisa;
- Se Ligue na Rede;
- Educação ambiental em bacias de mananciais;
- Caixa d'água Boa;
- Saneamento rural;
- Capacitação de facilitadores no saneamento;
- Visitas mediadas;
- Programa Fundo Azul
- Ambiente regulado.

Saúde e Bem-Estar

- Tarifas diferenciadas;
- Inventário de gases de efeito estufa;
- Comitê da diversidade, equidade e inclusão;
- Serviços de saneamento;
- Se ligue na rede;
- Caixa d'água boa;
- Operação verão nas praias / verão Paraná: Viva a Vida;
- Saneamento rural;
- Educação à distância.

Igualdade de Gênero

- Educação a distância de gênero;
- Código de conduta;
- Comitê da diversidade, equidade e inclusão;
- Se ligue na rede;
- Política de remuneração;
- Prêmio Inova;
- Operação verão nas praias / verão Paraná: Viva a Vida.

Consumo e Produção Responsáveis

- Plano de Mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Inventário de gases efeito estufa;
- ODS em pauta;
- Revitalização de rios urbanos;
- Serviços de saneamento;
- Operação verão nas praias / verão Paraná: Viva a Vida;
- Capacitação de facilitadores no saneamento;
- Educação ambiental em bacias de mananciais;
- Visitas mediadas;
- Convênios de pesquisa;
- Tarifas diferenciadas;
- Ambiente regulado;
- Lodo de esgoto – uso agrícola;
- Eficiência energética;
- Comitês de bacias;
- Programa Fundo Azul;
- Agenda ambiental.

Ação contra a Mudança Global do Clima

- Convênios de pesquisa;
- ODS em pauta;
- Agenda ambiental;
- Cortinas verdes;
- Programa Fundo Azul;
- Eficiência energética;
- Comitês de bacias;
- Plano de Mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Inventário de gases efeito estufa;
- Capacitação de facilitadores no saneamento;
- Educação ambiental em bacias de mananciais;
- Metodologia de análise e soluções de problemas de perdas (MASPP);
- Programa Paraná Bem Tratado, que busca a redução dos Gases de Efeito Estufa e melhoria na qualidade do tratamento;
- Serviços de saneamento.

A definição de prioridades, realizada com a participação de representantes de todas as diretorias da Companhia, permitirá a orientação dos investimentos, ações e programas, estabelecendo um caminho ótimo para alcançar as metas da Agenda 2030, com responsabilidade, consistência, e geração de valor para os acionistas, empregados e a sociedade como um todo.

O trabalho de priorização dos ODS evidencia o cuidado da Sanepar com o ambiente interno e o entorno, buscando garantir boas condições para que a própria organização, seus empregados e parceiros comerciais possam se desenvolver e prosperar em conjunto com a natureza e a sociedade.

Em 2023, teve início a implementação do Plano Estratégico de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas da Sanepar, aprovado em novembro de 2022, com os compromissos de promover ações de mitigação de GEE e de desenvolver estratégias de adaptação e resiliência às mudanças climáticas.

A Sanepar publica anualmente suas informações socioambientais em Relatório de Sustentabilidade. A partir de 2023, o documento é produzido no formato de Relato Integrado - seguindo a metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI 2021).

Capital Humano

Em 2023, a equipe Sanepar superou os desafios com criatividade e eficiência, conquistando bons resultados por mais um ano.

A Companhia investiu fortemente em ações humanizadas e programas relacionados à segurança, saúde e bem-estar para proporcionar um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e seguro. Os esforços da Sanepar se refletem diretamente na melhoria da qualidade de vida dos empregados e de seus familiares.

Clima Organizacional

A Companhia realizou em 2022 sua mais recente pesquisa de clima organizacional, aplicada a cada biênio. Nessa edição, os empregados escolheram entre os conceitos: muito satisfeito, satisfeito, indiferente, insatisfeito e muito insatisfeito, para classificar os temas abordados. A pesquisa foi feita em linha com o Guia de Referência para Medição do Desempenho (GRMD), da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES).

O levantamento revelou o maior resultado de satisfação da história: 84,6% dos empregados manifestam felicidade por trabalhar na Sanepar.

A Sanepar investe fortemente em desenvolvimento de pessoal por meio de treinamentos e oportunidades de qualificação e aperfeiçoamento. Com foco no bem estar, saúde e segurança, a Companhia atua em diversas frentes, buscando assegurar a integridade física, psicoemocional e social dos empregados, em um ambiente corporativo livre de qualquer tipo de assédio.

Política de Gestão de Pessoas

Aprovada pelo Conselho de Administração, a Política de Gestão de Pessoas da Sanepar preconiza a necessidade de "proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e, por extensão, na de seus familiares" como diretriz de segurança, saúde e bem-estar. Dessa forma, o documento contribui para a implementação de práticas ASG, com orientações atualizadas constantemente.

Em 2023, a Sanepar reiterou seus compromissos ASG com a adesão aos movimentos "Salário Digno" e "Mente em Foco" do Pacto Global. A Companhia considera esses esforços imprescindíveis para o reconhecimento e a valorização das diferenças e a promoção de um ambiente de trabalho ainda mais respeitoso, justo, seguro, inclusivo e acolhedor.

O Serviço Social interno da Companhia investe fortemente em desenvolvimento de pessoal por meio de treinamentos e oportunidades de qualificação e aperfeiçoamento.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Em março de 2023, o Conselho de Administração homologou a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Sanepar, que estabelece diretrizes e compromissos para que a atuação da Companhia assegure respeito, inclusão, equidade, e valorização à diversidade humana no desenvolvimento de suas atividades, em todas as regiões onde está presente e em todos os seus processos. A política aplica-se a todos os empregados, estagiários, jovens aprendizes, agentes de governança, clientes, fornecedores, instituições parceiras, e demais partes relacionadas à Sanepar.

Dentre as ações com viés social interno realizadas em 2023, merecem destaque:

- Celebração de Termos de Cooperação com as Associações de Empregados e com o Rotary Internacional, por meio do Rotary Club Corporativo Sanepar, para a realização de campanhas sociais e eventos corporativos;
- Lançamento do Programa de Voluntariado Corporativo e criação de Comitê específico com as campanhas "Inverno Solidário"; Outubro Rosa, voltado à saúde da mulher; e arrecadação de mantimentos e itens de limpeza para as vítimas das enchentes na região de União da Vitória;
- Patrocínio de corridas de rua em diversas localidades do Estado, como forma de estimular práticas de melhoria da qualidade de vida, integridade física e mental, e o equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho. As iniciativas contaram com a participação de centenas de empregados e de milhares de pessoas da sociedade;
- Implementação digital do Cadastro Espontâneo de Intenção de Transferência (CEIT). A ferramenta visa divulgar o desejo de movimentações e transferências dos empregados efetivos dentro da Companhia;
- Por meio dos Acordos Coletivos de Trabalho e da Política de Gestão de Pessoas, a Sanepar atua nas definições de benefícios sociais, trabalhistas e ações afirmativas para a promoção do respeito a todos os empregados e mitigação de passivos trabalhistas;
- Lançamento do 1º Censo da Diversidade Sanepar. A pesquisa breve e simples, coleta características demográficas dos empregados por meio de autodeclaração, contribuindo com ações e definições de metas e indicadores. O Censo alinha-se aos princípios ASG e objetivos *Great Place to Work* (GPTW), humanizando e melhorando o ambiente de trabalho.

A seguir o perfil dos empregados da Sanepar:

Perfil dos Empregados

* Se refere ao número de empregados que não respondeu o Censo Social (aplicado em 2023 pela Gerência de Gestão de Pessoas) que é respondido pelos empregados de forma voluntária.

Distribuição Geográfica

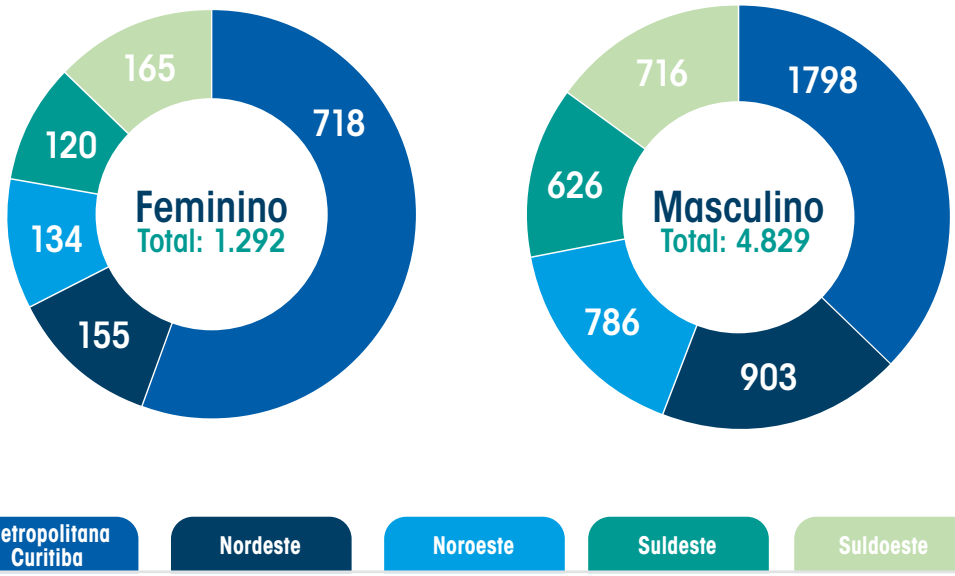


Gráfico Escolaridade

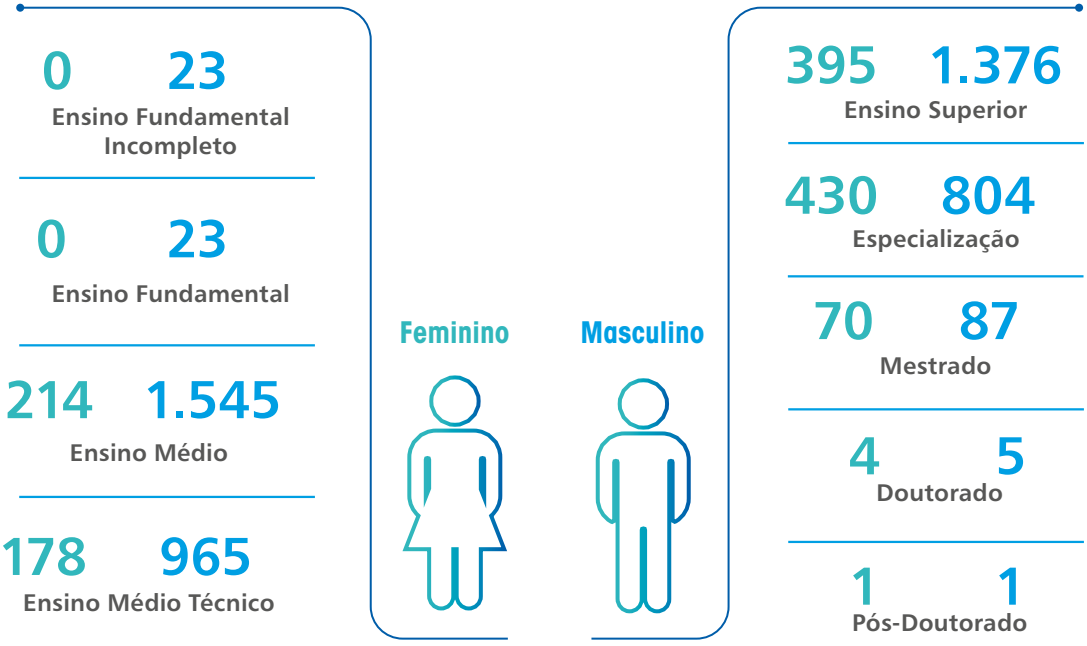


Gráfico Funções de Liderança

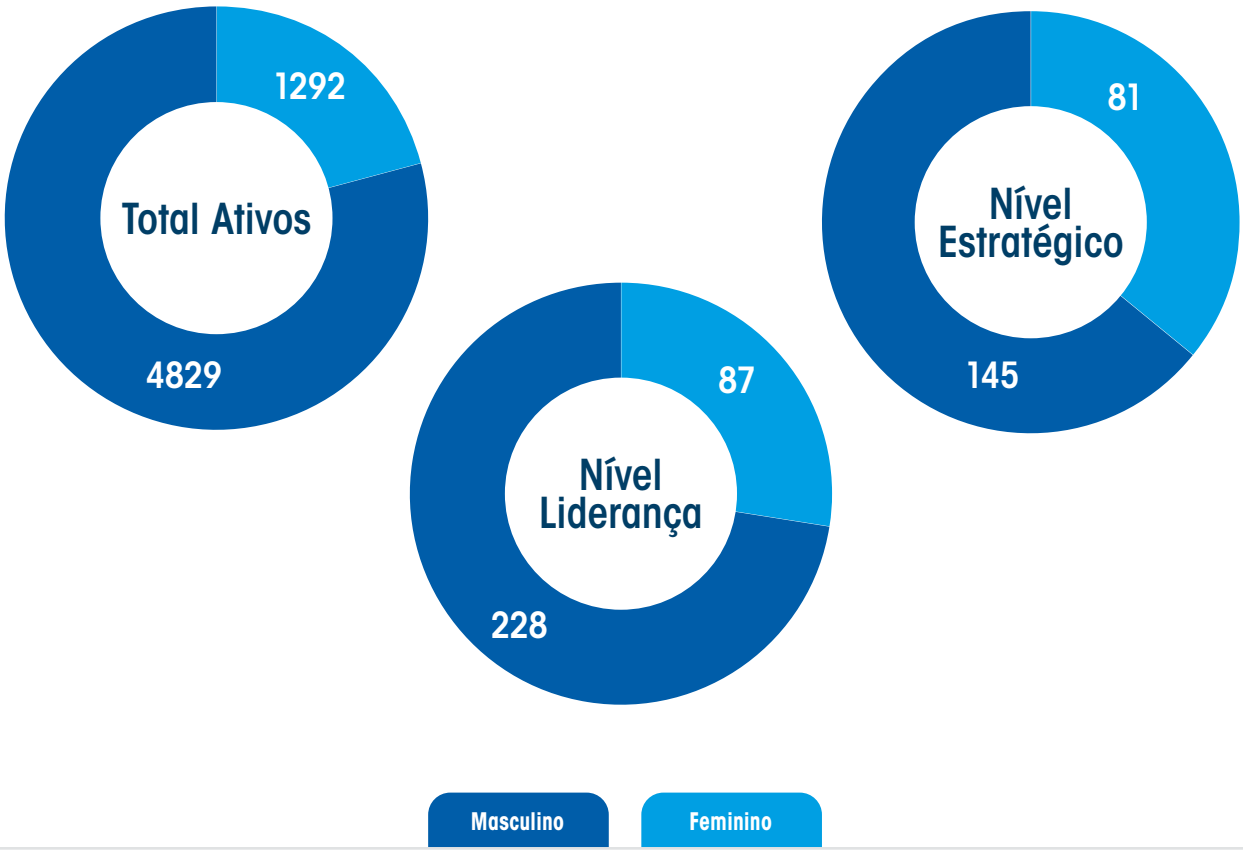
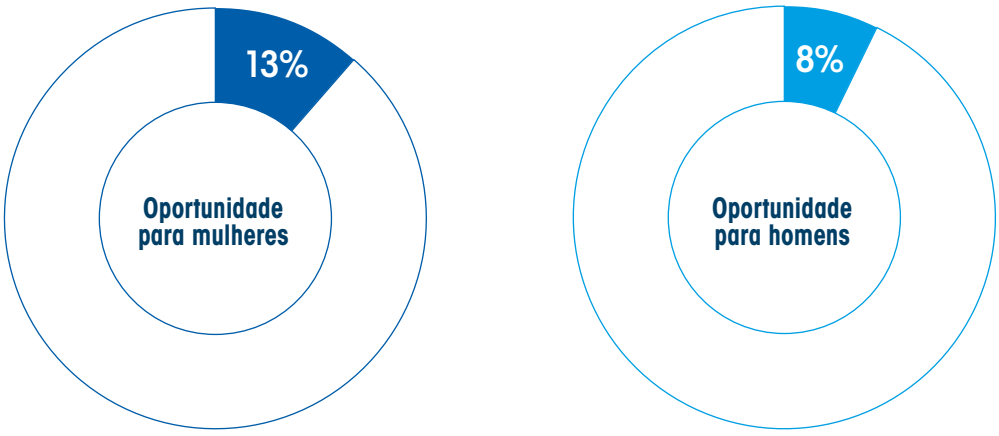


Gráfico Índice de Oportunidade - Mulheres X Homens

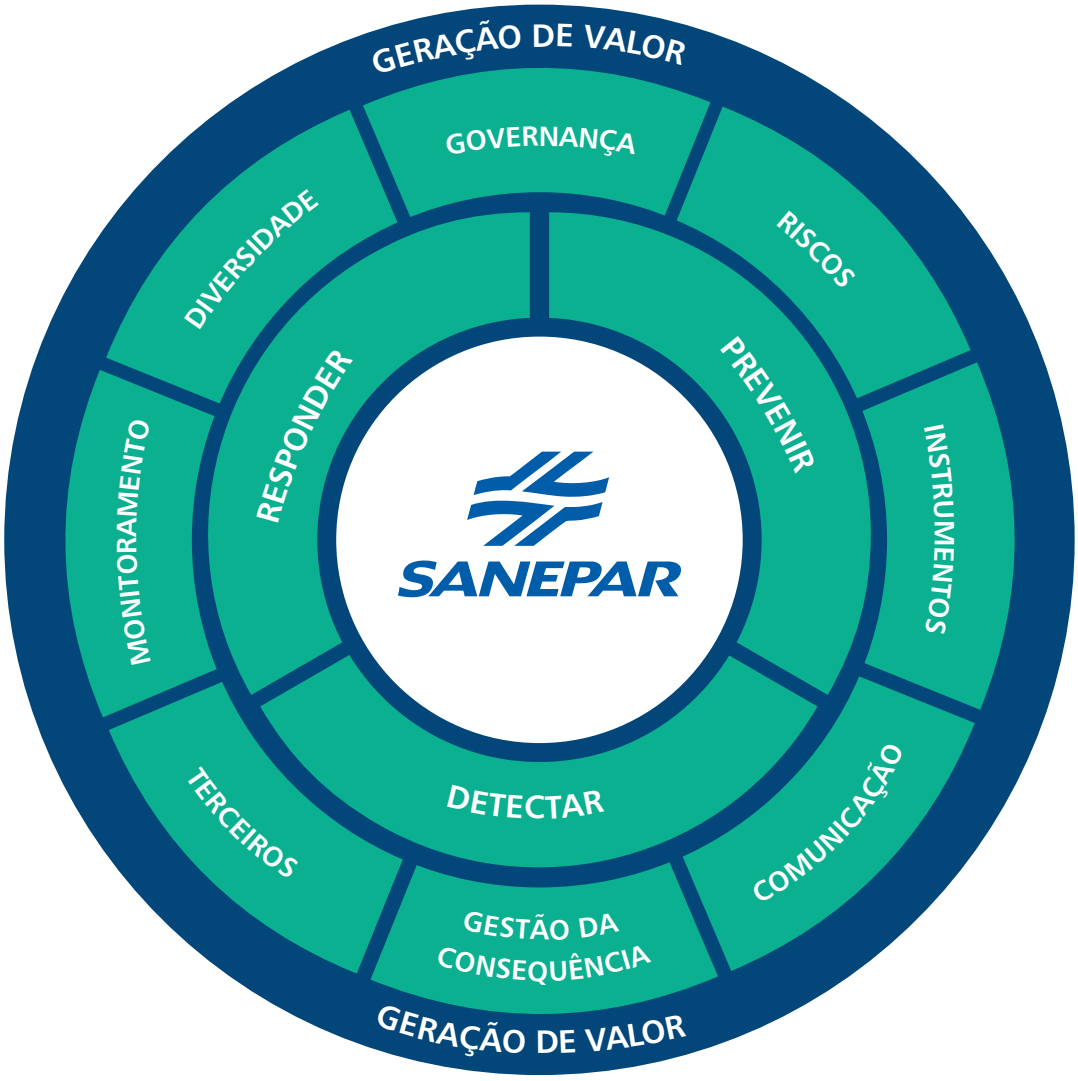


Informações Adicionais

Governança, riscos e *compliance*

A Companhia revisou os Programas de Integridade Sanepar e de Integridade para Terceiros, em janeiro e em março de 2023. Os programas buscam induzir e consolidar uma cultura de honestidade, eficiência e sustentabilidade, por meio do constante aumento da transparência; atuação conforme as melhores práticas; e prevenção de fraudes, corrupção, e conflitos de interesses. Dessa maneira, a Companhia busca o impacto positivo de seus serviços no mercado, em seu ambiente de negócios e nas comunidades onde atua.

O Programa de Integridade está ancorado em oito pilares:



A Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e *Compliance*, em parceria com as áreas de Comunicação e Desenvolvimento de Pessoas, manteve no ano a trilha obrigatória de capacitação para os funcionários na modalidade Educação à Distância (EAD) – da Governança, da Integridade e do *Compliance.* As trilhas visam um maior alinhamento aos valores e processos da Companhia, aproximando cada vez mais os colaboradores dos objetivos propostos.

Como parte da gestão da integridade e consequências, a Sanepar prosseguiu com a ampla divulgação de seu Código de Conduta e do Regulamento Disciplinar. Os documentos conferem mais instrumentalidade e eficiência tanto para o Comitê de Conduta quanto para as lideranças. A alta administração e seus agentes de Governança são informados trimestralmente a respeito dos resultados de apuração e das medidas tomadas por *Compliance*, Núcleo de *Compliance*, Comitê de Conduta e lideranças da Companhia, visando proporcionar melhorias e monitoramento do processo.

A Sanepar mantém para os públicos interno e externo um Canal de Denúncias independente, garantindo a confidencialidade dos autores de relatos, das pessoas envolvidas na investigação do caso e do conteúdo das denúncias. A Companhia repudia toda e qualquer discriminação ou retaliação contra denunciantes que, de boa-fé, comuniquem transgressões e suspeitas de transgressões, mesmo nos casos de denúncias infundadas.

Quando identifica indícios suficientes nas denúncias recebidas, a Sanepar instaura procedimentos internos, de acordo com o Regulamento Disciplinar, para levantamento dos fatos. Este documento estabelece os procedimentos para a tomada de decisão, envolvendo medidas disciplinares nos casos de violações do Código de Conduta e Integridade, e descumprimento de leis, normas, políticas e demais procedimentos internos. O Regulamento detalha, ainda, os procedimentos a serem tomados conforme o nível de gravidade da conduta denunciada. O caso pode ser levado ao Comitê de Conduta ou à liderança imediata dos denunciados, para a devida gestão das consequências. Em todo o processo, há respeito ao direito de defesa dos denunciados e ao anonimato dos denunciantes.

A atuação dos órgãos de governança da Sanepar é constantemente avaliada por empresa externa independente, em linha com as previsões da Legislação, permitindo a evolução contínua do processo.

Transparência

A Sanepar mantém um site com todos os dados relevantes, estabelecendo um fluxo para a solicitação e obtenção de informações da Companhia. O Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) visa assegurar a transparência no ambiente empresarial.

Em outubro de 2023, a Companhia revisou sua Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade para inserir a previsão de privacidade desde a concepção. O documento tem por objetivo estabelecer diretrizes para a coleta e o tratamento dos dados pessoais de clientes, empregados, administradores, fornecedores, acionistas, parceiros de negócios, outras partes interessadas, e suas respectivas partes relacionadas. As medidas são derivadas de trabalho técnico que envolveu as áreas de Governança e de Tecnologia da Informação (TI).

Serviços Prestados por Auditores Independentes

A Sanepar respeita a independência do auditor externo e entende a importância de a entidade de auditoria ter capacidade para julgar e atuar com integridade e objetividade para emitir relatórios ou pareceres imparciais.

A Companhia mantém contrato com a BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda para a execução dos serviços de auditoria independente das Demonstrações Contábeis dos exercícios anuais desde 2019, e para a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as Informações Contábeis Intermediárias dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2020 a 2023. Auditores da BDO também foram contratados para certificar os indicadores de Sustentabilidade reportados no Relato Integrado 2023, conforme recomenda a CVM, emitir Relatório de Asseguração em relação ao cumprimento integral dos indicadores econômico-financeiros descritos no art. 5º do Decreto nº 11.598/2023, para auditar os saldos iniciais do processo de aquisição da CS Bioenergia S.A. e para elaborar o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil para fins de incorporação societária da CS Bioenergia pela Sanepar.

Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os aqui relatados.

Balanço Social Anual

A Sanepar apresenta seu Balanço Social com o intuito de reforçar a transparência perante empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes e a sociedade em geral.

A Companhia utiliza o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Com o objetivo de demonstrar seus valores éticos, como a participação, a igualdade, a diversidade de gênero e raça, a inclusão de Pessoas com Deficiência, entre outros, a Companhia presta contas de sua real situação.

A análise dos dados elucida em quais pontos a Companhia já avançou e em quais questões necessita melhorar, revelando os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023

1) Base de Cálculo	2023			2022		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.292.736			5.673.647		
Lucro Operacional (LO)	2.024.321			1.545.547		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.177.074			1.092.060		
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre ROL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre ROL**
Alimentação	112.050	9,52	1,78	105.223	9,64	1,85
Encargos sociais compulsórios	250.087	21,25	3,97	231.870	21,23	4,09
Previdência privada	40.722	3,46	0,65	37.913	3,47	0,67
Saúde	96.603	8,21	1,54	85.955	7,87	1,51
Vale transporte	1.040	0,09	0,02	933	0,09	0,02
Segurança e saúde no trabalho	16.681	1,42	0,27	15.386	1,41	0,27
Educação	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.298	0,45	0,08	3.876	0,35	0,07
Creches ou auxílio-creche	1.955	0,17	0,03	2.055	0,19	0,04
Participação nos lucros ou resultados	115.007	9,77	1,83	88.093	8,07	1,55
Outros	149.872	12,73	2,38	142.438	13,04	2,51
Total - Indicadores Sociais Internos	**789.315**	**67,07**	**12,55**	**713.742**	**65,36**	**12,58**
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre LO**	**% Sobre ROL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre LO**	**% Sobre ROL**
Cultural, Artístico, Audiovisual e Desportivo	13.209	0,65	0,21	6.129	0,40	0,11
Fundos da Criança e do Idoso	4.000	0,20	0,06	3.500	0,23	0,06
Programas de Assistência à Saúde e Oncológico	4.530	0,22	0,07	-	-	-
Lazer e diversão	1.540	0,08	0,02	3.247	0,21	0,06
Outros	36	-	-	80	0,01	-
Total das Contribuições para a Sociedade	**23.315**	**1,15**	**0,36**	**12.956**	**0,85**	**0,23**
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.061.036	52,41	16,86	870.570	56,33	15,34
Total – Indicadores Sociais Externos	**1.084.351**	**53,56**	**17,22**	**883.526**	**57,18**	**15,57**

4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R$)	% Sobre LO	% Sobre ROL	Valor (Mil R$)	% Sobre LO	% Sobre ROL
Relacionados com a operação da empresa	2.031.962	100,38	32,29	1.796.243	116,22	31,66
Em Programas e/ou projetos externos	138.534	6,84	2,20	159.378	10,31	2,81
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**2.170.496**	**107,22**	**34,49**	**1.955.621**	**126,53**	**34,47**

5) Indicadores do Corpo Funcional	2023	2022
Nº de empregados(as) ao final do período	6.121	6.199
Nº de admissões durante o período	0	1
Nº de estagiários(as)	103	116
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	3.308	3.099
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.292	1.316
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26,90%	30,60%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa[1]	308	317
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais[2]	95	98

6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	16,9			21,4		
Número total de acidentes de trabalho	137			108		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	**Em 2023: 4.619.790**			**Em 2022: 3.851.694**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26,4% governo	27,5% colaboradores(as)		26,5% governo	30,3% colaboradores(as)	
	9,8% acionistas	13,6% terceiros	22,7% retido	11,2% acionistas	13,3% terceiros	18,7% retido

[1] Cota de Afrodescendentes em Concurso Público a partir do ano-calendário 2005;

[2] Cota de Deficientes Físicos em Concurso Público a partir do ano-calendário 2000.

Demonstrações Contábeis
Exercício 2023

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ÍNDICE

Demonstrações Contábeis

- Balanços Patrimoniais 65
- Demonstrações dos Resultados 67
- Demonstrações dos Resultados Abrangentes 68
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido..... 69
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto 70
- Demonstrações do Valor Adicionado 71
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 72

Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Contador 138

Relatório dos Auditores Independentes 140

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis 147

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 149

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria 151

Parecer do Conselho Fiscal..... 155

Proposta de Orçamento de Capital..... 157

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.285.158	1.207.932
Contas a Receber de Clientes	6.a	1.260.202	1.086.163
Estoques		69.305	76.943
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	14.644	38.334
Depósitos Vinculados	8	61.654	23.705
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.1	62.838	16.053
Outras Contas a Receber	9	22.931	20.699
Total do Circulante		**2.776.732**	**2.469.829**
Não Circulante			
Contas a Receber de Clientes	6.a	271.525	125.750
Depósitos Vinculados	8	90.059	75.214
Depósitos Judiciais	18.c	586.869	507.294
Ativos Financeiros Contratuais	10	708.227	676.465
Ativo de Contrato	11	2.761.013	2.746.449
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.c	828.516	686.874
Outras Contas a Receber	9	56.963	42.152
Investimentos	12	2.282	1.988
Imobilizado	13.a	378.052	370.524
Intangível	13.b	10.343.667	8.954.657
Total do Não Circulante		**16.027.173**	**14.187.367**
TOTAL DO ATIVO		**18.803.905**	**16.657.196**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	14.a	671.117	575.651
Empreiteiros e Fornecedores		354.897	297.045
Impostos e Contribuições	15	100.087	102.767
Salários e Encargos Sociais		285.790	245.965
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20/22	308.821	227.335
Receitas a Apropriar	17	3.560	3.560
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.1	62.287	15.746
Cauções e Retenções Contratuais		2.382	2.217
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	19	73.635	67.404
Outras Contas a Pagar	21	107.517	91.968
Total do Circulante		**1.970.093**	**1.629.658**
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	14.a	5.106.543	4.507.593
Empreiteiros e Fornecedores		-	1.077
Receitas a Apropriar	17	7.713	11.273
Provisões	18.a	858.613	689.000
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	19	1.030.892	943.652
Outras Contas a Pagar	21	85.851	88.056
Total do Não Circulante		**7.089.612**	**6.240.651**
Total do Passivo		**9.059.705**	**7.870.309**
Patrimônio Líquido	22		
Capital Social		5.996.137	3.996.137
Reserva de Reavaliação		50.164	54.426
Ajustes de Avaliação Patrimonial		4.205	4.322
Reservas de Lucros		3.507.386	4.515.837
Outros Resultados Abrangentes		186.308	216.165
Total do Patrimônio Líquido		**9.744.200**	**8.786.887**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**18.803.905**	**16.657.196**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
Receita Operacional Líquida	23	**6.292.736**	**5.673.647**
Custos dos Serviços Prestados	24	**(2.514.893)**	**(2.383.355)**
Lucro Bruto		**3.777.843**	**3.290.292**
Despesas Operacionais			
Comerciais	25	(256.362)	(469.608)
Administrativas	25	(805.647)	(692.613)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	25	(30.656)	(102.055)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(5.263)	(3.300)
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	18.a	(169.385)	(73.375)
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	19	(48.233)	(72.703)
Programa de Participação nos Resultados	26	(115.007)	(88.093)
		(1.430.553)	**(1.501.747)**
Receitas (Despesas) Financeiras			
Receitas Financeiras	27	295.702	264.891
Despesas Financeiras	27	(618.671)	(507.889)
		(322.969)	**(242.998)**
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**2.024.321**	**1.545.547**
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.a	**(520.958)**	**(394.009)**
Corrente		(647.219)	(476.820)
Diferido		126.261	82.811
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.503.363**	**1.151.538**
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias		469.801	359.856
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais		1.033.562	791.682
Lucro Básico e Diluído por Ação	22.g		
Ordinária		0,93263	0,71437
Preferencial		1,02590	0,78581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**1.503.363**	**1.151.538**
Itens que não serão reclassificados para o resultado	**(29.857)**	**146.364**
Ganhos e Perdas Atuarias sobre plano de aposentadoria e plano de assistência médica	(45.238)	221.764
Tributos sobre os Ganhos e Perdas Atuariais	15.381	(75.400)
Itens que afetam o resultado	**(4.379)**	**(4.712)**
Realização da Reserva de Reavaliação	(6.458)	(6.933)
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	2.196	2.357
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	(177)	(207)
Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	60	71
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**1.469.127**	**1.293.190**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros						
	Capital Social	Plano de Investimentos	Legal	Incentivos Fiscais	Dividendo Adicional Proposto	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2022	**3.996.137**	**3.512.875**	**108.638**	**11.551**	**63.880**	**-**	**133.261**	**7.826.342**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.151.538	-	1.151.538
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	6.933	(6.933)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(2.357)	2.357	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	207	(207)	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(71)	71	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	221.764	221.764
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(75.400)	(75.400)
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	1.156.250	141.652	1.297.902
Dividendos Adicionais de 2021	-	-	-	-	(63.880)	-	-	(63.880)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	57.574	-	-	(57.574)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	55	-	(55)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(432.623)	-	(432.623)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	159.146		-	159.146
Retenção de Lucros	-	665.998	-	-	-	(665.998)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**3.996.137**	**4.178.873**	**166.212**	**11.606**	**159.146**	**-**	**274.913**	**8.786.887**
Aumento de Capital	2.000.000	(1.833.788)	(166.212)	-	-	-	-	-
Total de Transações de Capital com os Sócios	2.000.000	(1.833.788)	(166.212)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.503.363	-	1.503.363
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	6.458	(6.458)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(2.196)	2.196	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	177	(177)	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(60)	60	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(45.238)	(45.238)
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	15.381	15.381
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	1.507.742	(34.236)	1.473.506
Dividendos Adicionais de 2022	-	-	-	-	(159.146)	-	-	(159.146)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	75.168	-	-	(75.168)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	10	-	(10)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(452.373)	-	(452.373)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	95.326		-	95.326
Retenção de Lucros	-	980.191	-	-	-	(980.191)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**5.996.137**	**3.325.276**	**75.168**	**11.616**	**95.326**	**-**	**240.677**	**9.744.200**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

.....

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	**1.503.363**	**1.151.538**
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	480.108	433.420
Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	12.525	16.378
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	(9.807)	2.464
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	55.857	(14.456)
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(69.698)	192.257
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(126.261)	(82.812)
Provisões	169.385	73.375
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	48.233	72.703
Juros sobre Financiamentos	421.586	358.225
Variações Monetárias sobre Financiamentos	101.073	99.905
Juros e Atualizações Monetárias sobre Arrendamentos	45.982	66.837
Variações Cambiais, líquidas	(277)	(1.093)
Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	2.611	3.387
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.263	3.300
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	5.942	5.442
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(292)	41
	1.142.230	**1.229.373**
Variação nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber de Clientes	(250.116)	(381.141)
Impostos e Contribuições a Recuperar	23.690	(26.914)
Estoques	7.638	(19.263)
Depósitos Judiciais	(79.575)	(98.701)
Outras Contas a Receber	(17.141)	2.461
Empreiteiros e Fornecedores	56.775	25.896
Impostos e Contribuições	551.644	443.238
Salários e Encargos a Pagar	39.825	31.525
Cauções e Retenções Contratuais	165	7
Receitas a Apropriar	(3.560)	14.133
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(603.487)	(469.301)
Outras Contas a Pagar	10.813	88.403
	(263.329)	**(389.657)**
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**2.382.264**	**1.991.254**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicação no Imobilizado e Intangível	(1.926.103)	(1.744.142)
Aplicação em Investimentos	11.389	(5.180)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(1.914.714)**	**(1.749.322)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos Obtidos	1.025.541	1.073.339
Amortizações de Financiamentos	(452.427)	(328.486)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(412.885)	(326.645)
Pagamentos de Arrendamentos	(109.755)	(87.578)
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(2.462)	(12.848)
Depósitos Vinculados	(52.794)	(25.562)
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(385.542)	(309.347)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	**(390.324)**	**(17.127)**
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**77.226**	**224.805**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.207.932	983.127
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	**1.285.158**	**1.207.932**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Receitas		
Vendas de Serviços Prestados	6.783.006	6.110.008
Outros Resultados	(30.656)	(102.055)
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	69.698	(192.257)
	6.822.048	**5.815.696**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Produtos Químicos Consumidos	(216.613)	(200.851)
Materiais Consumidos	(112.994)	(99.258)
Energia Elétrica	(510.131)	(532.543)
Outros Custos de Produtos e Serviços	(692.361)	(645.589)
Serviços de Terceiros Contratados	(355.706)	(285.161)
Outras Despesas Operacionais	(124.784)	(28.771)
	(2.012.589)	**(1.792.173)**
Valor Adicionado Bruto	**4.809.459**	**4.023.523**
Depreciações e Amortizações	(480.108)	(433.420)
Valor Adicionado Líquido	**4.329.351**	**3.590.103**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.263)	(3.300)
Receitas Financeiras	295.702	264.891
Valor Adicionado Total a Distribuir	**4.619.790**	**3.851.694**
Distribuição do Valor Adicionado		
Empregados e Administradores		
Salários e Encargos Sociais	1.009.609	943.928
Remuneração da Diretoria e Agentes de Governança	10.082	9.871
Programa de Participação nos Resultados	115.007	88.093
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	137.325	123.868
	1.272.023	**1.165.760**
Governos		
Tributos Federais	1.211.840	1.016.045
Tributos Estaduais	495	418
Tributos Municipais	5.055	4.248
	1.217.390	**1.020.711**
Financiadores		
Aluguéis	8.343	5.796
Juros e Variações Monetárias	618.671	507.889
	627.014	**513.685**
Acionistas		
Juros sobre o Capital Próprio	**452.373**	**432.623**
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	**1.050.990**	**718.915**
Total	**4.619.790**	**3.851.694**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que se encontra em discussão judicial; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032.

Quando do vencimento da concessão, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o Município de Maringá. Foi distribuído no Supremo Tribunal Federal (STF), ao Ministro Ricardo Lewandowski, à época, o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE), sob nº 1363547, o qual teve seu seguimento negado em 16/02/2022, restando pendente a análise do Agravo Interno interposto, em 19/09/2022. Também no STF, nas datas de 20/04/2022, 23/05/2022 e 05/08/2022 foram

realizadas audiências de conciliação, com o apoio do Centro de Mediação e Conciliação do STF e participação do Ministério Público Estadual do Paraná, nas quais a Sanepar apresentou proposta ao Município, todavia, estas restaram infrutíferas. Conforme nota de “Comunicado ao Mercado”, na data de 07/02/2023, a Companhia e o Município de Maringá peticionaram nos autos do ARE nº 1363547, conjuntamente, requerendo a suspensão do processo, por 30 (trinta) dias, em razão de demandas internas, em sede administrativa, inerentes ao objeto da ação. Ainda não houve movimentação processual correlata, tendo o recurso sido transferido para a relatoria do Ministro Cristiano Zanin, em virtude da aposentadoria do Ministro Ricardo Lewandowski, estando o processo concluso, desde o dia 10/08/2023, para avaliação do pedido. Conforme determinação judicial, o contrato não se extingue até que o Município efetue o pagamento da indenização devida à Companhia.

No 4T23, conforme autorização do Conselho de Administração, a Companhia concluiu o processo de aquisição da totalidade (100%) do capital da Sociedade de Propósito Específico, denominada “CS Bioenergia S.A.”, na qual detinha 40% de participação societária, e mediante deliberação pela Assembleia de Acionistas da Companhia promoveu, em 15 de dezembro de 2023, a sua incorporação societária, conforme indicado na Nota Explicativa 12.

Eventos Climáticos

Historicamente, os eventos climáticos têm se mostrado impactantes às atividades do setor de saneamento. Chuvas em excesso, estiagens, grandes vendavais, ciclones e tornados atingem as operações das empresas, provocando paradas no abastecimento de água e perdas de equipamentos. Mesmo que períodos de secas e cheias façam parte dos ciclos naturais do planeta, não há como negar que os efeitos de mudanças climáticas se mostram cada vez mais evidentes.

Recentemente, o Estado do Paraná no ciclo 2020/2023 foi cenário de dois eventos extremos e opostos: a estiagem entre 2020 e 2021, que para muitos especialistas esse pode ser considerado o maior evento ocorrido em mais de 100 anos; e chuvas extremas na transição dos meses de outubro e novembro de 2023 na bacia do rio Iguaçu com chuvas equivalentes a 60% do previsto para o ano em apenas três semanas.

Na revisão da cadeia de valor da Sanepar, a sustentabilidade hídrica permeia todo o ciclo do negócio e considerando os objetivos estratégicos, o risco de “não preparar a Companhia na adaptação do planejamento, concepção, projetos e operação perante às mudanças climáticas” foi identificado. Para gerenciamento desse risco, em 2022 foi aprovado o Plano Estratégico de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas da Sanepar. Algumas ações apontadas no *Roadmap* deste plano estão previstas e alinhadas ao Plano de Sustentabilidade Hídrica que visa a mitigação do Risco de Indisponibilidade Hídrica.

Na fase de planejamento, já iniciada, propõe-se analisar e internalizar estudos existentes, além da realização de estudos complementares para mensurar o risco e inserir no planejamento financeiro da Companhia. Para então consolidar o plano estratégico proposto e iniciar a ativação do mesmo. A governança desse plano é realizada pelo Comitê Estratégico ASG o qual atua em outros Planos Estratégicos como o "Aperfeiçoamento de fornecedores" vinculados às ODS 3, 5, 6, 12 e 13 priorizadas pela Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem ainda as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 08 de fevereiro de 2024.

2.2. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as Demonstrações Contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualizou o marco legal de saneamento básico e adequou outras normas para contemplar as atualizações propostas no novo texto legal, isto com o objetivo de ampliar a concorrência no setor e impor metas de atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgotos, até 31 de dezembro de 2033.

Com a edição da referida lei a ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) passou a ser a entidade reguladora nacional, responsável pela edição de normas de referência para o setor.

Em 09 de julho de 2021 o Estado do Paraná, pela Lei Complementar Estadual nº 237, instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral e suas respectivas estruturas de governança, contemplando todos os 399 municípios paranaenses, dos quais a Companhia opera em 345 municípios.

Em 01 de outubro de 2021 foram publicados os Decretos Estaduais nºs 8.924/2021, 8.925/2021 e 8.926/2021 que implementaram os regimentos internos provisórios de cada uma das microrregiões. Os regimentos internos definitivos foram aprovados, por unanimidade, na 5ª Assembleia Geral de cada uma das Microrregiões, ocorrida em julho de 2023.

Em 30 de março de 2022 foi aprovada nas Assembleias Gerais das Microrregiões de Água e Esgoto do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), a inclusão, nos aditivos contratuais aos Contratos de Concessão/Programa, das metas previstas no artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, alterado pela Lei Federal nº 14.026/2020.

Atendendo a lei e os decretos federais, a SANEPAR comprovou a capacidade econômica e financeira para atender as metas previstas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007 em seus contratos vigentes, no dia 29 de dezembro de 2021, situação que foi aprovada pela Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, com respectivo registro junto a ANA.

A título de informação, a AGEPAR deixou de reconhecer a capacidade econômico-financeira da Companhia com relação a 21 municípios, os quais representaram 0,41% de sua Receita Operacional Líquida no exercício social de 2022, ressaltando a licitude dos referidos contratos até seus termos finais, isto em virtude da não possibilidade de previsão de metas físicas pelo curto prazo de vigência remanescente nestes contratos.

Para os contratos vencidos e aqueles que não tiveram a capacidade econômica declarada pela AGEPAR em março de 2022, a Secretaria das Microrregiões contratou consultoria da FUNDACE (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia) em 28 de novembro de 2022, consultoria essa que também apoiou a elaboração e aprovação dos Planos Regionais de Saneamento Básico.

Foram editados os Decretos Federais nºs 11.598 e 11.599, de 12/7/2023, em substituição aos Decretos Federais nºs 11.466 e 11.467, editados em 05 de abril de 2023, estes revogados em sua integralidade. Destaque-se que esses novos decretos revogaram o Decreto Federal nº 10.710/21, inclusive o art. 7º, § 3º, inciso I, que vedava a ampliação do prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços de água e esgoto.

Em 10 de outubro de 2023, a 6ª Assembleia Geral Extraordinária das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3) decidiu pela uniformização e extensão do prazo de vigência dos contratos de 319 municípios atendidos pela SANEPAR, até o ano de 2048 como forma de obter a universalização preservando a modicidade tarifária. A uniformização dos prazos para os 319 contratos vigentes, que representam aproximadamente 95% da receita total da Companhia, cumpre etapa do processo, tendo como condicionante a comprovação da capacidade econômico-financeira junto aos órgãos reguladores, nos termos do Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 e demais exigências previstas nos aditivos. O percentual de receita citado acima inclui o Município de Maringá (prazo não uniformizado), cujo termo aditivo que prorrogou a concessão até 27/08/2040 está em discussão judicial.

Na 7ª Assembleia Geral Extraordinária das Microrregiões de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná, realizada em 30/11/2023, foi aprovada a atualização e aprimoramento do Plano Regional de Saneamento Básico das Microrregiões e a atribuição de prestação direta dos serviços de água e esgoto de 25 municípios para a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com vistas a universalização dos serviços e uniformização de prazos.

Nos termos dos decretos federais em vigor, a SANEPAR contratou novo estudo de capacidade econômico-financeira, que foi reapresentado à Agência Reguladora Estadual no mês de novembro/2023, a fim de ter declarada a regularidade de toda a sua área de prestação de serviços. Em 11 de dezembro de 2023, à Agepar em sua Reunião Extraordinária nº 031/2023, deliberou sobre o requerimento da Sanepar para comprovação da capacidade econômico-financeira, em atendimento à Lei nº 14.026/2020 e ao Decreto Federal nº 11.598/2023, e decidiu por atestar, em primeira e segunda etapas, a Capacidade Econômico-Financeira da Sanepar para atender as metas legais nos 345 municípios atendidos pela Companhia e recomendar, a título de sugestão de melhoria, alteração de pontos indicados no processo.

2.3. Base de Mensuração e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na Nota Explicativa 3 de práticas contábeis.

2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas e políticas contábeis materiais, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) **Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros** – Nota Explicativa 4

b) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Nota Explicativa 5

c) **Contas a Receber de Clientes** – Nota Explicativa 6

d) **Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos** – Nota Explicativa 6

e) **Ativos Financeiros Contratuais –** Nota Explicativa 10

f) **Ativo de Contrato –** Nota Explicativa 11

g) **Capitalização de Juros e Encargos Financeiros** – Nota Explicativa 11

h) **Investimentos** – Nota Explicativa 12

i) **Imobilizado e Intangível** – Nota Explicativa 13

j) **Arrendamentos:** Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14.

k) **Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*)** – Nota Explicativa 13

l) **Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos** – Nota Explicativa 14

m) **Imposto de Renda e Contribuição Social** – Nota Explicativa 16

n) **Provisões e Passivos Contingentes** – Nota Explicativa 18

o) **Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica** – Nota Explicativa 19

p) **Partes Relacionadas** – Nota Explicativa 20

q) **Remuneração aos Acionistas** – Nota Explicativa 22.f

r) **Receitas** – Nota Explicativa 23

s) **Estoques:** Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

t) **Passivo Circulante e Não Circulante:** Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

u) **Concessões:** A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei nº 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei nº 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Programas", em observância as regras da Lei nº 11.445/07 – Marco Regulatório, celebrados até a edição da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

A Lei nº 14.026, de 2020, vedou a formalização de Contrato de Programa com Sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública, sem prévio procedimento licitatório. A Companhia não celebrou novos contratos após a edição da Lei nº 14.026.

v) **Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método indireto) e do Valor Adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

w) **Uso de Estimativas e Julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas demonstrações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas de fechamento do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor e representa a melhor estimativa.

Provisão para perdas esperadas na realização de créditos

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e esperadas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal

responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

A resolução CVM nº 197, de 26 de dezembro de 2023, aprovou o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa normativa trata das alterações da Reforma Tributária Internacional - regras e modelo do Pilar dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A administração da Companhia entende que não haverá impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Plano de aposentadoria e plano de assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

Alteração da norma IFRS 16 – Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno: Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com "Covenants": Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 7 e IFRS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: Esclarece aspectos referentes aos requisitos de divulgação de informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamentos de fornecedores. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 21 – Ausência de Conversibilidade: Esclarece aspectos para especificar quando uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não é, e específica como uma entidade determina a taxa de conversão quando uma moeda não é conversível. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração até 2048, com exceção dos contratos de concessões de Andirá, o qual tem prazo de duração até 2032 e Maringá, o qual tem prazo de duração até 2040. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 31 de dezembro de 2023 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte, exceto na vigência da Lei Estadual nº 20.187 de 2020 decorrente da pandemia do coronavírus. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração concentra esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros*:* risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos e financiamentos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R$23.987 e R$47.974 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Aplicações Financeiras	DI	45.636	(45.636)	91.272	(91.272)
Ativos		**45.636**	**(45.636)**	**91.272**	**(91.272)**
Caixa Econômica Federal	TR	(5.659)	5.659	(11.318)	11.318
BNDES	TJLP	(1)	1	(2)	2
BNDES-PAC2	TJLP	(4.179)	4.179	(8.358)	8.358
BNDES-AVANÇAR	IPCA	(620)	620	(1.240)	1.240
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(643)	643	(1.286)	1.286
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(474)	474	(948)	948
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(1.756)	1.756	(3.512)	3.512
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(779)	779	(1.558)	1.558
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(2.074)	2.074	(4.148)	4.148
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série	DI	(2.586)	2.586	(5.172)	5.172
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(11.837)	11.837	(23.674)	23.674
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(4.863)	4.863	(9.726)	9.726
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(4.272)	4.272	(8.544)	8.544
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Séries	IPCA	(4.876)	4.876	(9.752)	9.752
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(9.768)	9.768	(19.536)	19.536
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(3.654)	3.654	(7.308)	7.308
Debêntures - 13ª Emissão - Série Única	DI	(8.459)	8.459	(16.918)	16.918
Arrendamento Mercantil Financeiro	IPC - FIPE	(2.809)	2.809	(5.618)	5.618
Arrendamento Direito de Uso	DI	(314)	314	(628)	628
Passivos		**(69.623)**	**69.623**	**(139.246)**	**139.246**
Efeitos no Lucro antes da tributação		**(23.987)**	**23.987**	**(47.974)**	**47.974**

Os índices considerados para o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2023 foram, TR de 1,76% e a TJLP de 7,05% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 4,62% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 13,04% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 3,15% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é elevação de 1,8714% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para março de 2024, em relação a última taxa PTAX informada na data de 31/12/2023.

Considerando o valor nocional de €11.705 mil (R$62.639 mil), o valor da cotação da moeda Euro como R$5,3516 para 31 de dezembro de 2023 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U$1,1054 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R$4,8413, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (aumento de 1,8714%)	(1.172)	(15.660)	15.660	(31.320)	31.320

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e política de gestão de risco de tesouraria e mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de "*hedge accounting*" para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro os efeitos desse instrumento financeiro derivativo. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap

Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocional EUR	Valor Justo da Posição Ativa (em R$)	Valor Justo da Posição Passiva (em R$)	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap (em R$)
1	Banco Santander	12/06/2023	25/06/2024	2.381	12.806	12.523	283
2	Banco Bradesco	12/06/2023	24/12/2024	314	1.689	1.651	38
3	Banco Bradesco	28/11/2023	24/12/2024	2.067	11.118	11.037	81
4	Banco Bradesco	28/11/2023	25/06/2025	2.381	12.807	12.713	94
5	Banco Itaú	28/11/2023	24/12/2025	2.381	12.744	12.715	29
6	Banco Itaú	28/11/2023	25/06/2026	2.181	11.674	11.648	26
TOTAL				**11.705**	**62.838**	**62.287**	**551**

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos

empréstimos e financiamentos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2023	2022
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	5.777.660	5.083.244
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.285.158)	(1.207.932)
Dívida Líquida *	4.492.502	3.875.312
Patrimônio Líquido	9.744.200	8.786.887
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido *	0,46	0,44

* Informação não auditada pelos auditores independentes

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia e o valor justo é igual ao valor contábil, conforme a seguir:

Descrição	2023	2022
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	1.248.392	1.169.170
Instrumentos Financeiros Derivativos	62.838	16.053
Depósitos Vinculados	151.713	98.919
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	36.766	38.762
Contas a Receber de Clientes, líquido	1.531.727	1.211.913
Ativos Financeiros Contratuais	708.227	676.465
Outras Contas a Receber	79.894	62.851
Totais	**3.819.557**	**3.274.133**
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	62.287	15.746
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	5.777.660	5.083.244
Fornecedores	354.897	298.122
Outras Contas a Pagar	193.368	180.024
Totais	**6.388.212**	**5.577.136**

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Depósitos Bancários Livres	3.780	5.803
Depósitos Bancários Vinculados	32.986	32.959
	36.766	38.762
Aplicações Financeiras	1.248.392	1.169.170
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.285.158**	**1.207.932**

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo, classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Fundo de Investimento Exclusivo Caixa SANEPAR I Renda Fixa) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e pelo CDB junto à Caixa (CNPJ 00.360.305/0001-04), com remuneração média de 100,06% do CDI (99,65% em 2022).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base em juros de 6% ao ano, e trazidos a valor presente pelas mesmas taxas de atualização.

Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas esperadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos.

Para os valores de contas a vencer é constituída a provisão para perdas esperadas utilizando uma matriz que segmenta os saldos por categoria de consumo e idade de vencimento, resultando na melhor expectativa de recuperação destes créditos. Para os valores vencidos de contas a receber de clientes é constituída a provisão considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, e com base nos valores vencidos segregados pelas categorias de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, além dos valores vencidos há mais de 2 anos para o Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas na realização de créditos do setor Estadual devido ao histórico de pagamento.

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2023	2022
Contas a Receber Vincendas	384.665	334.328
Contas a Receber de Parcelamentos (1)	534.953	248.679
Ajuste a Valor Presente	(64.136)	(32.060)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	287.657	256.713
	1.143.139	807.660
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	207.840	175.395
De 31 a 60 dias	77.791	82.055
De 61 a 90 dias	41.500	54.852
De 91 a 180 dias	77.435	116.384
Mais de 180 dias	496.348	557.711
Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos	(512.326)	(582.144)
	388.588	404.253
Totais de Contas a Receber, líquidas	**1.531.727**	**1.211.913**
Circulante	**1.260.202**	**1.086.163**
Não Circulante	**271.525**	**125.750**

(1) Aumento do Parcelamento das Contas a Receber é decorrente, principalmente, da adesão dos Clientes ao programa de Recuperação de Crédito para Clientes Particulares (RECLIP).

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas esperadas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	2023	2022
Prefeituras Municipais	106.901	(53.177)	(69)	53.655	30.251
Particulares	1.985.704	(459.149)	(64.067)	1.462.488	1.168.766
Setor Federal	2.184	-	-	2.184	1.396
Setor Estadual	13.400	-	-	13.400	11.500
Saldos no Final do Exercício	**2.108.189**	**(512.326)**	**(64.136)**	**1.531.727**	**1.211.913**

b) A movimentação da provisão para perdas esperadas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Saldos no Início do Exercício	(582.144)	(390.748)
Valores Registrados como (Despesas)/Reversão	69.698	(192.257)
Baixas, Líquidas das Recuperações	120	861
Saldos no Final do Exercício	**(512.326)**	**(582.144)**

A redução do saldo de provisão para perdas esperadas na realização de créditos de contas vencidas é decorrente da continuidade do programa de Recuperação de Crédito para Clientes Particulares (RECLIP), que previu o parcelamento das dívidas em até 60 vezes até 31/07/2023. Em agosto e setembro de 2023 a Companhia possibilitou o parcelamento de dívida dos clientes particulares em até 48 vezes. De outubro a dezembro, o Programa previu a possibilidade de um parcelamento em até 36 vezes.

c) O saldo de provisão para perdas esperadas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Clientes Particulares	(459.149)	(529.830)
Prefeituras Municipais	(53.177)	(52.314)
Totais	**(512.326)**	**(582.144)**

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Saldos no Início do Exercício	(32.060)	(17.211)
Ajuste a Valor Presente	(32.076)	(14.849)
Saldos no Final do Exercício	**(64.136)**	**(32.060)**

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Imposto de Renda a compensar	14.644	31.399
Contribuição Social a compensar	-	6.935
Totais	**14.644**	**38.334**
Circulante	**14.644**	**38.334**

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	1.911	3.198
Reservas mantidas na CAIXA (1)	90.059	75.214
Outros Convênios (2)	59.743	20.507
Totais	**151.713**	**98.919**
Circulante	**61.654**	**23.705**
Não Circulante	**90.059**	**75.214**

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos a Empregados	16.599	15.501
Pagamentos Reembolsáveis	382	965
Depósitos Dados em Garantia	1.932	1.768
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	58.968	43.254
Despesas Antecipadas	111	302
Títulos e Outros Créditos	1.902	1.061
Totais	**79.894**	**62.851**
Circulante	**22.931**	**20.699**
Não Circulante	**56.963**	**42.152**

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa o spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2022	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	2023
Investimento Não Amortizado	1.763.518	159.848	-	-	1.923.366
Ajuste a Valor Presente	(1.087.053)	(72.229)	30.829	(86.686)	(1.215.139)
Totais	**676.465**	**(a) 87.619**	**30.829**	**(86.686)**	**708.227**

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,17% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração os prazos dos Contratos de Programa.

11. ATIVO DE CONTRATO

Prática Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	2022	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	2023
Projetos e Obras em Andamento	2.614.277	1.750.440	49.752	(1.734)	(1.745.220)	-	2.667.515
Estoques para Obras	132.172	49.606	-	-	-	(88.280)	93.498
Totais	**2.746.449**	**1.800.046**	**49.752**	**(1.734)**	**(1.745.220)**	**(88.280)**	**2.761.013**

Durante o exercício de 2023 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R$1.800.046 (R$1.644.137 em 2022), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de São José dos Pinhais, Londrina, Laranjeiras do Sul, Telêmaco Borba e Campo Mourão; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Pato Branco, Arapongas, Capitão Leônidas Marques e Ibaiti. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Umuarama, Londrina, Guarapuava e Cafelândia.

Durante o exercício de 2023 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R$49.752 (R$41.731 em 2022). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 9,4%.

12. INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos dos investimentos controlados em conjunto, sempre quando há algum indicador de que o investimento pode não ser recuperável.

Combinação de Negócios: O investimento da Companhia decorrente da aplicação do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios é contabilizado aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Os gastos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos.

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	2023	2022
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	-	16.655
Impairment Test	-	(16.655)
Outros Investimentos	2.282	1.988
Totais	**2.282**	**1.988**

Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

Até 01 de outubro de 2023, a Companhia detinha 40% da CS Bioenergia S.A., Companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão, em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia na participação de 40% no empreendimento compreendia em 01 de outubro de 2023 o montante de R$36.104 registrado em seu Capital Social e R$6.141 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

Aquisição da totalidade do Capital Social da CS Bioenergia S.A. (Combinação de Negócios)

Em 02 de agosto de 2023, em sua 16ª/2023 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria Executiva a realizar as negociações visando à aquisição das ações da CS Bioenergia S.A., com a transferência de controle acionário para a Sanepar, que passou a deter 100% do Capital Social.

Em 30 de agosto de 2023, em sua 18ª/2023 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração aprovou os termos do negócio e em 1º de setembro de 2023 foi assinado o "Contrato de compra e venda de ações e demais disposições da CS Bioenergia S.A.", com o pagamento de R$17.400, tendo como parâmetro o Patrimônio Líquido da CS Bioenergia S.A., sendo acordado o pagamento em 2 parcelas de R$8.700, condicionado o pagamento da 2ª e última parcela a comprovação à Companhia do cumprimento das condições suspensivas contratuais que são de exclusiva responsabilidade da sócia alienante.

Em 02 de outubro de 2023 (data da aquisição), foram cumpridas todas as condições suspensivas ao "Contrato de compra e venda e ações", e nesta data a Companhia assumiu o controle e a gestão completa da operação da CS Bioenergia S.A.

O Laudo de Alocação do Custo de Aquisição da totalidade das ações da Companhia CS Bioenergia S.A. ("PPA" – *Purchase Price Allocation*), posicionado em 02 de outubro de 2023, foi emitido pela FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras de acordo com o CPC 15 – Combinação de Negócios, em operação enquadrada como uma aquisição em etapas.

O preço da aquisição de 60% da participação societária da CS Bioenergia foi de R$26.611. Este valor é composto por uma parcela no valor de R$8.700 paga em 12 de setembro de 2023, uma parcela de R$8.700 paga em 02 de outubro de 2023 e assunção de parcela de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC pendente de realização pela sócia alienante no valor de R$9.211.

Os Ativos e Passivos adquiridos estão demonstrados a seguir:

Balanço Patrimonial - Posição em 02/10/2023	Valor Contábil	Mais Valia	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.353	-	3.353
Clientes	1.793	-	1.793
Estoques	1.108	-	1.108
Adiantamentos e Despesas Antecipadas	72	-	72
Tributos a Recuperar	97	-	97
Outros Ativos - AFAC Cattalini	9.211	-	9.211
Imobilizado	37.476	4.514	41.990
Intangível	1	-	1
Ativo	**53.111**	**4.514**	**57.625**
Fornecedores	(861)	-	(861)
Obrigações Trabalhistas	(446)	-	(446)
Obrigações Tributárias	(814)	-	(814)
Contas a pagar	(3.159)	-	(3.159)
Parcelamentos	(598)	-	(598)
Empréstimos	(7.046)	-	(7.046)
Provisões	(50)	(178)	(228)
Passivo	**(12.974)**	**(178)**	**(13.152)**
ATIVO LÍQUIDO	**40.137**	**4.336**	**44.473**

No processo de aquisição foi apurada uma compra vantajosa entre a contraprestação transferida e o Patrimônio Líquido após a avaliação a valor justo em 02 de outubro de 2023 (data da aquisição), conforme demonstrado a seguir:

Alocação do Custo de Aquisição em etapas	02/10/2023
Participação adquirida anteriormente (40%)	16.055
Aquisição de 60% do Capital Social Contábil	24.082
Mais (Menos) Valia - Laudo PPA (60%)	4.336
Valor Justo do Ativo Líquido	**44.473**
Valor Justo da Participação Anterior (40%)	17.862
Custo de Aquisição - Etapa 1	**17.862**
Valor pago na assinatura do contrato de Compra e Venda de Ações (60%)	8.700
Valor pago no fechamento da operação (60%)	8.700
Valor pago pela assunção de Dívida - AFAC Cattalini (60%)	9.211
Custo de Aquisição - Etapa 2	**26.611**
Custo de Aquisição do Negócio	**44.473**
(+) Valor Contábil adquirido equivalente a 60% do Capital Social	24.082
(+/-) Mais (Menos) Valia	4.336
(-) Valor pago pela aquisição de 60% do Capital Social	26.611
(=) Compra Vantajosa gerada na aquisição de 60% do Capital Social	**1.807**

A partir do dia 02 de outubro de 2023 (data de aquisição) a Companhia obteve o pleno controle sobre os Ativos Líquidos da empresa CS Bioenergia S.A. e suas operações, assumindo a gestão operacional e financeira da investida.

A participação na CS Bioenergia S.A. pela Companhia foi contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida até 15 de dezembro de 2023, data de sua incorporação, que estão sumarizadas a seguir:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	Em 15/12/2023	2022
Ativo Circulante	1.385	4.500
Ativo Não Circulante	38.009	53.906
• Imobilizado	36.139	43.928
• Outros	1.870	9.978
Ativo Total	**39.394**	**58.406**
Passivo Circulante	9	8.538
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	-	4.446
• Fornecedores	3	-
• Outras Contas	6	4.092
Passivo Não Circulante	50	8.232
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	-	6.870
• Provisões Contingenciais	50	-
• Outros	-	1.362
Patrimônio Líquido	39.335	41.636
Passivo Total	**39.394**	**58.406**

Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	01/01/2023 a 15/12/2023	2022
Receita Bruta	17.812	16.741
(-) Custos dos Serviços	(20.800)	(19.287)
Resultado Bruto	(2.988)	(2.546)
(-) Despesas Operacionais	(4.660)	(4.093)
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos	(7.648)	(6.639)
(-) Resultado Financeiro	45	(1.611)
Resultado Antes dos Tributos	(7.603)	(8.250)
IRPJ e CSLL	-	-
Prejuízo do Período/Exercício	**(7.603)**	**(8.250)**

Incorporação Societária da CS Bioenergia S.A.

Em 15 de dezembro de 2023, em sua 125ª Reunião Extraordinária, a Assembleia Geral de acionistas da Sanepar aprovou o Protocolo e Justificação da incorporação da empresa CS Bioenergia S.A., resultando, dentre outras vantagens, em simplificação operacional e melhor gestão dos custos incidentes na operação dos processos relacionados com o tratamento de esgoto da ETE Belém.

A incorporação não resultou em aumento de Capital Social da Companhia, considerando que a Sanepar era titular da totalidade da participação societária da CS Bioenergia.

Os Ativos e Passivos objeto da incorporação estão descritos no Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido (data-base em 01 de outubro de 2023) realizado por empresa externa independente, que totalizou R$53.129. As mutações patrimoniais ocorridas nas demonstrações contábeis da CS Bioenergia S.A. no período compreendido entre a data do levantamento do Acervo Líquido e a data da aprovação da incorporação pela AGE da Companhia foram apropriadas pela CS Bioenergia S.A. às Demonstrações da Companhia em contrapartida da conta de investimentos (100% de Equivalência Patrimonial).

A seguir apresentamos os saldos acumulados em 15/12/2023 vertidos da CS Bioenergia S.A. e incorporados ao Balanço Patrimonial da Companhia:

Balanço Patrimonial - Posição em 15/12/2023	Acervo Incorporado
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.838
Clientes	59
Estoques	1.073
Adiantamentos a Fornecedores	6
Tributos a Recuperar	247
Outros Ativos	32
Imobilizado	36.139
Ativo	**39.394**
Fornecedores	3
Obrigações Trabalhistas	4
Obrigações Tributárias	2
Provisões	50
Passivo	**59**
ATIVO LÍQUIDO	**39.335**

Análise do Valor Recuperável do Investimento na CS Bioenergia S.A.

Conforme preconizam o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Sanepar efetuou ao final de 2022 o teste de recuperabilidade (*"impairment test")* deste investimento, considerando o histórico de prejuízos e que os fluxos de caixas futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, concluiu que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia, sendo este valor ajustado com o reconhecimento da equivalência patrimonial do período até 15 de dezembro de 2023, quando ocorreu a sua incorporação pela Companhia.

Com a incorporação da CS Bioenergia S.A. pela Companhia em 15/12/2023, seus processos operacionais, anexos a ETE Belém, foram considerados em conjunto com a Unidade de Geração de Caixa – UGC do segmento Esgoto da Sanepar. Neste sentido e em decorrência de novo Teste de Recuperabilidade de Ativos realizado pela Companhia no encerramento do Exercício de 2023, o saldo do *Impairment Test* que havia sido constituído para o Investimento na CS Bioenergia S.A. foi revertido no valor de R$16.655.

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

Descrição	2023	2022
Saldo no início do exercício	-	-
Aportes Financeiros	3.861	5.181
Resultado de Equivalência Patrimonial (40%) [1]	(949)	(3.300)
Resultado de Equivalência Patrimonial (100%) [2]	(4.314)	-
Custo de Aquisição de 60% - PPA	24.082	-
Mais (menos) Valia na aquisição de 60% da Participação Societária	4.336	-
Teste de Recuperabilidade de Ativos (Impairment Test) - (Constituição) /Reversão	16.655	(1.881)
Incorporação Societária	(43.671)	-
Saldo no final do exercício	**-**	**-**

[1] Até 01/10/2023

[2] A partir de 02/10/2023

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia), enquadrado no nível I decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R$2.201 e outros investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R$322, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2023 equivalem a R$2.282.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Programa. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(u). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Arrendamentos: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2023	2022
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	390.510	(172.339)	218.171	217.456
Outras Imobilizações	1.548	(1.092)	456	2.045
Direito de Uso em Arrendamento	236.919	(77.494)	159.425	151.023
Totais	**628.977**	**(250.925)**	**378.052**	**370.524**

Por Natureza				2023	2022
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.945	-	2.945	2.922
Construções Civis	*1,84%	121.632	(26.001)	95.631	94.720
Benfeitorias	*2%	3.535	(942)	2.593	1.862
Instalações	*5,83%	12.236	(4.769)	7.467	5.648
Equipamentos	*6,23%	104.313	(44.857)	59.456	59.653
Móveis e Utensílios	*7,14%	52.788	(25.511)	27.277	27.822
Equipamentos de Informática	*19,82%	41.039	(28.865)	12.174	12.796
Veículos	*13,05%	28.641	(21.227)	7.414	8.765
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.152	(20.479)	2.673	3.130
Ferramentas	*6,67%	1.657	(780)	877	928
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	120	-	120	1.255
Direito de Uso em Arrendamento	*24,98%	236.919	(77.494)	159.425	151.023
Totais		**628.977**	**(250.925)**	**378.052**	**370.524**

* Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2023	2022
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água	6.783.678	(2.182.805)	4.600.873	3.954.648
Sistemas de Esgoto	7.185.134	(1.839.064)	5.346.070	4.610.250
Resíduos Sólidos	5.758	(5.758)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.114	(79.333)	45.781	47.657
Outros Ativos Intangíveis	297.334	(120.034)	177.300	164.613
Direito de Uso em Arrendamento	200.153	(26.510)	173.643	177.489
Totais	**14.597.171**	**(4.253.504)**	**10.343.667**	**8.954.657**

Por Natureza				2023	2022
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	328.767	-	328.767	279.477
Poços	*3,10%	188.548	(45.770)	142.778	130.420
Barragens	*2,67%	152.796	(69.924)	82.872	81.782
Construções Civis	*2,59%	3.593.251	(816.141)	2.777.110	2.173.857
Benfeitorias	*2,67%	59.217	(8.055)	51.162	41.860
Tubulações	*2,64%	6.975.091	(1.954.244)	5.020.847	4.502.262
Ligações Prediais	*3,33%	1.042.132	(346.232)	695.900	638.225
Instalações	*5,83%	253.741	(117.093)	136.648	131.207
Hidrômetros	*10%	332.123	(135.758)	196.365	176.530
Macromedidores	*10%	8.824	(5.671)	3.153	2.110
Equipamentos	*6,23%	1.007.640	(409.192)	598.448	481.661
Móveis e Utensílios	*7,14%	7.614	(4.060)	3.554	3.255
Equipamento de Informática	*19,82%	94.661	(87.478)	7.183	7.261
Programas de Informática	*20%	132.419	(75.643)	56.776	54.348
Veículos	*13,05%	22.856	(17.146)	5.710	7.849
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	28.872	(26.026)	2.846	2.180
Ferramentas	*6,67%	378	(266)	112	113
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.796	(749)	4.047	4.060
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	35.541	(28.213)	7.328	8.822
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(79.219)	45.781	47.656
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	114	(114)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	2.637	-	2.637	2.233
Direito de Uso em Arrendamento	*36,71%	200.153	(26.510)	173.643	177.489
Totais		**14.597.171**	**(4.253.504)**	**10.343.667**	**8.954.657**

* Taxa Média Ponderada

(1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;

(2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos. A continuidade da operação dos serviços foi autorizada em caráter precário pelo Decreto Municipal de Cianorte nº 3, de 12 de janeiro de 2023, pelo prazo até 30 de abril de 2025 ou até que seja regularizada a prestação de serviço no município nos termos da legislação vigente.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				2023	2022
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Construções Civis	1,67%	37.434	(4.078)	33.356	33.983
Tubulações	2,00%	147.315	(17.972)	129.343	132.289
Ligações Prediais	3,33%	8.226	(1.704)	6.522	6.797
Instalações	6,67%	309	(134)	175	195
Equipamentos	6,00%	6.014	(2.366)	3.648	4.002
Arrendamento - Litoral		**199.298**	**(26.254)**	**173.044**	**177.266**
Veículos	52,28%	112.191	(41.006)	71.185	87.600
Construções Civis	21,02%	42.864	(10.485)	32.379	32.991
Equipamentos	56,44%	1.314	(752)	562	764
Equipamentos de Informática	29,42%	81.405	(25.507)	55.898	29.891
Arrendamento - Direito de Uso		**237.774**	**(77.750)**	**160.024**	**151.246**
Totais		**437.072**	**(104.004)**	**333.068**	**328.512**
Imobilizado		**236.919**	**(77.494)**	**159.425**	**151.023**
Intangível		**200.153**	**(26.510)**	**173.643**	**177.489**

A Companhia registrou no resultado o montante de R$8.343 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	2022	Entradas	Amortizações	2023
Arrendamento - Litoral	177.266	-	(4.222)	173.044
Veículos	87.600	21.182	(37.597)	71.185
Construções Civis	32.991	7.981	(8.593)	32.379
Equipamentos	764	498	(700)	562
Equipamentos de Informática	29.891	42.437	(16.430)	55.898
Saldo	**328.512**	**72.098**	**(67.542)**	**333.068**

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2023:

Descrição	2022	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	2023
Imobilizado							
Terrenos	2.922	23	-	-	-	-	2.945
Construções Civis	94.720	-	(2.379)	(4)	3.230	64	95.631
Benfeitorias	1.862	425	(63)	-	348	21	2.593
Instalações	5.648	-	(623)	(1)	2.443	-	7.467
Equipamentos	59.653	7.467	(5.814)	(260)	402	(1.992)	59.456
Móveis e Utensílios	27.822	2.421	(3.206)	(1.497)	1.737	-	27.277
Equipamentos de Informática	12.796	2.845	(3.482)	(107)	122	-	12.174
Veículos	8.765	876	(2.227)	-	-	-	7.414
Máquinas, Tratores e Similares	3.130	96	(553)	-	-	-	2.673
Ferramentas	928	42	(93)	-	-	-	877
Bens Patrimoniais a Incorporar	1.255	(1.135)	-	-	-	-	120
Direito de Uso em Arrendamento	151.023	71.390	(62.988)	-	-	-	159.425
Totais Imobilizado	**370.524**	**84.450**	**(81.428)**	**(1.869)**	**8.282**	**(1.907)**	**378.052**
Intangível							
Terrenos	279.477	10.242	-	(150)	39.198	-	328.767
Poços	130.420	101	(2.191)	(446)	14.943	(49)	142.778
Barragens	81.782	40	(3.295)	(45)	4.816	(426)	82.872
Construções Civis	2.173.857	28.353	(81.200)	(5.080)	729.084	(67.904)	2.777.110
Benfeitorias	41.860	790	(1.419)	-	10.506	(575)	51.162
Tubulações	4.502.262	27.411	(164.233)	(2.168)	680.249	(22.674)	5.020.847
Ligações Prediais	638.225	41	(31.978)	(241)	85.962	3.891	695.900
Instalações	131.207	1.672	(14.586)	(170)	18.525	-	136.648
Hidrômetros	176.530	10	(29.306)	(1.997)	51.128	-	196.365
Macromedidores	2.110	51	(423)	(7)	1.422	-	3.153
Equipamentos	481.661	59.903	(38.010)	(5.250)	98.152	1.992	598.448
Móveis e Utensílios	3.255	566	(353)	(102)	188	-	3.554
Equipamentos de Informática	7.261	147	(1.728)	(63)	1.566	-	7.183
Programas de Informática	54.348	20.378	(18.372)	(50)	472	-	56.776
Veículos	7.849	-	(2.139)	-	-	-	5.710
Máquinas, Tratores e Similares	2.180	1.404	(738)	-	-	-	2.846
Ferramentas	113	12	(13)	-	-	-	112
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	4.060	-	(289)	-	276	-	4.047
Proteção e Preservação Ambiental	8.822	-	(1.978)	-	451	33	7.328
Concessão do Município de Curitiba	47.656	-	(1.875)	-	-	-	45.781
Bens Patrimoniais a Incorporar	2.233	404	-	-	-	-	2.637
Direito de Uso em Arrendamento	177.489	708	(4.554)	-	-	-	173.643
Total Intangível	**8.954.657**	**152.233**	**(398.680)**	**(15.769)**	**1.736.938**	**(85.712)**	**10.343.667**
Total Geral	**9.325.181**	**236.683**	**(480.108)**	**(17.638)**	**(a) 1.745.220**	**(b) (87.619)**	**10.721.719**

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

d) Análise do Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2023, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água, água industrial, esgoto e resíduos sólidos.

d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;

- Taxa de desconto pré-imposto (11,47%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC), como sugere o CPC 01 (R1) nos seus itens 55 e 56;

- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX e CAPEX de manutenção, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

d.2) Unidade Geradora de Caixa – Segmento Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas as unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe fato concreto que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R$10.289 não são recuperáveis, portanto foi registrado um complemento de provisão no valor de R$2.381. Em 31 de dezembro de 2023 o faturamento e o prejuízo líquido com o segmento de resíduos sólidos foram de R$13.774 e R$9.429, respectivamente.

d.3) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água Industrial

A unidade geradora de caixa para operação de Água Industrial possui as seguintes características:

- O contrato de fornecimento de Água Industrial no município de Araucária é considerado como uma UGC pelo fato de haver contabilização específica para este segmento e os ativos ali alocados prestarem serviços exclusivamente para este segmento;
- Em 2023 houve o encerramento do contrato com a Usina Elétrica a Gás de Araucária – UEGA, o qual é o maior cliente, representando cerca de 60% da receita desta UGC;
- Houve tratativas durante o ano de 2023 mas até o momento não existe sinalização do cliente por retomar o fornecimento de água para fins industriais, ocasionando desta forma, prejuízos para a UGC;
- Não há até o momento negociações para repassar o volume disponibilizado pela UEGA para outro cliente potencial;
- Considerando as premissas supra citadas, os resultados econômicos projetados e fluxos caixa desta operação demonstram que a UGC continuará gerando resultados insuficientes para suprir a recuperabilidade dos ativos alocados;

- Neste momento não existe fato concreto que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos deste contrato.

Tendo em vista que a UGC de água industrial, apresentou resultado negativo, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R$7.667 não são recuperáveis, portanto foi registrado provisão no valor de R$7.667. Em 31 de dezembro de 2023 o faturamento e o prejuízo líquido com o segmento de água industrial foram de R$3.157 e R$7.502, respectivamente.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	2023			2022		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	-	-	**-**	155.563	-	**155.563**
BNDES	TJLP + 1,82%	-	-	-	**-**	645	-	**645**
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	190	-	**190**	2.097	190	**2.287**
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	9.357	-	**9.357**	12.383	9.232	**21.615**
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	24.663	-	**24.663**	24.196	22.992	**47.188**
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	12.475	-	**12.475**	16.510	12.310	**28.820**
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	200.353	-	**200.353**	1.476	199.137	**200.613**
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	1.423	26	**1.449**	3.067	1.445	**4.512**
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	17.088	297.648	**314.736**	18.571	296.519	**315.090**
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	915	150.826	**151.741**	1.137	150.810	**151.947**
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	4.302	129.241	**133.543**	4.899	128.590	**133.489**
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.571	62.725	**87.296**	24.406	86.143	**110.549**
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	16.960	43.368	**60.328**	16.301	57.507	**73.808**
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	4.373	438.727	**443.100**	4.276	417.946	**422.222**
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	10.531	398.519	**409.050**	-	-	**-**
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	2.286	246.524	**248.810**	2.237	234.893	**237.130**
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	67.346	183.161	**250.507**	62.214	232.093	**294.307**
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	15.560	301.179	**316.739**	13.899	303.313	**317.212**
Arrendamento Direito Uso	11,32%	-	89.345	102.092	**191.437**	81.667	100.972	**182.639**
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	2.005	190.985	**192.990**	1.965	182.057	**184.022**
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	8.074	325.159	**333.233**	7.837	309.978	**317.815**
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2.795	36.955	**39.750**	2.854	39.611	**42.465**
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	5.367	71.138	**76.505**	4.648	64.714	**69.362**
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.529	20.453	**21.982**	1.477	20.953	**22.430**
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	2.817	37.780	**40.597**	2.379	33.851	**36.230**
BNDES - AVANÇAR	3,59% a 5,60%	IPCA	8.835	229.568	**238.403**	1.360	77.418	**78.778**
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	112.543	1.803.873	**1.916.416**	92.235	1.524.919	**1.617.154**
Total em Reais			**645.703**	**5.069.947**	**5.715.650**	**560.299**	**4.507.593**	**5.067.892**
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	25.414	36.596	**62.010**	15.352	-	**15.352**
Total em Moeda Estrangeira			**25.414**	**36.596**	**62.010**	**15.352**	**-**	**15.352**
Saldo no Final do Exercício			**671.117**	**5.106.543**	**5.777.660**	**575.651**	**4.507.593**	**5.083.244**
Empréstimos e Financiamentos			215.751	2.253.224	2.468.975	176.970	1.836.065	2.013.035
Debêntures			350.461	2.450.048	2.800.509	303.115	2.267.243	2.570.358
Arrendamentos			104.905	403.271	508.176	95.566	404.285	499.851

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao

Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019. No exercício de 2023 foram liberados €13.584 mil, sendo o montante total liberado no valor de €18.848 mil.

A Companhia está utilizando o valor do Empréstimo exclusivamente para financiar o programa DKTI de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

A Companhia promove a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsa os valores conforme cronograma de execução de obras. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, tendo sido a primeira parcela amortizada em dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *covenants* conforme item “f” desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) junto ao Banco Bradesco S/A, Banco Santander Brasil S/A e Itaú Unibanco S/A, os quais foram assinados em 06/11/2017, 07/12/2017 e 22/01/2018 respectivamente, para mitigar o risco cambial, assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. Na data de 31 de dezembro de 2023 haviam 6 operações de Swap vigentes, totalizando o valor nocional de €11.705 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 77,45% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 10,10% para uma taxa de 13,04% do CDI (acumulado dos últimos 12 meses).

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa de desconto aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com o período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada de desconto aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa média ponderada de desconto aplicada no reconhecimento destes contratos foi de 6,76%, em 31 de dezembro de 2020 foi de 6,12%, em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,77%, em 31 de dezembro de 2022 foi de 8,70% e em 31 de dezembro de 2023 foi de 11,32%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de "*leaseback*" de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	2022	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	2023
Arrendamento - Litoral	317.212	-	11.235	33.490	(45.198)	316.739
Arrendamento - Direito de Uso	182.639	72.098	-	1.257	(64.557)	191.437
Totais	**499.851**	**72.098**	**11.235**	**34.747**	**(109.755)**	**508.176**
Circulante	**95.566**					**104.905**
Não Circulante	**404.285**					**403.271**

Em 31 de dezembro de 2023 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente aos Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			2023	2022
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	45.819	(30.259)	15.560	13.899
Mais de um ano e menos de cinco anos	189.004	(118.885)	70.119	59.638
Acima de cinco anos	338.218	(107.158)	231.060	243.675
Subtotal	**573.041**	**(256.302)**	**316.739**	**317.212**
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	104.711	(15.366)	89.345	81.668
Mais de um ano e menos de cinco anos	116.793	(14.701)	102.092	100.971
Subtotal	**221.504**	**(30.067)**	**191.437**	**182.639**
Totais	**794.545**	**(286.369)**	**508.176**	**499.851**

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2023
Arrendamento - Litoral	386.913
Veículos	80.220
Bens Móveis	63.433
Bens Imóveis	36.290
Total	**566.856**

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando o juro incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2036	Total
Arrendamento-Litoral	47.032	48.790	50.522	52.307	54.154	56.066	402.354	**711.225**
Veículos	43.907	39.298	8.294	-	-	-	-	**91.499**
Bens Móveis	21.720	21.712	17.934	15.146	779	-	-	**77.291**
Bens Imóveis	7.209	8.495	9.960	11.684	13.715	-	-	**51.063**
Total	**119.868**	**118.295**	**86.710**	**79.137**	**68.648**	**56.066**	**402.354**	**931.078**

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2023	2022
TR	1.916.416	1.617.154
TJLP	359.635	455.936
IPCA	1.720.361	1.531.450
DI	1.209.423	956.702
IPC-FIPE	316.739	317.212
EURO	62.010	15.352
Sem Correção Monetária	193.076	189.438
Totais	**5.777.660**	**5.083.244**

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 4 Contratos	2013 a 2014	2024	13.825	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	261.304	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 9 Contratos	2013 a 2014	2025	17.911	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	2021	2026	130.000	130.000	2025/2026	Semestral
Arrendamento - Direito de Uso	2019 a 2024	2024 a 2028	266.568	-	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	223.716	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	95.590	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	2020	2027	350.000	35.000	2027	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	2022	2027	300.000	300.000	2026/2027	Semestral
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	2023	2028	400.000	400.000	2028	Semestral
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	602.665	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	2021	2029	208.300	208.300	2029	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	2021	2031	161.700	161.700	2031	Semestral
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	2022	2032	300.000	300.000	2032	Semestral
Arrendamento - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - AVANÇAR - 2 Contratos	2020 a 2021	2041	566.434	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 289 Contratos	2007 a 2022	2046	3.286.347	-	Mensal	Mensal

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Debêntures 2ª Emissão	46.495	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão	41.531	41.074	41.074	23.945	-	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão	12.508	11.952	11.952	11.952	11.952	11.952	11.952	11.952
Debêntures 9ª Emissão	201.268	-	150.826	-	-	-	-	-
Debêntures 10ª Emissão	4.373	-	-	438.727	-	-	-	-
Debêntures 11ª Emissão	8.593	64.620	64.620	-	-	246.524	-	190.986
Debêntures 12ª Emissão	25.162	-	148.824	148.824	-	-	-	-
Debêntures 13ª Emissão	10.531	-	-	-	398.519	-	-	-
Subtotais Debêntures	**350.461**	**117.646**	**417.296**	**623.448**	**410.471**	**258.476**	**11.952**	**202.938**
BNDES - PAC2	67.346	66.517	54.554	31.270	26.589	4.231	-	-
BNDES - AVANÇAR	8.835	7.491	14.031	14.122	14.122	14.122	14.122	14.122
Banco do Brasil - PSI	190	-	-	-	-	-	-	-
Banco Itaú - PSI	1.423	26	-	-	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	112.543	113.856	123.807	131.921	138.903	140.146	137.231	131.764
Banco KfW	25.414	25.110	11.486	-	-	-	-	-
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	**215.751**	**213.000**	**203.878**	**177.313**	**179.614**	**158.499**	**151.353**	**145.886**
Arrendamento - Litoral	15.560	14.722	16.274	18.009	19.951	22.124	24.558	27.288
Arrendamento - Direito de Uso	89.345	55.329	26.646	16.570	3.547	-	-	-
Subtotais Arrendamentos	**104.905**	**70.051**	**42.920**	**34.579**	**23.498**	**22.124**	**24.558**	**27.288**
Totais	**671.117**	**400.697**	**664.094**	**835.340**	**613.583**	**439.099**	**187.863**	**376.112**

Descrição	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038 a 2046	Total
Debêntures 2ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**46.495**
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**147.624**
Debêntures 7ª Emissão	11.950	11.952	11.952	11.952	11.952	11.952	10.952	**178.834**
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**352.094**
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**443.100**
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**575.343**
Debêntures 12ª Emissão	325.159	-	-	-	-	-	-	**647.969**
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	**409.050**
Subtotais Debêntures	**337.109**	**11.952**	**11.952**	**11.952**	**11.952**	**11.952**	**10.952**	**2.800.509**
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	**250.507**
BNDES - AVANÇAR	14.115	14.122	14.122	14.122	14.122	14.122	52.711	**238.403**
Banco do Brasil - PSI	-	-	-	-	-	-	-	**190**
Banco Itaú - PSI	-	-	-	-	-	-	-	**1.449**
Caixa Econômica Federal	98.723	98.477	92.446	96.435	100.561	93.900	305.703	**1.916.416**
Banco KfW	-	-	-	-	-	-	-	**62.010**
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	**112.838**	**112.599**	**106.568**	**110.557**	**114.683**	**108.022**	**358.414**	**2.468.975**
Arrendamento - Litoral	30.351	33.788	37.650	38.803	17.661	-	-	**316.739**
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	**191.437**
Subtotais Arrendamentos	**30.351**	**33.788**	**37.650**	**38.803**	**17.661**	**-**	**-**	**508.176**
Totais	**480.298**	**158.339**	**156.170**	**161.312**	**144.296**	**119.974**	**369.366**	**5.777.660**

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

	2023		2022	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do exercício	**575.651**	**4.507.593**	**407.680**	**3.712.885**
Liberações	24.038	1.001.503	17.576	1.055.763
Juros e Taxas sobre Financiamentos	421.586	-	358.225	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	101.073	-	99.905
Transferências	518.114	(518.114)	385.747	(385.747)
Amortizações	(975.067)	-	(742.709)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	227	3.253	(1.324)	(6.082)
Variações Cambiais	(277)	-	(1.093)	-
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	34.747	11.235	35.968	30.869
Arrendamentos	72.098	-	115.581	-
Saldos no final do exercício	**671.117**	**5.106.543**	**575.651**	**4.507.593**

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2023 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(59.976)
Debêntures 4ª Emissão	-	(53.143)
Debêntures 7ª Emissão	17.306	(26.943)
Debêntures 8ª Emissão	-	(165.906)
Debêntures 9ª Emissão	-	(47.815)
Debêntures 10ª Emissão	-	(19.888)
Debêntures 11ª Emissão	-	(37.957)
Debêntures 12ª Emissão	-	(61.361)
Debêntures 13ª Emissão	400.000	(27.713)
BNDES	-	(648)
BNDES - PAC2	17.091	(84.283)
BNDES - AVANÇAR2	155.954	(7.887)
Banco do Brasil - PSI	-	(2.145)
Banco Itaú - PSI	-	(3.218)
Caixa Econômica Federal	363.093	(240.823)
Banco KfW	72.097	(25.606)
Subtotal	**1.025.541**	**(865.312)**
Arrendamentos (1)	72.098	(109.755)
Totais	**1.097.639**	**(975.067)**

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa).

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – *Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)*

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) *Covenants* de contratos do BNDES, e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) *Covenants* dos contratos da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) *Covenants* de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) *Covenants* do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo o novo contrato denominado "Avançar", e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Décima Sexta dos referidos contratos, e das Instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atende integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2023	2022
Contribuição Social a Pagar	1.132	-
COFINS a Pagar	37.551	34.025
PASEP a Pagar	8.107	7.354
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	53.297	61.388
Totais dos Impostos e Contribuições	**100.087**	**102.767**
Circulante	**100.087**	**102.767**

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e CPC 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

A Companhia avalia se há evidências de incertezas de tributos sobre lucro, conforme requerido pela ICPC 22 e divulga quando aplicável.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

	2023		2022	
Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.024.321	2.024.321	1.545.547	1.545.547
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(506.080)	(182.189)	(386.387)	(139.099)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	113.093	40.714	108.156	38.936
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	18.875	-	13.912	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	665	-	551	-
Equivalência Patrimonial	(1.316)	(474)	(825)	(297)
Termo de Compromisso - IBAMA	-	-	(21.908)	(7.886)
Mais Valia Aquisição CS Bioenergia	(1.071)	(386)	-	-
Outros	(1.986)	(803)	671	167
Totais das Despesas	**(377.820)**	**(143.138)**	**(285.830)**	**(108.179)**
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(520.958)**		**(394.009)**	
Alíquota Efetiva	**25,7%**		**25,5%**	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2023	2022
Imposto de Renda	(470.994)	(347.056)
Contribuição Social	(176.225)	(129.765)
Realização do Imposto de Renda Diferido	93.174	61.226
Realização da Contribuição Social Diferida	33.087	21.586
Totais	**(520.958)**	**(394.009)**

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	2023				2022
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
Redução Valor Recuperável Ativos - Água Industrial	46 anos	7.666	1.916	690	2.606	-
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	25 anos	1.215.139	303.785	109.362	413.147	369.598
Redução Valor Recuperável Ativos - Residuos Sólidos	17 anos	12.171	3.043	1.095	4.138	3.614
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.104.527	276.132	99.407	375.539	343.759
Arrendamento - Litoral (Ativo)	13 anos	316.739	79.185	28.506	107.691	107.852
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	4.163	1.040	375	1.415	1.416
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	858.385	214.596	77.255	291.851	234.260
Provisão Contigências Passivas-Aquisição CS Bioenergia	5 anos	228	57	21	78	-
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	191.437	47.859	17.229	65.088	62.098
AVP de Contas a Receber	5 anos	64.136	16.034	5.772	21.806	10.900
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	240	60	22	82	181
Redução Valor Recuperável Ativos - CS Bionergia	5 anos	-	-	-	-	5.663
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	52.409	13.102	4.717	17.819	17.329
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	15.198	3.800	1.368	5.168	8.388
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	2 anos	296	74	27	101	53
Valor Realizável Líquido de Estoque	2 anos	259	65	23	88	88
Provisão para PPR	1 ano	115.007	28.752	10.351	39.103	29.951
Totais			**989.500**	**356.220**	**1.345.720**	**1.195.150**
PASSIVO						
Mais Valia Imobilizado Aquisição CS Bioenergia	50 anos	4.514	1.129	406	1.535	-
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	25 anos	1.015.909	253.977	91.432	345.409	336.045
Reserva de Reavaliação	24 anos	76.006	19.001	6.841	25.842	28.038
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.616	2.904	1.045	3.949	3.946
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	19 anos	100.239	25.060	-	25.060	26.327
Arrendamento - Litoral (Passivo)	13 anos	173.044	43.261	15.574	58.835	60.271
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	11 anos	6.371	1.593	573	2.166	2.225
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	160.024	40.006	14.402	54.408	51.424
Totais			**386.931**	**130.273**	**517.204**	**508.276**
Total Líquido			**602.569**	**225.947**	**828.516**	**686.874**

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2023, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2024	121.576	43.767	165.343	23.979	8.158	32.137
2025	109.588	39.452	149.040	23.979	8.158	32.137
2026	92.686	33.367	126.053	23.979	8.158	32.137
2027	92.686	33.367	126.053	23.979	8.158	32.137
2028	92.686	33.367	126.053	23.979	8.158	32.137
2029 a 2031	110.894	39.922	150.816	47.935	15.832	63.767
2032 a 2034	111.935	40.297	152.232	47.935	15.832	63.767
2035 a 2037	104.803	37.729	142.532	44.173	14.478	58.651
2038 a 2040	55.613	20.021	75.634	37.517	12.082	49.599
2041 a 2043	36.824	13.256	50.080	36.198	12.082	48.280
2044 a 2046	36.824	13.256	50.080	33.125	11.925	45.050
2047 a 2049	22.552	8.119	30.671	19.609	7.060	26.669
2050 a 2052	125	45	170	68	24	92
2053 a 2055	125	45	170	68	24	92
2056 a 2058	125	45	170	68	24	92
2059 a 2061	125	45	170	68	24	92
2062 a 2064	125	45	170	68	24	92
2065 a 2067	125	45	170	68	24	92
2068 a 2070	83	30	113	68	24	92
2071 a 2073	-	-	-	68	24	92
Totais	**989.500**	**356.220**	**1.345.720**	**386.931**	**130.273**	**517.204**

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2023 foi de R$3.560 (R$3.667 em 2022). O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$11.273 (R$14.833 em 31/12/2022), sendo R$3.560 (R$3.560 em 31/12/2022) registrados no passivo circulante e R$7.713 no passivo não circulante (R$11.273 em 31/12/2022).

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2022	Adições	Reversões	Pagamentos	2023
Ações Trabalhistas (i)	399.669	240.002	(7.122)	(86.941)	545.608
Ações Cíveis (ii)	263.351	58.129	(5.667)	(38.308)	277.505
Ações Ambientais (iii)	15.406	36.773	(22.178)	(5.157)	24.844
Ações Tributárias (iv)	10.574	82	-	-	10.656
Totais	**689.000**	**334.986**	**(34.967)**	**(130.406)**	**858.613**

Principais eventos no exercício:

Complemento de provisões trabalhistas no montante de R$38.557, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; R$105.264 referente ações trabalhistas cujo objeto é decorrente de reintegração de aposentados e equiparações salariais; e R$96.181 referente a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais e novas ações registradas no exercício. Em contrapartida houve redução das provisões trabalhistas (Reversões e Pagamentos) no valor de R$94.063, em razão do arquivamento e baixa definitiva de processos.

Registro de provisão cível no valor de R$19.304, referente a reequilíbrio econômico-financeiro da massa falida da empresa Gea Engenharia e Empreendimentos Ltda, compensada pelo levantamento de valores relativos à ação judicial do consórcio DM/LFM/SEF no montante de R$12.883 referente sentença condenatória transitada em julgado relativo a reequilíbrio econômico-financeiro.

Provisionamento como perda provável de ações de natureza ambiental relacionadas a autos de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Água e Terra do Paraná – IAT no valor de R$12.395, além do impacto decorrente de ação cautelar de produção antecipada de provas para apuração de danos ambientais no valor R$13.000 no Município de Campo Magro provisionada no 2T23 que foi revertida no 3T23, devido à realização de acordo judicial.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	2023	2022
Ações Trabalhistas (i)	102.777	98.239
Ações Cíveis (ii)	1.296.227	488.163
Ações Ambientais (iii)	233.062	134.732
Ações Tributárias (iv)	25.597	28.568
Totais	**1.657.663**	**749.702**

c) Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária) e sindicatos, reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) reintegração funcional; iii) equiparação salarial; e v) integração do vale-alimentação.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material; ii) ações em massa por falta de água e iii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

No segundo trimestre de 2023 a Companhia atualizou o montante do Passivo Contingente para R$684.344, relacionado a Ação Civil Pública, cujo objeto refere-se a falta de água no município de Maringá em janeiro de 2016, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública de Maringá, em que são partes o Ministério Público do Estado do Paraná e a Companhia, em virtude de sentença proferida em primeiro grau. Contudo, a Companhia recorreu ao Tribunal de Justiça do Paraná - TJ/PR e baseado na opinião de seus assessores jurídicos internos entende que existem elementos de êxito em sede recursal, considerando os trabalhos periciais desenvolvidos durante a instrução processual e por casos análogos em que a Companhia já obteve sucesso jurídico.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

Alguns autos de infração estão sendo questionados tanto no âmbito administrativo, junto aos respectivos órgãos, quanto judicialmente.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), taxas municipais e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações de IPTU relacionam-se com questionamentos dos municípios de Curitiba, Londrina e Pinhais. As taxas municipais dizem respeito a Paranavaí e as principais ações de ISSQN relacionam-se com questionamentos dos municípios de Paranavaí, Maringá, Campina da Lagoa e Pinhais.

d) Ativos Contingentes

A Companhia é autora de uma ação declaratória sob nº 1074228-74.2022.4.01.3400 em que foi reconhecida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região a inexistência de relação jurídico tributária entre a Sanepar e a União, em razão da Companhia ser beneficiária da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da CRFB/88 em que o êxito está restrito ao recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ (repetição de indébito), abrangendo o período de maio de 1996 a dezembro de 2022. O valor estimado incontroverso reconhecido inicialmente pela União foi de R$3.628.754.

O valor estimado pleiteado pode sofrer alterações, e nesse sentido inclusive a Companhia já requereu a expedição de ofício requisitório de precatório para fins de inscrição no orçamento da União. É seguro afirmar que é imprevisível uma estimativa de prazo para quitação do precatório e efetivo levantamento do valor. Por fim, registre-se que o processo se encontra concluso com o juiz, visando o possível atendimento a solicitação de expedição de precatório.

e) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	2023	2022
Ações Trabalhistas (i)	416.285	363.510
Ações Cíveis (ii)	130.433	111.707
Ações Ambientais (iii)	14.555	7.488
Ações Tributárias	25.596	24.589
Totais	**586.869**	**507.294**

(i) No exercício de 2023 foram registrados 156 novos depósitos judiciais e atualização das ações trabalhistas movidas pelo Sindicado dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, referentes a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração no montante de R$39.734, e 14 novos depósitos judiciais de ações trabalhistas referentes a ações de reintegração de aposentados no montante de R$4.870;

(ii) No exercício de 2023 foram registrados 1.324 novos depósitos judiciais no montante de R$42.632, principalmente referentes a danos materiais e cobrança indevida de tarifas;

(iii) No exercício de 2023 foram registrados 804 novos depósitos judiciais no montante de R$7.208, principalmente referentes a danos ambientais por lançamento irregular de efluentes de esgoto.

f) Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 110/22 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R$40.722 (R$37.913 em 2022) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 62,0% pela patrocinadora e 38,0% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R$96.603 (R$85.955 em 2022).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução nº 110/22 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2023	2022
Valor presente da obrigação no início do ano	1.307.934	732.334	2.040.268	2.196.142
Custo de juros sobre a obrigação	126.775	72.459	199.234	222.471
Custo do serviço corrente, líquido	(4.768)	4.836	68	1.921
Contribuições de Participantes	12.780	-	12.780	10.000
Benefícios pagos no exercício	(96.200)	(38.859)	(135.059)	(145.372)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	74.164	(55.543)	18.621	(244.893)
Obrigação total no exercício	**1.420.685**	**715.227**	**2.135.912**	**2.040.269**
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(1.029.213)	-	(1.029.213)	(1.036.025)
Juros sobre os ativos do plano	(99.922)	-	(99.922)	(103.269)
Contribuição dos participantes	(12.780)	-	(12.780)	(10.000)
Contribuição da patrocinadora	(12.288)	-	(12.288)	(11.132)
Benefícios pagos no exercício	96.200	-	96.200	108.084
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	26.618	-	26.618	23.129
Valor justo dos ativos no exercício	**(1.031.385)**	**-**	**(1.031.385)**	**(1.029.213)**
Passivo reconhecido no final do exercício	**389.300**	**715.227**	**1.104.527**	**1.011.056**
Circulante	**25.953**	**47.682**	**73.635**	**67.404**
Não Circulante	**363.347**	**667.545**	**1.030.892**	**943.652**

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas	2023	2022
Taxa Nominal de Desconto para Saúde	9,87% ao ano	10,16% ao ano
Taxa Real de Desconto para Saúde	5,73% ao ano	6,43% ao ano
Taxa Nominal de Desconto para Previdência	9,79% ao ano	10,11% ao ano
Taxa Real de Desconto para Previdência	5,65% ao ano	6,39% ao ano
Taxa Nominal de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	9,87% ao ano	10,16% ao ano
Taxa Nominal de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	9,79% ao ano	10,11% ao ano
Taxa de Crescimento Salarial	3,40% ao ano	3,40% ao ano
Inflação	3,92% ao ano	3,50% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,70% ao ano	3,70% ao ano
Hipóteses Demográficas	**2023**	**2022**
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winkloss D10	Winkloss D10
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana D50	Grupo Americana
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Taxa de Desconto		
Com Acréscimo de 1%	(8,42%)	(9,61%)
Com Redução de 1%	10,73%	11,56%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	12,92%
Com Redução de 1%	-	(10,87%)
Expectativa de Vida		
Com Acréscimo de 1 ano	1,79%	3,06%
Com Redução de 1 ano	(1,17%)	(3,05%)
Crescimento Salarial		
Com Acréscimo de 1%	0,45%	-
Com Redução de 1%	(0,39%)	-

Ativos do Plano de Previdência

O valor justo dos ativos do plano que está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (Contribuição Definida – CD e Benefício Definido – BD), aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2023	%	2022	%
Renda Fixa (a)	1.429.001	68,1	1.243.612	64,6
Renda Variável (b)	201.175	9,6	224.296	11,7
Imóveis (c)	40.562	1,9	46.517	2,4
Operações com Participantes (d)	106.320	5,1	105.023	5,5
Estruturados (e)	193.378	9,2	186.441	9,7
Investimentos no Exterior (f)	125.655	6,0	114.360	5,9
Precatórios e Depósitos Judiciais (g)	3.095	0,1	3.315	0,2
Valor Justo dos Ativos do Plano	**2.099.186**	**100,0**	**1.923.564**	**100,0**

(a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;

(b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;

(c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;

(d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;

(e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento;

(f) Investimentos no Exterior: Fundos de investimentos constituídos no Brasil que negociam ativos no exterior;

(g) Precatórios reconhecidos pela União em 2022 e depósitos judiciais decorrentes a sentenças favoráveis à Fusan.

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano, e
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2024:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2024
Custo do Serviço Corrente	6.767	2.263	9.030
Custo dos Juros	133.330	68.811	202.141
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(96.300)	-	(96.300)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(27.156)	(37.654)	(64.810)
Totais	**16.641**	**33.420**	**50.061**

20. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e os municípios concedentes, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
Descrição	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	84.936	81.228	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	13.774	12.503	-	-
Contas a Receber	53.655	30.251	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	-	-	14.736	27.636	-	-	114.795	134.056
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	-	627	-	-
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	137.325	123.868
Tecpar								
ISO e plano segurança da água	-	-	-	-	-	-	541	2.447
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	28	9	-	-	205	129
Investimento em Ação	5	3	-	-	-	-	-	-
Juros a Receber	12	8	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	-	-	-	-	4.125	4.347
Total	**53.672**	**30.262**	**99.700**	**108.873**	**13.774**	**13.130**	**256.991**	**264.847**

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovada pela 59ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2023, no montante global de R$15.677. Para o exercício de 2022 a aprovação se deu pela 58ª/2022 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2022, no montante de R$15.054.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	2023	2022
Remuneração	10.082	9.871
Encargos e Benefícios	3.731	3.578
Encargos Sociais	3.525	3.326
Plano de Saúde (Sanesaúde)	92	93
Plano de Previdência (Fusanprev)	114	135
Programas Complementares	-	24
Totais	**13.813**	**13.449**

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2023	2022
Contratos e Convênios com Terceiros (1)	45.099	24.473
Convênios com Municípios	25.995	21.810
Cauções e Valores a Reembolsar	18.043	16.449
Parcelamento IBAMA - PRD (2)	368	1.600
Parcelamento IAT (3)	1.496	-
TCCM IBAMA (4)	87.631	87.631
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	14.736	27.636
Outras Contas a Pagar	-	425
Totais	**193.368**	**180.024**
Circulante	**107.517**	**91.968**
Não Circulante	**85.851**	**88.056**

(1) Valor referente a convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre a Companhia, a Itaipu e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu - PTI, para ações de infraestrutura de saneamento e de monitoramento dos recursos hídricos e da saúde pública, visando a promoção de melhorias ambientais, sociais e econômicas na região Oeste do Paraná;

(2) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA;

(3) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Água e Terra - IAT;

(4) 2 (dois) Termos de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, na modalidade direta, que consolidou o valor do débito de 5 (cinco) Autos de Infrações Ambientais – AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA no ano de 2012, no montante de R$ 87.631, a ser aplicado diretamente pela Companhia ao longo de 120 (cento e vinte) meses em Ações Ambientais relacionadas a execução de projeto ambiental denominado "Requalificação dos complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno".

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2023, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R$6,45 (R$5,81 em 31 de dezembro de 2022).

No 2º trimestre de 2023, a Companhia realizou aumento de seu Capital Social em R$2.000.000 com a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros, sem bonificação de Ações. O aumento decorreu do fato que o saldo das Reservas de Lucros excedeu o valor do Capital Social.

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$6.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R$5.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

	Número de Ações					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	-	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,6	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	63.844.700	12,7	323.551.873	32,1	387.396.573	25,6
Demais Investidores	137.236.784	27,2	678.356.421	67,3	815.593.205	54,0
Totais	**503.735.259**	**100,0**	**1.007.470.260**	**100,0**	**1.511.205.519**	**100,0**

b) Reservas de Lucros

b.1) Reserva Legal

Constituída no montante de R$75.168 em 2023 (R$57.574 em 2022), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

b.2) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R$10 em 2023 (R$55 em 2022), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

b.3) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R$980.191 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

c) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R$4.262 (R$4.576 em 2022), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Saldos no início do exercício	**54.426**	**59.002**
Realização da Reserva de Reavaliação	(6.458)	(6.933)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.196	2.357
Saldos no final do exercício	**50.164**	**54.426**

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido para Lucros Acumulados, o montante de R$117 (R$136 em 2022), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Saldos no início do exercício	**4.322**	**4.458**
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(177)	(207)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	60	71
Saldos no final do exercício	**4.205**	**4.322**

e) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Saldos no início do exercício	**216.165**	**69.801**
Ganhos e Perdas Atuariais	(45.238)	221.764
Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	15.381	(75.400)
Saldos no final do exercício	**186.308**	**216.165**

f) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R$153.807, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia, está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	1.503.363	1.151.538
Doações e Subvenções Governamentais	(10)	(55)
Constituição da Reserva Legal	(75.168)	(57.574)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	1.428.185	1.093.909
Dividendos Obrigatórios (25%)	357.047	273.477
Dividendos Complementares	95.326	159.146
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	**452.373**	**432.623**

O montante de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos apurado em 2023 foi de R$452.373 (R$432.623 em 2022), sendo retido o valor de R$49.165 (R$44.226 em 2022) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 10,87% (10,22% em 2022).

O saldo da remuneração aos acionistas registrada no Passivo Circulante apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Saldo Anterior	**227.335**	**243.551**
Dividendos Adicionais Autorizados	159.146	63.880
Pagamentos realizados no Exercício	(385.542)	(309.347)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	452.373	432.623
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(49.165)	(44.226)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(95.326)	(159.146)
Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)	**308.821**	**227.335**

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R$95.326, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia foi atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 28 de dezembro do exercício de 2023 e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

g) Resultado por Ação

Em decorrência dos créditos de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2023 e 28/12/2023 os Juros sobre o Capital Próprio, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2023	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	84.016	0,16679
Ações Preferenciais	1.007.470.260	184.834	0,18346
Totais	**1.511.205.519**	**268.850**	
Remuneração para 1 UNIT			0,90064

Juros sobre o Capital Próprio - 28/12/2023	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	57.351	0,11385
Ações Preferenciais	1.007.470.260	126.172	0,12524
Totais	**1.511.205.519**	**183.523**	
Remuneração para 1 UNIT			0,61480

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2023	2022
Ações Ordinárias	0,28064	0,26839
Ações Preferenciais	0,30870	0,29522
Valor para 1 "Unit"	1,51544	1,44928

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	469.801	359.856
Ações preferências	1.033.562	791.682
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferênciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,93263	0,71437
Por ação preferencial	1,02590	0,78581

23. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes equivalentes a juros de mora de 0,033% por dia de atraso até a data do pagamento, sem prejuízo da atualização monetária com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice que o substituir e da aplicação de multa de 2%. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2023	2022
Receitas		
Receitas de Água	4.171.892	3.740.630
Receitas de Esgoto	2.410.910	2.186.347
Receitas de Serviços	115.841	106.938
Receitas de Resíduos Sólidos	13.774	12.503
Serviços Prestados a Prefeituras	24.356	22.027
Doações efetuadas por Clientes	35.058	35.202
Outras Receitas	11.175	6.361
Totais das Receitas Operacionais	**6.783.006**	**6.110.008**
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(403.343)	(358.972)
PASEP	(86.927)	(77.389)
Totais das Deduções	**(490.270)**	**(436.361)**
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	**6.292.736**	**5.673.647**

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R$120.905 (R$87.675 em 2022), durante o exercício de 2023, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	2023			2022		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(352.149)	(172.320)	(524.469)	(341.704)	(160.870)	(502.574)
Materiais	(146.059)	(117.977)	(264.036)	(141.376)	(100.098)	(241.474)
Energia Elétrica	(439.182)	(66.684)	(505.866)	(465.237)	(63.873)	(529.110)
Serviços de Terceiros	(296.273)	(237.549)	(533.822)	(251.104)	(195.386)	(446.490)
Depreciações e Amortizações	(194.054)	(188.000)	(382.054)	(182.090)	(172.024)	(354.114)
Indenizações por Danos a Terceiros	(3.543)	(8.050)	(11.593)	(3.685)	(2.106)	(5.791)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(62.955)	(51.840)	(114.795)	(74.904)	(59.152)	(134.056)
Outros Custos	(129.793)	(48.465)	(178.258)	(124.828)	(44.918)	(169.746)
Totais	**(1.624.008)**	**(890.885)**	**(2.514.893)**	**(1.584.928)**	**(798.427)**	**(2.383.355)**

25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2023	2022
Comerciais		
Pessoal	(138.601)	(131.828)
Materiais	(7.876)	(4.385)
Serviços de Terceiros	(156.890)	(125.253)
Depreciações e Amortizações	(9.444)	(7.359)
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos (1)	69.818	(192.198)
Indenizações por Danos a Terceiros	(3.043)	(341)
Programa Sanepar Rural	(6.670)	(5.681)
Outras Despesas	(3.656)	(2.563)
Totais das Despesas Comerciais	**(256.362)**	**(469.608)**
Administrativas		
Pessoal	(688.384)	(623.270)
Materiais	(57.695)	(54.251)
Serviços de Terceiros	(162.664)	(146.140)
Depreciações e Amortizações	(88.610)	(71.947)
Taxa de Regulação	(35.003)	(27.912)
Despesas com Viagens	(6.379)	(5.420)
Custas Legais e Judiciais	(8.943)	(3.867)
Programas Sociais e Ambientais	(11.667)	(12.096)
Indenizações por Danos a Terceiros	(2.281)	(2.344)
Outras Despesas	(21.043)	(17.853)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (2)	160.162	154.376
Despesas Capitalizadas (3)	116.860	118.111
Totais das Despesas Administrativas	**(805.647)**	**(692.613)**
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Perdas Eventuais (4)	(19.716)	(90)
Multas Ambientais (5)	(10.662)	(87.681)
Baixas de Ativos	(570)	(14.243)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	292	(41)
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	**(30.656)**	**(102.055)**

(1) Reversão de parte do saldo de provisão para perdas na realização de créditos decorrente de contas vencidas, principalmente pelo reflexo do parcelamento de contas a receber de clientes particulares, em decorrência do programa de Recuperação de Crédito para Clientes Particulares (RECLIP);

(2) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(3) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

(4) Valor de R$19.978 referente a quitação total da ação judicial, relativo reequilíbrio econômico-financeiro pago ao Consórcio DM/LFM/SEF;

(5) Valor do TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, celebrado com o Ministério Público/6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa/PR, referente medidas compensatórias pela ocorrência de distribuição de água com microcrustáceos para parte da população de Ponta Grossa/PR no ano de 2022 (R$5.200) e valor dos Termos de Compromisso de Conversão Indireta de Multa Ambiental celebrado com o IAT – Instituto Água e Terra, referente a diversas multas ambientais (R$5.462).

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R$115.007 (R$88.093 em 2022), a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecida para o exercício de 2023, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2023	2022
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras (1)	176.884	167.825
Variações Monetárias Ativas (1)	103.213	71.631
Variações Cambiais Ativas	1.736	3.596
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	1.543	1.743
Outras Receitas Financeiras	12.326	20.096
Totais das Receitas Financeiras	**295.702**	**264.891**
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos (1)	(432.268)	(396.182)
Variações Monetárias Passivas (1)	(93.027)	(93.171)
Variações Cambiais Passivas	(1.459)	(2.503)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(4.154)	(5.130)
Outras Despesas Financeiras (2)	(87.763)	(10.903)
Totais das Despesas Financeiras	**(618.671)**	**(507.889)**
Resultado Financeiro	**(322.969)**	**(242.998)**

(1) Aumento da base de cálculo dos juros, em função da captação de recursos de terceiros, bem como crescimento de alguns índices de correção monetária das dívidas, principalmente do CDI, compensado pelo crescimento das receitas financeiras, devido principalmente pela variação do valor da taxa SELIC;

(2) Variação relacionada principalmente pelo registro do Ajuste a Valor Presente sobre Ativo Financeiro Contratual.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

	2023			2022		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	4.256.846	2.455.571	**6.712.417**	3.819.840	2.226.578	**6.046.418**
Outras Receitas Operacionais	39.475	31.114	**70.589**	35.878	27.712	**63.590**
Total da Receita Operacional Bruta	**4.296.321**	**2.486.685**	**6.783.006**	**3.855.718**	**2.254.290**	**6.110.008**
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(274.159)	(216.111)	**(490.270)**	(246.173)	(190.188)	**(436.361)**
Receita Operacional Líquida	**4.022.162**	**2.270.574**	**6.292.736**	**3.609.545**	**2.064.102**	**5.673.647**
Custo	(1.624.008)	(890.885)	**(2.514.893)**	(1.584.928)	(798.427)	**(2.383.355)**
Lucro Bruto	**2.398.154**	**1.379.689**	**3.777.843**	**2.024.617**	**1.265.675**	**3.290.292**
Despesas Comerciais	(143.364)	(112.998)	**(256.362)**	(264.959)	(204.649)	**(469.608)**
Despesas Administrativas	(450.536)	(355.111)	**(805.647)**	(390.782)	(301.831)	**(692.613)**
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	(7.667)	17.474	**9.807**	-	(6.627)	**(6.627)**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(17.143)	(23.320)	**(40.463)**	(57.581)	(37.847)	**(95.428)**
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(5.263)	**(5.263)**	-	(3.300)	**(3.300)**
Resultado Financeiro	(153.155)	(169.814)	**(322.969)**	(112.449)	(130.549)	**(242.998)**
Programa de Participação nos Resultados	(64.314)	(50.693)	**(115.007)**	(49.703)	(38.390)	**(88.093)**
Provisões	(94.752)	(74.633)	**(169.385)**	(41.315)	(32.060)	**(73.375)**
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(26.970)	(21.263)	**(48.233)**	(41.022)	(31.681)	**(72.703)**
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	**1.440.253**	**584.068**	**2.024.321**	**1.066.806**	**478.741**	**1.545.547**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(372.621)	(148.337)	**(520.958)**	(271.963)	(122.046)	**(394.009)**
Lucro Líquido do Exercício	**1.067.632**	**435.731**	**1.503.363**	**794.843**	**356.695**	**1.151.538**
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	35,8%	25,7%	**32,2%**	29,6%	23,2%	**27,2%**
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	26,5%	19,2%	**23,9%**	22,0%	17,3%	**20,3%**
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício (1)	785.027	1.141.076	**1.926.103**	746.326	997.816	**1.744.142**
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	2.627.325	3.150.335	**5.777.660**	2.309.361	2.773.883	**5.083.244**
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	5.962.818	7.519.914	**13.482.732**	5.429.995	6.641.635	**12.071.630**
Depreciações e Amortizações do Exercício	(248.895)	(231.213)	**(480.108)**	(226.834)	(206.586)	**(433.420)**
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.544.557	563.632	**2.108.189**	1.264.400	561.717	**1.826.117**
Total do Ativo	8.316.138	10.487.767	**18.803.905**	7.492.649	9.164.547	**16.657.196**
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	4.119.797	4.939.908	**9.059.705**	3.884.700	3.985.609	**7.870.309**
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.448.900	2.517.885	-	3.410.686	2.445.588	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	559.577	441.056	-	534.594	412.909	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;
(2) Apresentadas pelo valor bruto;
(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;
(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R$1.954.103, com vigência abrangendo o período de 14/03/2023 a 14/03/2024, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	1.030.516
Máquinas, Equipamentos e Veículos	835.324
Estoque	88.263
Totais	**1.954.103**

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia ofereceu garantias por meio do Seguro Garantia em 401 processos judiciais no montante de R$390.656 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 15/06/2025.

A Companhia também firmou/renovou o contrato com a Starr International Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 07/09/2024.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 22 de janeiro de 2024, foi publicado Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da 14ª emissão de debêntures, no montante de R$600 milhões.

Em 25 de janeiro de 2024 o Conselho de Administração, na 1ª/2024 Reunião Ordinária, aprovou a abertura do Processo Licitatório para a realização de licitação internacional para contratação de Parcerias Público-Privadas, na modalidade de concessão administrativa, para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, incluindo as atividades de execução de obras, de manutenção e operação, em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, com abrangência em 36 municípios da Microrregião Centro-Leste e em 76 municípios da Microrregião Oeste, totalizando 112 municípios atendidos pela Sanepar, subdivididos em 3 lotes, com prazo de execução de 24 anos.

Em 07 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou aos seus acionistas, investidores e ao mercado em geral que recebeu, nesta data, do Diretor Jurídico, Sr. Raul Clei Coccaro Siqueira, pedido de renúncia de suas funções junto à Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Claudio Stabile - Diretor-Presidente
Abel Demetrio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Sergio Wippel - Diretor de Operações
Leura Lucia Conte de Oliveira - Diretora de Investimentos
Elerian do Rocio Zanetti - Diretor Comercial
Raul Clei Coccaro Siqueira – Diretor Jurídico
Fernando Mauro Nascimento Guedes - Diretor Administrativo
Julio Cesar Gonchorosky - Diretor de Meio Ambiente e Ação Social
Anatalicio Risden Junior - Diretor de Inovação e Novos Negócios

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vilson Ribeiro de Andrade - Presidente
João Biral Junior
Rodrigo Sanchez Rios
Reginaldo Ferreira Alexandre
Eduardo Francisco Sciarra
Claudio Stabile
Joisa Campanher Dutra Saraiva
Milton José Paizani
Elton Evandro Marafigo

CONSELHO FISCAL

Henrique Domakoski - Presidente
Adriano Rogério Goedert
Jeriel dos Passos
André Luís Rennó Guimarães

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Artemio Bertholini - Presidente

João Paulo de Castro

Pedro Armando de Lima Funes

Milton José Paizani

CONTADOR

Ozires Kloster

Gerente Contábil

Contador

CRC-PR 030.386/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES

INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar

Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de aposentadoria e assistência médica

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo atuário independente. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto.

Com base na nossa abordagem de auditoria nos procedimentos efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos e informações incluídas nas demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita não faturada

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 23, a Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento de receitas não faturadas da

Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e às divulgações correspondentes são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demandas administrativas e judiciais

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia é parte passiva em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, cuja provisão para contingências soma um montante de R$ 858.613 mil, em de 31 de dezembro de 2023, como resultado de suas atividades operacionais.

O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para determinar se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela Administração, bem como a realização de entrevistas com a Administração e com o Departamento Jurídico da Companhia, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos o histórico de perdas da Companhia e se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 18, está razoável.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas para reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas divulgações das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contratos de programa/concessão

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nos 10, 11 e 13.b às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R$ 708.227 mil registrado como “Ativos financeiros contratuais”, R$ 2.761.013 mil registrado como “Ativo de contrato” e R$ 10.343.667 mil registrado no “Ativo intangível”, em 31 de dezembro de 2023, relacionados a investimentos realizados em consonância com seus contratos de programa/concessão de serviços de saneamento. Os valores do ativo intangível possuem expectativa de recuperação ao longo dos respectivos contratos de programa/concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários, enquanto os valores dos ativos financeiros contratuais representam a parcela indenizável pelo poder concedente no momento do término do contrato. Devido a esses investimentos serem amortizados pelo prazo dos respectivos contratos de programa/concessão, a Administração da Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável (“impairment”) desses ativos e, adicionalmente, opta por divulgar sua análise do valor em uso, com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o Departamento Jurídico e Operacional da Companhia, além da sua área - contábil-financeira, para entender situações das renovações pendentes de contratos vencidos; (ii) obtenção de opinião do Departamento Jurídico da Companhia acerca da situação e probabilidade de ganho dos eventuais contratos em disputa entre a Companhia e o respectivo poder concedente; e (iii) revisão de atas das reuniões da Diretoria e conselhos da Companhia com o objetivo de identificar problemas relacionados à continuidade de seus contratos de programa/concessão. Tais procedimentos visaram suportar nossa conclusão sobre a análise da Companhia de que não foram identificados indícios de possível impairment dos ativos relacionados aos contratos de programa/concessão da Companhia. Adicionalmente, devido ao fato de a Companhia opcionalmente realizar análise do valor em uso do seu ativo intangível e divulgar essa informação conforme Nota Explicativa n° 13.d, mesmo não sendo requerida conforme CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos por se tratarem de ativos com vida útil definida, nossos procedimentos incluíram a leitura do laudo preparado pela Companhia incluindo as previsões de fluxo de caixa futuro consideradas e principais premissas utilizadas e análise da divulgação adequada das referidas premissas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a conclusão da Companhia sobre não ter identificado indícios de impairment para os ativos relacionados aos contratos de programa/concessão são apropriados para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2 PR-006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis da Sanepar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Curitiba, 29 de janeiro de 2024.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA
Diretor Jurídico

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor Administrativo

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relativamente às demonstrações contábeis da Sanepar referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2023.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2024.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor Administrativo

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios

RELATÓRIO ANUAL

RESUMIDO DO

COMITÊ DE

AUDITORIA

ESTATUTÁRIO

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2023

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR:

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR foi instalado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30 de maio de 2017. A composição, disciplina e funcionamento do CAE estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia. Conforme alteração estatutária realizada no mês de setembro de 2018, sua constituição contempla 4 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração. Seus membros são eleitos com mandato para 2 anos, permitido sua recondução por 3 mandatos consecutivos.

O CAE é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes. Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pelas Fundações vinculadas à SANEPAR e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com as partes relacionadas da Companhia.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. foi a responsável pela auditoria das demonstrações contábeis para o ano findo em 31 de dezembro de 2023 da Companhia e pela revisão especial de suas informações contábeis intermediárias. Como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do CAE no exercício

Os principais assuntos recorrentes ocorridos no transcorrer do exercício, consistiram no seguinte:

O CAE manteve diversas reuniões formais com Administradores da Companhia, Administradores das Fundações, da coligada CS Bioenergia (incorporada em dezembro de 2023), membros do Conselho Fiscal e com os Auditores Independentes.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributários, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Nos diálogos dos membros do CAE com os auditores internos, auditores externos e responsáveis pela gestão de riscos, foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. No transcorrer do exercício de 2023 foram discutidos e recomendados diversos aprimoramentos no escopo, na metodologia de trabalho e no dimensionamento das equipes nas áreas de atuação da Auditoria Interna e de Gestão de Riscos, especialmente no emprego de melhorias para o PAINT – Plano de Anual da Auditoria Interna a ser executado em 2024.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), das Fundações envolvidas no atendimento dos benefícios aos seus funcionários e da Auditoria Externa. Com relação à Auditoria Externa, o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência e não tem conhecimento de divergências técnicas significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAE.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia, embora aprimoramentos sejam requeridos em assuntos críticos inerentes à prestação de serviços, objeto de sua atividade.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2023 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O CAE considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, o que lhe permite concluir que estão sendo adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Recomenda, portanto, ao Conselho de Administração, a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas.

Curitiba, 8 de fevereiro de 2024.

Artemio Bertholini
Presidente

João Paulo de Castro
Membro

Milton José Paizani
Membro

Pedro Armando de Lima Funes
Membro

PARECER DO

CONSELHO

FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades, que não incluem atividades de contabilidade e de auditoria na Companhia, analisaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e que foram aprovados pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2024.

Com base nas análises efetuadas, nas informações recebidas no decorrer do exercício e no parecer sem ressalvas emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., por unanimidade, entendem que os fatos relevantes trazidos ao seu conhecimento foram adequadamente divulgados nos referidos documentos, os quais estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2024.

HENRIQUE DOMAKOSKI
Presidente

ADRIANO ROGÉRIO GOEDERT
Conselheiro

JERIEL DOS PASSOS
Conselheiro

ANDRÉ LUÍS RENNÓ GUIMARÃES
Conselheiro

PROPOSTA DE

ORÇAMENTO

DE CAPITAL

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em conformidade com as Resoluções CVM informamos a seguir o Programa de Investimentos para os anos de 2024 a 2028 da **Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar**, aprovado na 11ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 08 de novembro de 2023.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – 2024 a 2028 (em milhões de R$)

	2024	2025	2026	2027	2028	2024 a 2028
Capex Regulatório	2.101,9	2.095,7	1.610,9	1.367,2	1.551,3	8.727,0
Resíduos Sólidos	4,9	9,1	0,6	0,5	1,7	16,8
Capitalizações	179,4	189,5	198,4	197,1	201,9	966,3
Doações de Redes	28,3	29,0	29,6	30,4	30,9	148,2
Parcerias	67,4	200,9	330,1	382,3	376,8	1.357,5
Total	**2.381,9**	**2.524,2**	**2.169,6**	**1.977,5**	**2.162,6**	**11.215,8**

	2024	2025	2026	2027	2028	2024 a 2028
Água	778,9	635,4	581,9	607,6	808,5	3.412,3
Esgoto	1.469,1	1.785,2	1.515,7	1.279,1	1.303,2	7.352,3
Outros	133,9	103,6	72,0	90,8	50,9	451,2
Total	**2.381,9**	**2.524,2**	**2.169,6**	**1.977,5**	**2.162,6**	**11.215,8**

O Programa de Investimentos contempla aplicações a fim de garantir o abastecimento de água e sua qualidade; compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa visando a universalização dos serviços de esgoto; demandas oriundas de diagnósticos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; parcerias; *compliance* ambiental; infraestrutura administrativa, entre outros.

SANEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO